



Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

2.ª Fase – DIAGNÓSTICO

RELATÓRIO





FICHA TÉCNICA

HENRIQUE M. PEREIRA – COORDENAÇÃO

ANA FONTES

ANTÓNIO E. SILVA

ARMANDO LOUREIRO

CARLA RODRIGUES

CARLOS PINTO

CÉU OSÓRIO

CRISTINA MACHADO

ELISABETE BIZARRO

EMÍLIA NOVO

HENRIQUE CARVALHO

JORGE DIAS

LURDES SANTARÉM

MARCOS LIBERAL

MIGUEL PIMENTA

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – AVALIAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO ACTUAL.....	3
2.1. Auscultação directa das populações: Estudo de Flávio Barros, Agosto de 2007:.....	3
2.1.1 Método de trabalho e caracterização dos inquiridos.....	3
2.1.2 Questões colocadas e respostas obtidas	5
2.1.3 Considerações finais/conclusões.....	13
2.2. Auscultação dos representantes das populações por meio de questionário: Juntas de Freguesia, Baldios (e Municípios): Julho de 2008.....	16
2.3. Auscultação interna por meio de questionário a Técnicos e Vigilantes do PNPG: Julho de 2008	21
2.3.1. Técnicos do PNPG.....	21
2.4. Principais aspectos do “Estudo Piloto sobre concepções do que é um Plano de Ordenamento e do Plano de Ordenamento do PNPG”, realizado no início do processo de revisão: PNPG: 2003	30
2.5. Consideração final	32
3 – VISÃO ESTRATÉGICA E FORMULAÇÃO DE CENÁRIOS.....	33
4 – VULNERABILIDADES E PRESSÕES.....	38
4.1. – VULNERABILIDADES	38
4.1.1. – Risco de Incêndio.....	38
4.1.2. – Risco de Erosão.....	41
4.1.3. – Espécies Invasoras – Flora e Fauna.....	43
4.1.4. – Alterações Climáticas	46
4.1.5. – Poluição dos Sistemas de Água Doce.....	47
4.1.6. – Fragmentação dos Habitats Nativos	47
4.1.7. – Envenenamento.....	48
4.2. – PRESSÕES	50
4.2.1. – Caça.....	50
4.2.2. – Pesca.....	51
4.2.3. – Pastorícia, Agricultura e Gestão Florestal.....	52
4.2.4. – Exploração de Inertes – Ponto da Situação das saibreiras por Baldio	55
4.2.5. – Pressão Urbanística	96
4.2.6. – Pressão Turística.....	101
4.2.7. – Exploração Hidroeléctrica	107
4.2.8. – Captações de água	107
4.2.9. – Exploração eólica	112
5 – VANTAGENS E OPORTUNIDADES.....	115
5.1. – Estado de Conservação e a certificação Pan Park	115
5.2. –Parque Transfronteiriço.....	118
5.3. – Turismo de Natureza	120
5.4. – Carta Europeia de Turismo Sustentável e Parques com Vida	122
5.5. – Portas do PNPG e Programa Nacional de Visitação	123
5.6. – Agricultura sustentável e produção biológica de plantas medicinais.....	127
5.7. – Microgeração	129
5.8. – Gestão dos baldios: floresta e certificação florestal	130



5.9. – Gestão dos baldios: pastorícia	133
5.10. – Revitalização dos núcleos históricos dos aglomerados	134
5.11. – Património Arqueológico.....	136
6 – DETERMINAÇÃO DOS ÍNDICES DE PROTECÇÃO.....	145
6.1. – Metodologia	145
6.2. –Breve descrição dos índices de protecção.....	150

1 – INTRODUÇÃO

No presente documento apresenta-se a síntese da 2.^a Fase do processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês – Diagnóstico, e tem como objectivo principal a apresentação dos aspectos condicionantes e/ou potenciadores identificados na área do PNPG face às orientações estratégicas definidas em função dos valores presentes na área protegida.

Quanto à estrutura do relatório, segue uma sequência adaptada aos objectivos propostos e será desenvolvido em 6 partes distintas:

- **Partel – Avaliação do Plano de Ordenamento actual:** baseado numa participação pública alargada, através de auscultação de residentes, Autarcas e Conselhos Directivos de Baldios, e de um inquérito interno a técnicos e vigilantes do Parque Nacional, como forma de avaliação do plano actual em vigor;
- **Parte II –Estratégia e formulação de Cenários:** definição, face aos valores identificados na 1.^a Fase, orientações estratégicas de gestão a longo prazo, para o território do PNPG;
- **Parte III – Constrangimentos:** identificando vulnerabilidades e pressões, estimando a sua influência relativa negativa na gestão do território do Parque;
- **Parte IV – Recursos:** identificando vantagens e oportunidades e estimativa da sua influência positiva relativa na gestão do território;
- **Parte V – Determinação do Índice de Protecção:** apresentando a metodologia para a sua determinação e descrevendo os níveis de protecção definidos;
- **Parte VI – Adequação dos Usos e Classes de Espaço dos IGT aos valores naturais:** verificando a adequabilidade dos usos e classes de espaço definidos nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) eficazes na área do PNPG aos valores naturais presentes, nomeadamente os Planos de Ordenamento de Albufeira e Águas Públicas e os Planos Directores Municipais vigentes dos 5 municípios que abrangem o território do Parque.

Em cada uma das partes, pretende-se identificar e avaliar o conjunto de aspectos relacionados, com o objectivo de:

- . Fazer uma avaliação dos aspectos positivos e negativos da aplicação do Plano de Ordenamento actual ao longo dos últimos 13 anos, com o objectivo de adequar e corrigir as situações identificadas como limitadoras da sua implementação nas diferentes componentes da gestão da área protegida;
- . Definir um quadro de orientações e formulação de cenários que traduzam uma visão estratégica a longo prazo para o território do Parque Nacional;



- . Identificar e avaliar as principais vulnerabilidades e condicionantes presentes na área do Parque, em relação à componente de conservação da natureza;
- . Identificar e avaliar as vantagens e oportunidades presentes na área, relativamente à componente de conservação da natureza;
- . *Determinar o índice de protecção associado aos valores presentes na área, tendo como referência a sua importância para a conservação e a sua relação com o grau de wilderness a eles associado e o grau de vulnerabilidade decorrente de riscos naturais ou da acção antrópica;*
- . Analisar os Instrumentos de Ordenamento eficazes na área, na perspectiva de avaliar a adequação de usos e classes de espaço ao índice de protecção determinado, com base nos valores presentes na área protegida.

2 – AVALIAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO ACTUAL

2.1. Auscultação directa das populações: Estudo de Flávio Barros, Agosto de 2007:

2.1.1 Método de trabalho e caracterização dos inquiridos

Com o objectivo de auscultar directamente as populações do PNPG sobre o Plano de Ordenamento em vigor e os seus reflexos na vida quotidiana dos seus habitantes, foi realizado o “ESTUDO DOS ASPECTOS SOCIO-ECOLÓGICOS DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A REVISÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO”, pelo Dr. Flávio Bezerra Barros, Biólogo, Doutorando em Biologia da Conservação pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), em Agosto de 2007.

O estudo foi desenvolvido em três freguesias do PNPG: Castro Laboreiro, Vilar da Veiga e Pitões das Júnias, entre os meses de Fevereiro e Junho de 2007.

Estas freguesias foram escolhidas com base no número de residentes, na diversidade de actividades económicas, nos diferentes perfis socio-culturais dos seus habitantes, na expectativa de identificação de diferentes níveis de problemas e em localizações geográficas específicas, que foram consideradas estratégicas.

Foi utilizada a técnica de inquérito por entrevista, sem uso de gravador, como principal instrumento de captação da informação. Foi também utilizado o “diário de bordo” para registar os depoimentos dos entrevistados. À medida que o trabalho de campo decorria foram ainda adoptadas algumas técnicas do método de pesquisa participante e estas tornaram-se fundamentais para uma melhor aproximação às comunidades em estudo.

Para a selecção dos entrevistados o investigador começou por identificar algumas pessoas-chave e estas foram indicando outras pessoas que poderiam contribuir. O interesse e a disponibilidade para participar na investigação, o conhecimento da área, o envolvimento em organizações sociais, a idade mais avançada e tempo de moradia no PNPG foram as principais características seleccionadas, mas também foram consideradas pessoas com outros perfis que se foram tornando potenciais informantes ao longo do trabalho.

Com este estudo o investigador procurou não apenas conhecer, mas acima de tudo contribuir para uma eventual transformação da realidade, dado que este trabalho teve como referencial a investigação-acção.

O número de entrevistas a realizar foi decidido durante o desenrolar do trabalho, tendo sido entrevistadas no total 63 pessoas, distribuídas da seguinte forma:

Quadro I: Número de entrevistados por sexo, em Castro Laboreiro, Vilar da Veiga e Pitões das Júnias (Flávio Barros, 2007)

N.º de pessoas/Freguesia	Castro Laboreiro	Vilar da Veiga	Pitões das Júnias	Total
Homens	15	11	10	36
Mulheres	8	7	12	27
Total	23	18	22	63

A maioria dos entrevistados (à semelhança da população do PNPG) tem como principal actividade a agropecuária (produção agrícola – batata, centeio, hortaliças, etc. –, basicamente para o sustento da família; criação de bovinos de carne, caprinicultura, ovinicultura, suinicultura e avicultura). Existem também outras actividades em menor escala (trabalhos informais/temporários ou não), nos restaurantes, estalagens, padarias, lojas, minimercados, estabelecimentos comerciais, cafés, entre outros, que despontam na época alta, quando o Parque recebe o maior número de visitantes. Há ainda uma parte que trabalha na Função Pública (Administração

Local ou Central) e os empresários actuam principalmente em restaurantes e pousadas/hotéis, ou ainda noutras actividades voltadas para o turismo. A produção de artesanato, mel, vinho Alvarinho, pães e enchidos, é também uma representação mínima da diversidade cultural existente. As reformas são igualmente outra fonte de rendimento para os mais velhos.

Para além da profissão exercida a outra variável analisada foi o tempo de moradia dos entrevistados no Parque. Mais de metade dos inquiridos (52%) reside na área pelo menos há 30 anos, variando os valores entre os 3 e os 76 anos.

Quadro II: Profissão e tempo de moradia (TM) dos residentes entrevistados em Castro Laboreiro, Vilar da Veiga e Pitões das Júnias (Flávio Barros, 2007)

Castro Laboreiro		Vilar da Veiga		Pitões das Júnias	
Profissão	Tempo de moradia (anos)	Profissão	Tempo de moradia (anos)	Profissão	Tempo de moradia (anos)
Agricultor	42	Auxiliar de acção educativa	24	Agricultor	54
Auxiliar de museografia	35	Auxiliar de serviços gerais	7	Agricultor	20
Auxiliar de museografia	13	Farmacêutico	13	Comerciante/empresário	65
Agricultor	42	Piloto	33	Padeiro	4
Geógrafo	28	Técnico postal de gestão	43	Agricultor	50
Agricultor/empresário	12	Dona de casa	50	Agricultor	45
Agricultor/pedreiro	63	Estudante	3	Agricultor	?
Economista	25	Estudante	17	Estudante	25
Arqueólogo	13	Comerciante	65	Estudante	17
Professor	58	Auxiliar de acção educativa	46	Agricultor	15
Construção civil	46	Agricultor	67	Funcionário público/ Agricultor	28
Técnico de farmácia	37	Agricultor	70	Técnico electricista	20
Reformado	68	Motorista	17	Agricultor	50
Professor	40	Industrial (madeireiro)	60	Empresário	30
Comerciante	11	Construção civil	47	Agricultor	40
Professor	68	Mestre florestal	72	Estudante	14
Estudante	19	Comerciante	28	Comerciante	75
Empresário	29	Professor	55	Estudante	17
Construção civil	76	-	-	Dona de casa	38

Técnico de controlo de qualidade	21	-	-	Intelectual	11
Agricultor	44	-	-	Técnico de turismo	3
Estudante	10	-	-	Empresário	15
Professor	45	-	-	-	-

2.1.2 Questões colocadas e respostas obtidas

- Conhecimento do Plano de Ordenamento (PO)

Os inquiridos responderam, na maioria dos casos, que conheciam ou já tinham ouvido falar sobre o Plano de Ordenamento, mas o investigador concluiu que, na prática, ou conheciam muito superficialmente ou não conheciam praticamente nada sobre o seu teor.

Os que diziam conhecer, mesmo de maneira superficial, eram pessoas com alguma ligação (directa ou indirecta) com a Câmara ou a Junta de Freguesia ou com uma formação escolar mais avançada. As freguesias que apresentaram o maior número de pessoas com conhecimento sobre o PO foram Vilar da Veiga (83%) e Castro Laboreiro (78%). Em Pitões das Júnias a maioria (55%) dos inquiridos disse não saber de que se trata o PO.

De acordo com as respostas dos inquiridos o conhecimento acerca do PO surge nas questões que dizem respeito mais directamente às actividades de cada grupo social. Os agricultores, por exemplo, em algumas regiões, vivem de perto a situação dos ataques do lobo aos rebanhos e sabem melhor do que ninguém que é proibido matá-lo. Os caçadores, por outro lado, sabem que a caça é permitida somente em determinadas épocas do ano, que espécies podem ou não caçar e que há zonas específicas para esta prática. Os empresários do ramo do turismo sabem que existem áreas a que os turistas não devem aceder, e assim sucessivamente.

Assim, o investigador concluiu que os residentes se preocupam em conhecer mais especificamente as regras que estão mais ligadas ao seu ramo de actividade económica ou de subsistência.

- Áreas que devem ser mais protegidas

Os entrevistados foram também questionados sobre que áreas do Parque Nacional deveriam ser mais protegidas. As áreas mais citadas tiveram uma forte relação com a proximidade ao local de moradia (neste caso as freguesias) e o grau de conhecimento por parte dos residentes. Para além disso, a ligação pessoal com o lugar também se mostrou relevante. Quando indagados sobre o motivo das escolhas, as respostas apresentadas situavam-se no campo da importância cultural, da beleza cénica, da ligação do lugar com as suas histórias de vida, e, em alguns casos, do significado dos serviços prestados pelos ecossistemas. Em Castro Laboreiro a área mais citada foi o Planalto de Castro Laboreiro, em Vilar da Veiga a Mata de Albergaria e em Pitões das Júnias, o Mosteiro de Nossa Senhora das Júnias. Todas essas áreas correspondem às respectivas freguesias de origem dos entrevistados, demonstrando, deste modo, que as pessoas têm mais anseio de ver protegidos os sítios da comunidade em que residem.

Contudo o investigador identificou uma outra situação que considerou interessante: em Castro Laboreiro e em Vilar da Veiga a segunda área escolhida foi o Parque Nacional na sua dimensão mais ampla, o que pode sugerir, no caso destes residentes, uma visão totalizadora do Parque Nacional, onde a protecção de todo o Parque produz mais efeito positivo do que uma área ou outra em particular. O investigador concluiu que apesar dessas pessoas não conhecerem o Parque Nacional em toda a sua extensão, têm ideia da sua importância, mesmo que de uma forma elementar. E considerou que isso é crucial, em termos de conservação da natureza, pois o

reconhecimento da importância de uma Área Protegida, a partir das populações humanas residentes, é um bom começo para lançar mão de estratégias colectivas de transformação.

Apenas em Pitões das Júnias a categoria “todo o Parque” não apareceu, sugerindo, em princípio, que as prioridades de protecção devem ser voltadas para áreas locais, como o Mosteiro de Nossa Senhora das Júnias e a Cascata. Note-se, contudo, que na categoria “outros”, um residente citou o Parque como um todo, muito embora a maioria das áreas citadas pertença à freguesia. Pitões das Júnias foi a freguesia que aparentemente recebeu menos influência da indústria do turismo até ao presente, podendo isto ser facilmente observado pela existência, em menor escala, de equipamentos de prestação de serviços (hotéis, restaurantes, centros comerciais, correios, bibliotecas, serviços de Internet, entre outros). Foi em Pitões das Júnias que o investigador identificou com maior frequência a manutenção das tradições socio-culturais, como a permanência da maioria das casas nos padrões típicos, a realização de festas populares, o fabrico do pão de centeio no forno comunitário da aldeia, etc. Considerou assim que a forte ligação da comunidade com o lugar se passa fora das matrizes mercantilistas do turismo, tornando-se muito mais uma relação de tradição, história e pertença, no sentido mais profundo da palavra, do que do ponto de vista económico, no sentido de tirar algum tipo de lucro da região.

Tal não significa dizer que nas outras freguesias investigadas as pessoas não tenham uma forte ligação com os lugares, mas apenas que estão mais susceptíveis de se adaptarem às exigências do mercado do turismo, sendo esta actividade o principal motor a influenciar as transformações ao nível da paisagem local, das relações sociais e da cultura.

- Actividades que deveriam ser permitidas

Quando indagadas sobre quais as actividades proibidas (ou que exigem licença) no Plano de Ordenamento em vigor deveriam passar a ser permitidas, o item mais citado nas três freguesias foi a questão da construção. Esta actividade mostrou-se bastante polémica entre os inquiridos. Segundo estes o PNPG incorre em diversos erros em relação a este tipo de actividade. A falta de agilidade na emissão da licença, as exigências burocráticas, o tipo de material de construção exigido pelo PNPG, a falta de acompanhamento e orientação técnica, a aplicação das leis de modo igualitário e justo, figuram entre as principais justificações apresentadas.

A falta de agilidade nos processos de licença, por exemplo, traz alguns problemas: quando as pessoas solicitam uma licença de construção, significa que, de um modo geral, dispõem de recursos financeiros para tal fim e a morosidade, por parte do sector competente do PNPG, causa algum tipo de descontentamento para quem solicita a autorização. Segundo os inquiridos, muitas vezes o processo prolonga-se por tanto tempo, que as pessoas acabam por desistir ou mesmo por começar as obras sem licença. Depois de concluída a obra, o PNPG aparece para fazer a fiscalização e muitas vezes recomenda a demolição, justamente por não estar de acordo com as exigências legais.

Entre as justificações apresentadas, a questão da aplicação da lei de modo igualitário para toda a população foi talvez a mais eminente, pois esta problemática apresenta-se de modo específico nas diferentes freguesias.

Por exemplo, em Castro Laboreiro, alguns residentes queixaram-se das construções modernas que têm aumentado na zona central da Vila (estabelecimentos de alojamento e restauração). Neste caso, os residentes que solicitam licença para construir uma casa ou executar uma reforma, indagam por que é que os seus processos são indeferidos enquanto o Parque Nacional autoriza construções de arquitectura diferente do padrão exigido, muito embora estas se encontrem em áreas urbanas centrais, de grande fluxo de turistas.

Em Vilar da Veiga, o caso é ainda mais grave, pois os empreendimentos hoteleiros são em maior escala, visto o tráfego turístico ser ainda mais intenso nesta zona. Um morador citou como exemplo a construção do novo mercado da Vila, que foge completamente ao padrão arquitectónico do lugar, aproximando-se mais de um centro comercial de uma cidade grande, do que propriamente a um mercado típico de um povoado antigo, muito embora com características da vida moderna. Lembrou ainda que a arquitectura anterior era mais condizente com a paisagem do Parque. Outros exemplos de construções destoantes puderam ser observados noutras zonas, não urbanas.

Tal questão é vista de forma mais complexa pelas pessoas que estão nos aldeamentos, pois custa-lhes a entender por que é que não conseguem obter licença, enquanto noutras zonas se constroem hotéis para os turistas. A impressão que se tem, segundo alguns dos inquiridos, é que o Parque Nacional existe mais para atender a um grupo de pessoas privilegiadas, de condições económicas favoráveis (como os turistas, empresários e outros) do que às pessoas que nele habitam e de certo modo contribuem para a sua conservação.

O investigador concluiu que várias reflexões podem ser feitas a partir destas inquietações. Seria extremamente importante para os residentes, independente da actividade económica que exercem ou do grupo social que estão inseridos, ter conhecimento do que diz o actual Plano de Ordenamento do Parque acerca das construções. Se a população conhecesse melhor o que recomenda a lei, talvez essas questões não existissem, pois o Plano de Ordenamento é o instrumento mais importante no que diz respeito ao uso do território numa Área Protegida.

O investigador considerou ainda que Há que pensar que as leis são flexíveis, sujeitas a interpretações e que ao longo do tempo podem-se tornar desfasadas, pois as sociedades estão sujeitas as transformações ao longo de uma matriz espaço-temporal; e tratando-se de uma Área Protegida, estas transformações devem ocorrer em consonância com a legislação vigente e com os objectivos da Área Protegida. Também é necessário analisar a questão dos recursos humanos afectos a esta área (Engenharia Civil e Arquitectura), pois os atrasos e morosidades na emissão de licenças podem dar-se justamente por haver carência dos mesmos.

-Actividades que deveriam ser proibidas

A respeito da questão sobre que actividades são actualmente permitidas e deveriam ser proibidas, grande parte dos residentes entrevistados respondeu não saber. Esta categoria, “não soube responder”, apareceu na liderança das respostas em Vilar da Veiga e Pitões das Júnias. Em Castro Laboreiro foi a segunda mais citada. O investigador considerou que esta resposta é bastante preocupante, pois demonstra mais uma vez a falta de conhecimento das pessoas acerca do instrumento que ordena o território da Área Protegida em questão. Este desconhecimento fica claro na maioria dos inquiridos, não somente pelo facto de não saberem responder, mas também pelas outras respostas apresentadas, competindo ao Parque Nacional o papel de esclarecer a população sobre a importância da sua conservação.

Entre os itens que as comunidades julgam que deveriam ser proibidos ou mais controlados, estão a utilização de motos e jipes na maioria das zonas do Parque, bem como a prática de *motocross* e outros desportos motorizados. Este tipo de actividade, bem como outras que foram citadas com a intenção de serem proibidas, na verdade já o são e constam no actual Plano de Ordenamento do Parque. Apesar das três freguesias estarem localizadas em regiões distintas do Parque, este problema foi citado com elevada frequência em todas as localidades. Segundo os entrevistados, este tipo de veículo e sua prática desportiva causam vários prejuízos ao Parque, como a degradação das estradas e caminhos, a deterioração do solo, a fuga dos animais e ainda o risco de acidentes com as pessoas e a fauna local.

A caça e a pesca também foram actividades citadas em todas as áreas. Apesar da caça ser hoje uma actividade permitida somente aos residentes e naturais, em épocas específicas e estar condicionada às Zonas de Caça Associativa, os inquiridos que se mostraram contra este tipo de actividade, usaram como justificação o facto do Parque Nacional ser uma Área Protegida que tem como função basilar a protecção da biodiversidade local e onde, portanto, não deveria caber este tipo de acção. Outro argumento foi o da escassa fiscalização nas temporadas de caça, em que a fauna local é abatida sem o devido controlo de espécies e quantitativo de indivíduos por espécie, muito embora haja orientação por parte do Parque quanto às espécies que podem ou não ser caçadas. Outro ponto focado pelas pessoas entrevistadas é em relação a quem participa nas caçadas (espanhóis e outras pessoas não-residentes no Parque), podendo trazer perdas irreparáveis para as populações animais, principalmente as menos conhecidas do ponto de vista da ecologia populacional. Também o facto dos Vigilantes da Natureza actuarem sem armas de fogo, o que pode contribuir para o desencorajamento de uma acção mais intimidadora, foi referido como preocupação dos inquiridos em relação à caça.

No âmbito da pesca, que esteve ausente apenas em Vilar da Veiga, a justificação utilizada foi a falta de uma fiscalização mais eficiente por parte do Parque, embora isso não constitua problema dos mais sérios. Esta actividade deveria, segundo a opinião dos inquiridos, ser mais controlada e o defeso ser levado mais a sério.

Em Castro Laboreiro uma questão muito focada foi a do lixo. Uma boa parte da comunidade entrevistada expressou certa indignação em relação à falta de uma acção mais proibitiva e punitiva no que diz respeito ao destino de resíduos sólidos na freguesia e envolvente. Citaram exemplos como o destino dos “monstros domésticos”, restos de obras e outros tipos de resíduos em locais inadequados, o que contribui negativamente para a paisagem, para o solo e para o Parque como um todo. Referiram a existência de ecopontos no centro da Vila, que as pessoas não utilizam, preferindo deitar o lixo noutros locais, como os rios e terrenos baldios. Desta forma, sugerem que o Parque Nacional, em parceria com a Junta de Freguesia, tome medidas mais rigorosas e paralelamente desenvolva acções educativas junto da comunidade.

Para além destas questões principais e como as pessoas foram incentivadas a ficarem à vontade para responderem às questões, a diversidade de respostas não deixou de existir, principalmente em Vilar da Veiga, que totalizou 16 categorias de resposta, seguida de Pitões das Júnias, com 13 categorias e Castro Laboreiro, com 11 categorias. A maioria dessas categorias foi citada apenas uma vez em cada freguesia, mas foi considerada igualmente importante do ponto de vista da revisão do Plano de Ordenamento. São elas a recolha de ervas medicinais, a construção de hotéis, a limitação do número de turistas, os acampamentos, a retirada de inertes, a retirada de madeira, a existência de tranquetas, os desportos náuticos, a construção fora do padrão, a pouca fiscalização, a questão do lixo e a questão da “simulação de incêndios” (fogos controladas), no caso de Vilar da Veiga. No caso de Pitões das Júnias, apareceram as seguintes categorias (apenas aquelas que não foram citadas noutra freguesia): o acesso a determinados sítios, os incêndios (que é diferente da categoria “simulação de incêndios”), os subsídios para agricultores, a merenda dos turistas e as desigualdades. Em Castro Laboreiro, as categorias específicas foram: a falta de administração e verbas e a realização de fotografias sem autorização. Os pormenores sobre estes itens são desenvolvidos pelo investigador no seu estudo.

- Principais entraves do PNPG

Identificar as barreiras que impedem a conservação da natureza no PNPG, a partir da visão dos residentes, constituiu um ponto essencial no estudo em causa, uma vez que se considerou que são estas as pessoas que vivem e convivem mais de perto com a realidade quotidiana do Parque Nacional.

O investigador concluiu que boa parte dos entrevistados demonstrou hostilidade à existência do Parque Nacional. Esta não-aceitação, pelo que os dados apontam, parece ter uma raiz antiga, que remonta a própria

transformação do território em Área Protegida. Os entrevistados que reprovam a existência do Parque alegam que o mesmo foi criado de forma impositiva, com a promessa de trazer melhorias de vida para os residentes. Dizem ainda que a decisão de criação desta Área Protegida foi muito mais uma intenção de uma elite de investigadores e ambientalistas e também políticos do País, do que propriamente uma iniciativa dos actores locais ou uma vontade colectiva daqueles e destes. Face à não concretização de promessas feitas na altura (ou se concretizadas, realizadas tardiamente), geraram-se então conflitos e descontentamentos junto dos moradores.

O investigador refere Pinto & Partidário, segundo os quais a história da implantação das Áreas Protegidas (AP) em Portugal, de modo geral, assumiu esta postura. A decisão de transformar uma determinada zona em Área Protegida veio geralmente de um grupo de pessoas que pensou que tais sítios, devido à beleza cénica, ao valor cultural e à presença de uma fauna e flora especiais, poderiam estar mais resguardados se passassem a existir como espaços protegidos. Isto, da maneira como se estabeleceu, pode ter sido o âmago do surgimento dos conflitos entre as Áreas Protegidas e as populações residentes em Portugal.

O investigador referiu ainda que este tipo de embate tem sido uma barreira recorrente para o avanço da conservação da natureza em muitas Áreas Protegidas no mundo inteiro, principalmente naquelas em que a dinâmica adoptada foi a da expulsão das populações humanas de uma área para que esta fosse transformada em Parque. Deste modo, o preço pago pela implantação de Parques em muitos países foi bastante caro: perdas de cultura, sangue derramado, lutas intensas, mortes de membros de comunidades tradicionais, redução da biodiversidade, inclusivé, etc. O investigador considerou importante referir que, quanto ao último ponto, se sabe hoje que a biodiversidade não pode estar dissociada da cultura e que são muitos os povos que contribuem para a manutenção da diversidade biológica em muitos lugares do mundo, a partir das suas actividades tradicionais de subsistência.

No caso específico do PNPG o investigador considerou, com base nos depoimentos de alguns moradores, que o mecanismo pelo qual o Parque tem sido conduzido ao longo dos seus quase 40 anos, ou seja, a partir de uma relação distante com os actores locais, faz nascer nas pessoas um espírito de rejeição, que acaba por recair na figura do Director, perpassando da esfera institucional para o âmbito pessoal. Tal constituiu, no seu entender, um aspecto bastante negativo, pois reduz um problema que é complexo à imagem de uma pessoa, esquecendo que esta fragilidade é histórica e institucional e este tipo de posicionamento parece muito mais ser uma postura do tipo “o problema é dos outros e não meu”. E, neste sentido, considera fundamental que cada pessoa envolvida no contexto do Parque, seja um funcionário ou um morador, se sinta co-responsável pela boa condução dos processos mitigatórios dos problemas socio-ambientais. Refere Hayes (2006) que estudou a relação entre os parques e as pessoas, por meio da eficácia das AP para a protecção da floresta em 13 países e que identificou que a valorização do diálogo é de fundamental importância para o alcance da conservação. Cita também Xu et. al. (2006) que reforçam esta afirmação.

No PNPG os principais entraves apontados, 53 ao todo, foram agrupados por ordem de aparecimento e repetições nas três áreas estudadas. Houve doze problemas que foram citados em todas as três freguesias e por isso merecem destaque. Vale ressaltar, assim, que estas freguesias são distintas no que respeita à localização, à cultura local e às relações sociais, porém, bastante próximas no que se relaciona aos problemas identificados.

Os incêndios, segundo os inquiridos, constituem o maior dos problemas do Parque, pois estes causam muitos danos: destruição da floresta, morte de animais, perigo de acidentes, poluição da atmosfera, perda da paisagem exuberante, etc. Os incêndios existem por vários motivos: vingança política, produto das queimadas descontroladas feita pelos agricultores nos seus terrenos, irresponsabilidade de alguns moradores, causas

naturais (quando as altas temperaturas do ano contribuem para isso), descuido de turistas ou moradores quando fazem lume ou abandonam pontas de cigarros ainda acesas, etc. A maior dificuldade de solucionar este problema, quando já estabelecido, encontra-se na carência de sapadores, viaturas e aviões, na falta de técnicos, na inexistência de reservatórios adequados e com boa quantidade de água, na morosidade da acção de combate. Antes do problema se instalar, faltam a devida fiscalização e vigilância, técnicos no terreno, campanhas mais eficientes de prevenção e maior aplicabilidade da lei, quando se conhece o autor do crime.

A presença do lobo e do javali, outros dois entraves indicados pelos inquiridos, tem trazido sérios danos. Os agricultores alegam que o lobo abate os animais de criação: cavalos, cabras, vitelos, ovelhas. O Parque, por sua vez, demora muito tempo (até 2 anos) para pagar a indemnização ao agricultor e isso tem causado vários conflitos, pois, se por um lado os agricultores precisam dos seus animais, o Parque (e também toda a sociedade) tem o dever de proteger uma espécie ameaçada e extremamente importante para o equilíbrio da cadeia trófica do ecossistema em causa. O investigador considerou que este preocupante cenário pode ser analisado a partir de diversos factores: antes da existência do Parque, populações humanas e lobos já existiam. Os lobos, na ausência de outras presas, sempre abateram ovelhas e outros animais domésticos. Antes do lobo ser uma espécie protegida e do Parque existir, segundo alguns moradores, os pastores cuidavam com maior eficácia dos seus rebanhos, para não serem atacados pelo lobo; assim, podiam também, eventualmente, matá-los. Nos últimos 36 anos, desde a criação do Parque Nacional, muita coisa mudou no contexto ambiental do mundo: surgimento das alterações climáticas globais, levando a temperatura média do planeta a tornar-se mais elevada e assim contribuir com o aparecimento de incêndios, o que pode ter sido mais um elemento para a redução da floresta e de boa parte de seus recursos (incluindo as presas naturais dos lobos). Por outro lado a implantação dos subsídios pode ter influenciado a acomodação dos pastores no que se refere aos cuidados com o rebanho; e as alterações nos ecossistemas (inclusivé as causadas pelos seres humanos, residentes ou não do Parque), podem ter sido a essência para hoje os lobos ataquem com maior frequência os animais domésticos, pois na ausência de presas potenciais, têm que encontrar uma solução para a sobrevivência, que são os animais domésticos. A caça, que existe em épocas específicas e é uma actividade autorizada pelo Parque através das Zonas de Caça Associativa, pode também ser um mecanismo que impulsiona esta questão do lobo, pois, mesmo não sendo permitido o abate de cervídeos, é difícil pode garantir que eles não são caçados e que quem só os residentes do Parque é que caçam neste território.

O combate ao javali, neste contexto, tem sido outra reivindicação suscitada por alguns residentes, principalmente aqueles que desenvolvem algum tipo de actividade agrícola. Reclamam que as populações destes animais vêm crescendo a cada ano, que o Parque não tem permitido a realização de batidas e como consequência, estes animais acarretam perdas para as propriedades, principalmente nas culturas.

Quanto à eventual corrupção, aspecto que surgiu nas três freguesias estudadas, o investigador considerou que a mesma deve ser discutida, porque tem forte ligação com a questão do lobo. A situação apontada pelos residentes (considerando apenas as entrevistas realizadas) indica a participação de funcionários e moradores neste tipo de prática. O procedimento descrito pelos moradores é o seguinte: os animais domésticos (cabras, ovelhas e vitelos) são geralmente consumidos em casa. A cabeça e a carcaça são depositadas no monte para simular um ataque de lobo. Os vigilantes da natureza são accionados para darem um parecer e aceitam um tipo de acordo com o agricultor, neste caso, geralmente uma pessoa de confiança e em troca de emitirem um parecer favorável, recebem “luvas” da pessoa, que pode ser no momento do suposto ataque ou após o recebimento do subsídio pelo agricultor. Podem ainda os animais morrer por motivos de doença ou velhice e depois os agricultores carregam-nos para o monte para serem mordiscados pelos cães e os lobos ficarem com a culpa. É por estes factores que alguns moradores sugerem o fim do pagamento dos subsídios aos agricultores e alegam

ainda que em casos reais de ataque de lobo, às vezes os pareceres são desfavoráveis, o que gera revolta na população (por causa do erro de um, todos pagam). Com o fim do pagamento dos subsídios (e não somente por esta razão), cada agricultor deveria guardar da melhor forma possível seu rebanho.

O investigador entende que esta prática, se realmente existente, necessita de ser rigorosamente avaliada pelo Parque, cabendo-lhe procurar encontrar uma solução, junto das comunidades, que pode ser pautada por uma melhor avaliação dos ataques (realizada por meio de novos métodos), por um sistema de fiscalização mais eficiente e tentando encontrar alternativas ao manejo dos animais de modo a minimizar o ataque do lobo, etc.

As construções também figuram na lista dos problemas mais sérios do Parque. As justificações são, neste aspecto, um pouco ambíguas. Uma parte da população considera que o Parque deveria ser mais flexível e permitir o pleno exercício da liberdade das pessoas, autorizando as construções com pouco rigor. Outra parte considera que o Parque tem sido flexível demais com uns e muito rigoroso com outros, ou seja, tem aplicado a lei de modo diferente para o conjunto da sociedade local, sendo focadas as questões do poder, da influência e da situação financeira. Uma outra parte ainda abraça a ideia de que o Parque só deveria permitir reformas ou construções dentro do padrão arquitectónico do lugar, a fim de manter a tradição. A falta de informação e esclarecimento, bem como o distanciamento do Parque com a população, foram igualmente exemplos de entraves levantados.

O investigador considerou que, de todos os problemas apresentados, estes são os que merecem mais atenção porque estão na origem de muitos outros problemas. E entende que talvez sejam aquele em que é menos complexo encontrar uma solução, embora implique um desprendimento pessoal dos indivíduos e uma nova postura político-filosófica ao nível da Instituição. Para o investigador a questão do distanciamento entre o Parque e a população residente funciona como uma barreira que dificulta o alcance da conservação da natureza, justamente porque afasta os interesses. De modo inverso, com diálogo e aproximação, os interesses convergem, porque se deve partir do princípio que todos querem o melhor para todos. As experiências dos Parques Nacionais de outras partes do mundo, que mantêm um nível de cooperação com as populações residentes, têm confirmado os imensos sucessos obtidos: melhor qualidade de vida para as populações, biodiversidade conservada, património cultural protegido, geração de emprego e rendimento dentro dos parâmetros aceitáveis e permitidos para uma Área Protegida, entre outros.

O tema desemprego foi outra realidade presente nas três freguesias, considerando os moradores que este é um problema do Parque, o que levanta interrogações ao investigador, que considera que é preciso discutir que processos surgiram após a transformação desta zona em Área Protegida, para se encontrar as bases que fizeram emergir o fenómeno do desemprego.

Outro dos entraves que apareceu em todas as freguesias foi a falta de programas educativos, a implantação de escolas (ou manutenção das que já existem) e mais apoio às já existentes, o que levanta igualmente questões ao investigador que considera difícil compreender o encerramento de escolas no interior do Parque, quando este está inserido numa região que apresenta índices preocupantes de analfabetismo.

- Como melhorar o PNPG?

Após cada entrevistado ter apontado os principais entraves do Parque Nacional, o investigador perguntou-lhes então o que deveria ser feito para melhorar. As principais sugestões têm forte relação com os problemas apresentados.

Por isso o investigador voltou a referir que a gestão de uma Área Protegida, se realizada em parceria com as populações, pode tornar-se menos complicada (embora não queira com isso dizer que instituir o diálogo entre as

partes é o antídoto da conservação da natureza, mas antes que não adoptá-lo contribui muito mais para os retrocessos do que para os avanços).

No caso do PNPG é a própria população que denuncia este afastamento que, segundo alguns moradores, é histórico. Neste contexto, um jovem morador de Pitões das Júnias referiu que grande parte dos desconhecimentos da população se deve a este afastamento. Citou como exemplo a questão dos impostos cobrados pelo Governo em que, no caso dos moradores do PNPG, estes pagam um valor mais baixo, justamente pelo facto de serem residentes numa AP. O mesmo morador enfatizou que a maioria das pessoas desconhece esta vantagem e que ele próprio só tomou conhecimento disto a partir de uma palestra proferida pelo Director do Parque, numa escola da região, reforçando que: *“se o Parque fizesse isso com frequência (...) as coisas estariam melhores, pois as pessoas não sabem quais são as vantagens de morar no Parque”*.

O investigador considera que reflectir a questão do diálogo é, portanto, fundamental, uma vez que o mesmo se constitui como uma expectativa da população, nas três áreas estudadas. Neste sentido, o diálogo pode estar inserido num programa oficial mais amplo de gestão da Área Protegida, sendo instituído como uma política de gestão. A informação e orientação, outros anseios apresentados pelos moradores, podem também ser entendidos no contexto do diálogo e da aproximação. Para ilustrar esta questão, um residente citou o exemplo dos pesquisadores que realizam estudos no PNPG sem que os próprios moradores conheçam os resultados desses estudos, reforçando ainda mais a ideia de que o Parque é uma instituição distante da sua população.

Por outro lado, uma reestruturação geral do Parque, citada em todas as freguesias investigadas, expressa a ansiedade de alguns membros das comunidades locais verem o sucesso do PNPG. Para isso, os residentes dizem que deveria haver um novo formato administrativo para o Parque, com novas regras internas, novas atribuições para os funcionários, formação, programas de qualificação, perda de regalias e, principalmente, renovação do quadro funcional antigo. A reforçar esta posição estão questões como a localização da sede do Parque, o desenvolvimento inadequado de actividades por alguns funcionários e a ideia de que a maioria destes trabalham mais em gabinete do que no terreno (o que contribui para o não conhecimento de muitos aspectos do Parque).

Também a questão dos programas educativos e de formação esteve presente nas respostas dos inquiridos de diversas formas. Alguns disseram que deveriam existir programas de educação que envolvessem os jovens das localidades, que poderiam tornar-se guias da natureza, contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento do turismo. Outros sugeriram a implantação de espaços de formação e cultura nas comunidades com a intenção de envolver locais e visitantes, estimulando a difusão da cultura, da história e da biodiversidade locais. As escolas poderiam tornar-se os cenários para este tipo de iniciativa, contando com a participação colectiva de toda a comunidade.

Programas desportivos de aventura e de natureza poderiam igualmente ser implantados em parceria com empresários locais como meio de promoção do desenvolvimento socio-cultural, dando aos jovens e adolescentes das aldeias a oportunidade de desfrutar de um lazer saudável a partir dos recursos existentes na área e na região.

No caso da população da terceira idade, programas desportivos e de lazer compatíveis deveriam igualmente existir.

A promoção de eventos, cursos, semanas temáticas, festivais, seminários, com temáticas de ambiente, poderiam da mesma forma ser inseridos em programas mais amplos de educação ambiental que valorizem os recursos

humanos locais. Alguns moradores apontaram a ausência de programas dessa natureza desenvolvidos pelo PNPG.

A necessidade de limpeza foi outra sugestão comum às três freguesias. Os residentes que apontaram esta ideia defendem que é a falta de limpeza que contribui em parte para a dificuldade de se combater os incêndios. Seria assim preciso desenvolver um programa voltado para esta questão, enfatizando a aplicação da lei.

As parcerias entre Parque, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais deveriam também ser instituídas.

Alguns inquiridos não deixaram de frisar, por outro lado, que o apoio do governo através da afectação de recursos ao PNPG é crucial para a melhoria do mesmo.

Também a fiscalização, se realizada a partir dos meios adequados, com corpo técnico bem treinado, conhecimento claro da lei a ser aplicada, bons conhecimentos da zona a ser fiscalizada e infra-estruturas de apoio, pode configurar-se como um elemento bastante favorável para a conservação.

A criação de alternativas de emprego foi outra sugestão apresentada, mas, conforme referido anteriormente, este ponto deve ser analisado de forma mais concreta, a partir das diferentes áreas do governo e também das parcerias com as empresas privadas.

Apesar das muitas sugestões apresentadas, quando indagados sobre como poderiam contribuir individualmente para a melhoria do PNPG, uma boa parte dos inquiridos não soube responder, ou respondeu “nada”. A resposta negativa, “não tenho como ajudar”, “nada posso fazer”, levou o investigador a reflectir sobre o papel social que cada sujeito tem na sua comunidade: os residentes podem estar desacreditados de modo a acharem que a sua contribuição pessoal actualmente já não tem qualquer tipo de impacto; ou então vivem completamente alheios aos problemas e consideram que o papel de cuidar do Parque é do outro (o próprio Parque, o vizinho, o parente, etc.) e não seu também. Mas este tipo de postura deve ser encarado como uma realidade mutável, onde o tempo e os processos estabelecidos na comunidade (com o envolvimento do Parque, inclusivé) podem ser os protagonistas de uma possível transformação.

- Implantação de taxas para turistas

No caso particular do PNPG, a cobrança de taxas é vista pela população estudada como um assunto a ser discutido, e também, possível. Em Castro Laboreiro e Pitões das Júnias a maior parte dos residentes mostrou-se favorável à implantação das taxas. Esta abertura, porém, surgiu acompanhada de uma série de condicionantes: utilização clara da receita, estar voltado para a melhoria do PNPG, ser uma taxa simbólica, ser gerida de forma justa e participativa, foram algumas das recomendações destacadas pelos inquiridos; estes acreditam que o sucesso dos recursos provenientes dessa fonte só é possível se estas directrizes forem devidamente cumpridas. Caso contrário, a cobrança de taxas não faz sentido.

2.1.3 Considerações finais/conclusões

Tendo por base tudo o que registou a partir das entrevistas realizadas e cujos principais aspectos acabamos de referir o investigador elaborou as seguintes considerações finais:

- O PNPG é uma AP que optou, no seu processo de criação, pela permanência das populações após a sua implementação. Uma vez que estas populações existem, devem ser vistas como parte importante no processo de conservação da natureza.

- Os principais problemas do PNPG descritos neste relatório foram comuns às três áreas estudadas. Assim é essencial que o Parque reflecta de forma ampla sobre os mesmos, no intuito de minimizá-los no menor espaço de tempo possível. O momento de revisão do Plano de Ordenamento é excelente para que estas questões sejam criteriosamente analisadas.
- A falta de diálogo com estas populações residentes, pelo que os resultados revelam, parece ser hoje a maior fragilidade do PNPG, e do ponto de vista da gestão de uma AP que legalmente permite populações no seu interior, este distanciamento funciona como um entrave, dificultando os objectivos do Parque. É justamente esta privação que origina muitos desconhecimentos e conflitos.
- A caça, o uso de jipes e motos, a questão das construções, a falta de fiscalização, pouco diálogo e a corrupção, pelo que os dados apontam, parecem ser as actividades que possuem os impactos mais negativos em relação ao desenvolvimento das acções de conservação no Parque Nacional.
- O acordo de Durban, produzido em 2003 na África do Sul (Bensusan, 2006), fundamenta a conservação da biodiversidade em dois grandes pilares: as áreas protegidas e as populações humanas. Este acordo prevê 9 grandes linhas de acção, a saber:
 - a) apoio significativo ao desenvolvimento sustentável;
 - b) apoio significativo à conservação da biodiversidade;
 - c) estabelecimento de um sistema global de AP conectado às paisagens circundantes;
 - d) aumento da efectividade do manejo de AP;
 - e) fortalecimento dos povos indígenas e comunidades locais;
 - f) aumento significativo do apoio de outras parcelas da sociedade às AP;
 - g) aperfeiçoamento da gestão, reconhecendo enfoques tradicionais e inovadores de grande valor para a conservação;
 - h) aumento significativo dos recursos destinados às AP, atendendo ao seu valor e às suas necessidades;
 - i) melhoria da comunicação sobre o papel e os benefícios das AP.

Portanto, é extremamente relevante que estas recomendações sejam rigorosamente observadas no âmbito do PNPG.

- O PNPG possui vários factores a seu favor: dispõe de um quadro técnico permanente, tem um Plano de Ordenamento legalmente em funcionamento, conta com a boa vontade e a abertura da população para contribuir para o seu sucesso, há em todo território boas condições de acesso (estradas, sinalização, etc.) e alojamento para turistas, entre outros. Em grande parte dos países em desenvolvimento, os Parques Nacionais carecem dessas infra-estruturas, não dispendo nem sequer de um instrumento legal de ordenamento e gestão.
- As sugestões de como melhorar o funcionamento do Parque devem ser igualmente consideradas e, se possível, discutidas em *fori* de participação popular, caso estes não existam. A criação de conselhos deliberativos por freguesia pode constituir-se como um bom instrumento de tomadas de decisão, podendo estes conselhos ser ampliados num fórum de maior dimensão, ao nível do Parque como um todo.
- Em relação a taxas para turistas, a maioria dos sujeitos locais, principalmente em Castro Laboreiro e Pitões das Júnias, é favorável à sua implantação. No entanto estes residentes consideram que este elemento deve



ser acompanhado de regras bem fundamentadas e esta discussão deve ser realizada de forma democrática. Vários Parques do mundo, como o Parque Nacional de Galápagos (Equador), o Parque Nacional Serra da Capivara (Brasil) e muitos outros dos Estados Unidos e Europa têm experimentado o sucesso da implantação de taxas, bem como de impostos e outros tipos de incentivos.

- É perfeitamente legítimo e importante o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque, porém, é fundamental que esse documento, após concluído, se transforme num instrumento prático ao longo da sua vida útil, para que não caia no esquecimento, com o passar dos anos.

2.2. Auscultação dos representantes das populações por meio de questionário: Juntas de Freguesia, Baldios (e Municípios): Julho de 2008

Para além do estudo apresentado, o PNPG procurou fazer em 2008 (a par com uma auscultação interna aos seus técnicos e vigilantes) uma auscultação dos representantes das populações: Juntas de Freguesia, Baldios (ou equiparados) e Municípios. Esta auscultação foi feita através dos questionários que se reproduzem em anexo. Apesar do número de questionários recebidos ter sido reduzido (e de, no caso dos Municípios não ter sido recebida, até à data, nenhuma resposta) podem enunciar-se algumas questões significativas.

2.2.1. Respostas das Juntas de Freguesia:

Foram obtidas apenas 6 respostas (Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço, Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez, Germil, no concelho de Ponte da Barca, Campo do Gerês, no concelho de Terras de Bouro, Sezelhe e Covelães, no concelho de Montalegre), mas ficou representada pelo menos uma freguesia em cada concelho abrangido pelo PNPG.

Das respostas obtidas são de destacar os seguintes aspectos:

Processos condicionados pelo Plano de Ordenamento (PO) na freguesia

A questão da extracção de inertes para auto-consumo é, nestes questionários e neste ponto, uma das mais referidas (4 referências), seguida da questão construção (3 referências), da não autorização de instalação dos parques eólicos, da realização de queimadas controladas para prevenção de incêndios e renovação de pastagens, da limpeza e manutenção de caminhos, da reflorestação, da utilização da albufeira de Vilarinho para actividades desportivas e de recreio e de actividades de ar livre e desporto (de) natureza (1 referência cada).

Caracterização e quantificação deste condicionamento

- aspectos que o PO inviabilizou:

A extracção dos inertes para uso próprio (2 referências), a instalação dos parques eólicos, acções de limpeza nas margens da albufeira de Vilarinho, queimadas controladas e preventivas.

Ficamos no entanto com dúvidas sobre se esta tentativa de desdobramento dos condicionamentos do PO foi completamente entendida pelos inquiridos, uma vez que se obtém também respostas como “não houve inviabilização”, “não houve instalação de processos” ou “pelas reclamações que esta freguesia tem tido a respeito ao exposto no n.º 1 deste inquérito o PNPG não tem tido a melhor atitude”.

- aspectos que o PO condicionou negativamente:

As energias renováveis/instalação de eólicas (3 referências), a exploração de inertes, o licenciamento de obras, a abertura de novos caminhos. É também referido que o PO “tentou condicionar pelos pareceres pelo PNPG exigidos no Plano de Ordenamento anterior” ou (condicionou) “o desenvolvimento da freguesia assim como a criação de postos de trabalho para a população. E deste modo contribuiu para a desertificação”.

- aspectos em que o PO se contornou:

Em caso algum/em nenhuma situação; “em condicionamentos sem diálogo com a freguesia de Castro Laboreiro”.

- aspectos em que o PO se revelou um instrumento flexível e adequado:

Aqui encontramos unanimidade no sentido negativo das respostas: “não” (se revelou um instrumento flexível e adequado)/“para nenhuns casos”; “o Plano de Ordenamento revelou-se com todas as condicionantes que ele tem e sem benefícios para os habitantes desta freguesia” ou mesmo “inflexível e fundamentalista”.

Alterações relativamente aos actos e actividades proibidos e/ou sujeitos a autorização prévia:

Os inquiridos sugerem alterações concretas como “alterar a lei da caça; autorização para fazer batidas ao javali; na área ambiente rural deve ser permitido o corte, extracção e exploração de recursos aos naturais” (2 referências); “desporto e recreio motorizados, instalação de tendas, caravanas e outros abrigos de campismo, trânsito de pessoas e bens” ou mesmo “passar o conteúdo da alínea f) do art. 2.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, de 11/11/95 a actividades sujeitas a autorização”.

Surgem contudo referências de sentido mais lato como “deveria haver mais diálogo entre as entidades gestoras e também deveria haver mais fiscalização” ou “uma maior atenção na interpretação dos mesmos (actos e actividades) nos momentos próprios”.

Áreas do PNPG que devem ser mais protegidas.

Duas das respostas vão em sentido positivo: “todas devem ser mais protegidas, mas a área do Ramiscal requer uma atenção especial” ou “na zona de protecção total”, mas uma resposta vai em sentido negativo: “nenhuma”.

Actividades/usos/intervenções já regulamentadas em que se deveria especificar melhor as normas relativas a determinados aspectos:**- Edificabilidade**

As 2 respostas obtidas vão no sentido de apelar a uma maior atenção do PNPG “aquando da elaboração do projecto”, ou “mais tolerância e ajuda aos projectos”.

- Uso florestal

As respostas obtidas vão no sentido de apelar a “novas plantações”, “mais florestação e protecção das poucas existentes” ou “planos de reflorestação e prevenção de incêndios”.

- Uso agrícola

Neste ponto encontramos sugestões muito concretas como “pastorícia em toda a área” (2 referências), “esclarecer os agricultores sobre herbicidas, plantações, cogumelos, etc., “apoio técnico e financeiro à agricultura tradicional como forma de manutenção de ecossistemas”, “protecção das culturas *perante?* ao javali” (o original não nos permite perceber exactamente o que está escrito) ou uma referência mais vaga “sim”.

- Uso silvo-pastoril

De igual modo encontramos neste ponto sugestões muito concretas como “pastorícia em toda a área”, “todos os animais recolherem à noite aos seus estábulos”, ou outras de carácter mais vasto “plano anual de queimadas e regulamentar desportos não motorizados na albufeira de Vilarinho; actividades de ar livre e desporto de natureza” ou, mais uma vez “sim”.

- Recreio e Turismo

O mesmo se passa neste ponto: “uma maior fiscalização ao turismo selvagem e outros vandalismos”, “incentivar/apoiar o recreio e turismo”, ou “proponho guias turísticos”.

- Exploração cinegética e pesca

Também aqui se sugere “uma maior fiscalização e repovoamento” ou “na zona do Planalto da Mourela uma outra (Zona de Caça) Associativa”.

- Outras

Não foram apontadas outras questões.

Aspectos a melhorar no procedimento do licenciamento e fiscalização

Neste ponto encontramos duas referências de apelo ao diálogo: “diálogo/diálogo mais pormenorizado e o acompanhamento das obras” mas também sugestões concretas como “maior rapidez na apreciação dos projectos de construção” ou “agilizar a emissão de pareceres dando cumprimento aos prazos legais” ou, de um modo um pouco mais vago “acompanhamento técnico”, mas também a emissão de uma opinião muito própria “entendo que o licenciamento de obras não deveria ir ao PNPG, pois esta entidade não os fiscaliza”.

Actividades e/ou dinâmicas socio-económicas importantes para o território do Parque Nacional a considerar

Também neste ponto aparecem sugestões concretas como a “criação de cursos de guias para dinamizar os percursos pedestres/as visitas ao PNPG” (2 referências) ou a promoção do “turismo, sobretudo o designado ‘turismo verde’ e um conjunto de actividades com ele relacionado que podem estruturar o desenvolvimento sustentável”, mas também questões recorrentes como “a instalação de infra-estruturas de parques eólicos; extracção dos inertes para uso próprio” ou “uma maior dinâmica por parte do PNPG e maior diálogo junto das populações; explicar o melhor que o PNPG tem para oferecer como benefícios”.

Fecho de estradões ao trânsito motorizado, para não residentes no PNPG

Neste ponto encontramos alguma divisão de opiniões: metade das respostas vão em sentido positivo: “estamos de acordo, deveria ser proibido”, “deviam ser interditos a todas as provas de jipes e motos quatro” ou “só deveria ser permitido a passagem a pessoas em passeio e não à realização de provas” (muito embora as provas já sejam de facto interditas).

Duas respostas vão em sentido negativo: “em minha opinião não devem fechar esses caminhos ao trânsito motorizado”, “o trânsito actual praticado nessa área não põe em causa os interesses da freguesia”.

Há depois uma resposta que condiciona a opinião aos caminhos em causa “era importante saber a que caminhos se referem em concreto para podermos emitir opinião”.

Emissão de licenças para trilhos na Área de Ambiente Natural

Neste ponto encontramos também alguma divisão de opiniões e voltamos a ficar com a dúvida sobre o entendimento da questão (o facto de se tratar apenas da Área de Ambiente Natural, onde os mesmos são interditos actualmente), uma vez que duas respostas vão em sentido negativo nestes termos: “em minha opinião não deve ser necessário a emissão de licenças para o acesso a trilhos pedestres” ou “por não estarem em condições normais de limpeza e outras condições exigidas para o efeito esta freguesia não pode concordar”.

Mas surge também uma resposta positiva “muito bem, desde que sejam acompanhadas por um guia”.

Uma outra resposta reclama o direito de propriedade “na nossa opinião a emissão de licenças deveria ser emitida pelos proprietários dos terrenos”.

Outras questões

Neste ponto voltamos a encontrar o apelo ao diálogo: “o ICN deveria ter reuniões com as entidades gestoras”, “deveriam ser ouvidas as populações directamente em cada freguesia; ter em conta o grau de descontentamento das populações para não elaborar um Plano que não vai de encontro à satisfação das populações; antes da aprovação do Plano deveria ser efectuado um estudo de opinião às populações residentes sobre o seu conteúdo” ou “agendamento de reunião ou reuniões para preparar o texto do regulamento, que entendemos de extrema importância para as populações e seus legítimos interesses”. É também reclamado um “maior apoio à recuperação de património e às populações ainda existentes”.

A Junta de Freguesia de Castro Laboreiro aproveita este ponto para expressar vivamente a sua posição, considerando-se que a freguesia de Castro Laboreiro é condicionada pelo PNPG “com vários pareceres exigidos para o desenvolvimento dos seus projectos económicos e dos seus habitantes no qual este plano de revisão não dá qualquer garantia de benefícios para o desenvolvimento desta freguesia e para os seus habitantes” e reclamando-se como “muito importante a protecção das culturas dos habitantes desta freguesia perante o javali e outros animais selvagens protegidos pelo PNPG”, devendo o pagamento dos respectivos danos “ser mais pontual”. E conclui com uma chamada de atenção “sendo a freguesia de usos e costumes únicos no país, o PNPG para seu interesse próprio devia fazer tudo com diálogo perante os habitantes desta freguesia para proteger os mesmos dos seus interesses que possuem há séculos de existência e que o PNPG deve ter em atenção”.

Uma posição semelhante é assumida pela Junta de Freguesia de Covelães: “não esquecer que quando o PNPG cá chegou as populações já cá estavam; foram elas que mantiveram e conservaram o património, a flora e a fauna que hoje existe, portanto a prioridade devia ser o apoio a essas populações e ao seu património”.

2.2.2. Respostas dos Conselhos Directivos de Baldios:

Foram obtidas apenas 2 respostas: Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez e Paredes do Rio, no concelho de Montalegre.

As respostas obtidas aproximam-se muito das respostas das Juntas de Freguesia (parece mesmo que um dos questionários foi respondido pela mesma pessoa):

Na questão dos processos condicionados pelo PO no baldio é de igual modo referida a questão das construções; volta a ser referido que “não houve inviabilização” com a aplicação do PO, o que nos levanta as mesmas interrogações anteriores; as questões que o PO condicionou negativamente são também a instalação de eólicas e a exploração de inertes; volta a surgir convicção de que o PO nunca se conseguiu contornar e de que não parece um instrumento muito adequado.

Ao nível das alterações relativamente aos actos e actividades proibidos e/ou sujeitos a autorização prévia volta a ser referida a necessidade de alterar a lei da caça, de haver autorização para fazer batidas ao javali e de ser permitido o corte e a exploração de recursos naturais na Área de Ambiente Rural. Surge também a indicação de que “era proveitoso para ambas as partes que houvesse mais diálogo e mais fiscalização”.

A resposta em relação às áreas do PNPG que devem ser mais protegidas é exactamente igual.

Também nos aspectos das actividades/usos/intervenções já regulamentadas que foram assinaladas pelos inquiridos as questões são semelhantes: no uso florestal volta a ser sugerido um plano de reflorestação e prevenção de incêndios e a possibilidade de fazer pastoreio em toda a área; no uso agrícola volta a surgir o pedido de esclarecimento dos agricultores sobre o uso de químicos, plantações, cogumelos, etc.; no recreio e turismo a proposta do uso de guias turísticos.

Na exploração cinegética e pesca, porém, a opinião do Conselho Directivo de Baldios de Paredes do Rio é completamente oposta à emitida pela Junta de Freguesia de Covelães, quanto à existência de duas Zonas de Caça Associativa na Mourela: os primeiros são contra, ao passo que a Junta de Freguesia se pronunciou a favor.

Na questão dos aspectos a melhorar no procedimento do licenciamento e fiscalização volta a surgir o apelo ao diálogo e à maior rapidez na apreciação dos projectos de construção.

Nas actividades e/ou dinâmicas socio-económicas importantes para o território do Parque Nacional é também sugerida a criação de cursos de guias.

O fecho de estradões ao trânsito motorizado para não residentes recolhe de igual modo o acordo dos inquiridos, tal como a emissão de licenças para trilhos na Área de Ambiente Natural.

E nas outras questões é igualmente defendido que o ICN deveria ter reuniões com as entidades gestoras e dar maior apoio à recuperação de património e às populações ainda existentes.

2.3. Auscultação interna por meio de questionário a Técnicos e Vigilantes do PNPG: Julho de 2008

2.3.1. Técnicos do PNPG

Como referimos anteriormente esta auscultação foi feita através dos questionários que se reproduzem em anexo (e que são muito semelhantes aos das Autarquias, Órgãos Gestores de Baldios e Vigilantes da Natureza).

Foram obtidas apenas 7 respostas, embora representem as principais áreas funcionais do PNPG (Florestal (1 resposta), Ordenamento (2 respostas), Vigilância (1 resposta) e Comunicação (3 respostas).

Das respostas obtidas são de destacar os seguintes aspectos:

Processos condicionados pelo Plano de Ordenamento (PO) em vigor/processos que deveriam ter sido indeferidos:

São assinalados vários processos que o Plano de Ordenamento em vigor já permitiu condicionar (todas as situações já previstas e bem definidas), mas sobretudo muitas situações de processos que os técnicos entendem que deveriam ter sido indeferidos mas que não puderam ser, pela redacção actual do respectivo regulamento, que apresenta:

- insuficiente clarificação de alguns conceitos (por exemplo o conceito de auto-consumo das populações);
- deficiente especificação (como em determinadas situações de edificabilidade, o que origina dificuldades na decisão quer ao nível da localização quer dos parâmetros e tipologias a permitir);
- indefinição, omissão ou, noutros casos, rigidez excessiva (como nos casos dos pedidos de autorização para a prática de determinadas actividades de Desporto de Natureza ou desporto motorizado, na vertente lúdica e/ou de competição);
- situações em que não são estabelecidas regras específicas (como na modificação de vias de comunicação ou acesso já existentes ou nas questões dos muros de suporte, vedações e painéis publicitários).

Surge também a indicação de situações em que o problema não foi a falta de enquadramento legal, mas a deficiente avaliação técnica e a falta de eficácia na gestão.

Como estas respostas dos técnicos do PNPG apresentam, na maior parte dos casos, situações muito concretas e detalhadas (algumas com indicação de pormenores por pontos ou alíneas do regulamento), parece-nos que as mesmas terão que ser analisadas caso a caso, em reunião de trabalho para o efeito.

Procuraremos de qualquer modo traçar aqui uma panorâmica dos aspectos mais importantes:

Caracterização do condicionamento:

- aspectos que o PO inviabilizou

O Plano de Ordenamento em vigor foi importante para inviabilizar determinadas situações de protecção do PNPG:

- o acesso a determinados percursos ou actividades motorizadas e a regulação da caça, da pesca e de outras actividades dos não residentes em determinadas áreas;
- a pretensão de construção de mini-hídricas, a instalação de parques eólicos ou a extracção de granito rosa nas áreas de maior sensibilidade (Área de Ambiente Natural);

- diversas situações de edificabilidade, muros de suporte, painéis publicitários ou vias de acesso;

Surge contudo a indicação de que, nalguns casos, a redacção actual do respectivo regulamento implicou um condicionamento excessivo (por exemplo a impossibilidade de qualquer demolição e/ou recuperação na Área de Ambiente Natural decorrente do artigo 15º).

- aspectos que o PO condicionou negativamente

O Plano de Ordenamento em vigor condicionou negativamente:

- o licenciamento de estruturas de apoio à actividade pecuária (ao não prever esta tipologia de construção e ao não a regulamentar);
- a pernoita na serra de técnicos e/ou investigadores em contexto de trabalho (ao não a permitir);
- a realização de caminhadas/pedestrianismo/passeios pedestres na Zona de Protecção Parcial (ao não definir bem situações e conceitos como 'actividade desportiva' e 'trânsito de pessoas');
- a autorização de corte de carvalhos e derrama de *Chameacyparis* (por não haver disposições impeditivas específicas).

Tal como aconteceu no caso das Juntas de Freguesia e Conselhos Directivos de Baldios este condicionamento negativo é interpretado de forma diferente pelos vários técnicos do PNPG. Há assim um caso em que se entende que o condicionamento negativo diz respeito aos processos que tiveram parecer negativo condicionado ao cumprimento de determinadas condicionantes, sendo listados os casos em que tal aconteceu. Por serem diversos e não ser este o espírito original da questão, parece-nos que os mesmos terão que ser analisadas caso a caso, em reunião de trabalho para o efeito.

- aspectos em que o PO se contornou

O Plano de Ordenamento em vigor pôde ser contornado com base em fundamentos técnicos e/ou socio-económicos específicos em casos como:

- a definição de perímetros pecuários, nas freguesias de Soajo e Gavieira;
- a realização de percursos pedestres, dependendo das características/objectivos da actividade solicitada (desporto ou não);
- a modificação (beneficiação e correcção) de vias de comunicação ou acesso já existentes, nas Zonas de Protecção Parcial e Complementar (ex: Geira e Ponte de S. Miguel);
- a autorização de algumas instalações agro-silvo-pastoris e apícolas.

Para além destes aspectos e tal como nas alíneas anteriores também aqui vez surge a indicação de que a redacção actual do regulamento do PO permite análises muito distintas (autorizações e indeferimentos), de acordo com cada situação e justificação técnica, tendo havido mesmo situações que sofreram a influência de pareceres jurídicos diferentes (e, que, portanto, acabaram por ser decididas de forma diferente).

- aspectos em que o PO se revelou um instrumento flexível e adequado

O Plano de Ordenamento em vigor revelou-se um instrumento flexível e adequado para a quase generalidade dos outros casos, com excepção dos já referidos ou dos casos que requeriam uma redacção mais específica.

Surge neste ponto a indicação de que o Plano de Ordenamento agora em revisão pode beneficiar de uma série de estudos posteriores a 1995, cujo conteúdo deverá ser revertido para o novo regulamento.

Alterações relativamente aos actos e actividades proibidos e/ou sujeitos a autorização prévia:

Na opinião dos técnicos do PNPG o novo regulamento do Plano de Ordenamento necessita de uma série de correcções, melhores definições e acrescentos, que, pelo seu pormenor e para se garantir um consenso em volta das mesmas, mais uma vez remetemos para uma análise caso a caso, em reunião de trabalho para o efeito.

Áreas do PNPG que devem ser mais protegidas:

Também neste caso surgem muitas sugestões, que decorrem da aplicação do PO em vigor, sendo muitas delas pequenas correcções ou alterações de designação/zonamento, para uma acção e fiscalização mais eficaz.

Mas, pelas mesmas razões apontadas anteriormente, mais uma vez remetemos os respectivos pormenores para uma análise caso a caso, em reunião de trabalho para o efeito.

- **Actividades/usos/intervenções já regulamentadas em que deveria especificar-se melhor as normas relativas a:**

- **- Edificabilidade**

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões da edificabilidade, em particular fora dos aglomerados.

Um dos técnicos do PNPG da área de Ordenamento detalha estas questões ponto por ponto, pelo que o seu contributo também deverá ser analisado caso a caso.

- **- Uso florestal**

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões do uso florestal, nomeadamente em relação aos usos compatíveis/incompatíveis e aos usos complementares, ao tipo de explorações possíveis e às espécies a privilegiar, de acordo com as diferentes áreas.

- **- Uso agrícola**

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões do uso agrícola, nomeadamente em relação aos usos compatíveis/incompatíveis e aos usos complementares e ao tipo de prática (extensiva ou intensiva) possível, de acordo com as diferentes áreas.

- **- Uso silvo-pastoril**

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões do uso silvo-pastoril, nomeadamente em relação ao ordenamento e manejo das áreas de pastagem e à definição e implementação de perímetros destinados à implantação de estruturas de apoio;

- **- Recreio e Turismo**

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões do Recreio e Turismo, em particular em determinadas áreas e para determinadas actividades e mediante a aprovação da Carta de Desporto de Natureza.

- Exploração cinegética e pesca

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ser melhor especificadas as questões da exploração cinegética e da pesca, através de uma análise integrada do respectivo ordenamento.

- Outras

No novo regulamento do Plano de Ordenamento deverão ainda ser melhor especificadas as questões relativas:

- ao Património do Estado (nomeadamente a Mata Nacional do Gerês e as situações de ocupação ilegal e/ou cedência a título precário da mesma);
 - à localização de percursos pedestres e outras infra-estruturas de apoio ao visitante;
 - à intervenção em Monumentos Históricos e Arqueológicos;
 - à instalação de apiários (em particular no caso de não residentes e na Área de Ambiente natural);
 - à publicidade,
- entre outras.

Também aqui um dos técnicos do PNPG da área de Ordenamento detalha estas questões ponto por ponto, que deverão ser analisadas caso caso.

Aspectos a melhorar no procedimento do licenciamento e fiscalização:

Deverá ser melhorada a emissão de pareceres e a fiscalização dos respectivos condicionalismos, nomeadamente através de uma melhor articulação entre o PNPG e as Autarquias (ou outras entidades que intervêm no licenciamento (como a CCDR-N) e da implementação do sistema informático (base de dados) previsto na legislação mais recente.

Deverão ser melhorados os procedimentos em actividades como a extracção de inertes, as mobilizações de solos (designadamente aterros e escavações), o depósito de resíduos, inertes e sucatas, a limpeza de linhas de água, o corte de vegetação em sebes ou maciços e/ou a limpeza de matas, o controle de infestantes, a demolição, alteração ou reposição das estruturas e infra-estruturas construídas (que tenham papel determinante na paisagem humanizada).

Actividades e/ou dinâmicas sócio-económicas importantes para o território do Parque Nacional a considerar:

- Toda a dinâmica de actividades desportivas e turismo sustentável, devendo ser aprovada a Carta de Desporto de Natureza e revalidada a Carta Europeia do Turismo Sustentável;
- O Projecto Portas do PNPG e a recente adesão do PNPG à rede PAN Parks;
- Toda a dinâmica da produção de gado e da produção florestal, da produção de energia (nomeadamente mini ou micro-hídricas e eólica), da extracção de inertes, do mercado do carbono e de outras responsabilidades ambientais.

Fecho de estradões ao trânsito motorizado, para não residentes:

A maioria dos técnicos do PNPG concorda com o encerramento dos estradões florestais, embora alguns condicionem este encerramento à obtenção do consenso prévio das outras entidades envolvidas e à confirmação da sua necessidade, em função das zonas em causa.

Um dos técnicos refere que para alguns caminhos poderá ser implementado um regime de licença/autorização prévia (com eventuais excepções para empresas licenciadas).

Um outro considera que em determinadas zonas tal encerramento poderá não ter sucesso, dadas as características dos locais e a escassez de recursos de fiscalização.

Emissão de licenças para trilhos na Área de Ambiente Natural:

A maioria dos técnicos do PNPG concorda com a emissão de licenças para trilhos na Área de Ambiente Natural, embora se diga que deverão ser perfeitamente definidos os casos e as condições em que tal pode acontecer (número de pessoas, época do ano, acompanhamento por um guia ou não), de acordo com o zonamento que vier a ser estabelecido. Deverão também ter um acompanhamento regular e permanente e deverá estar previsto o seu cancelamento, se necessário. Alguns técnicos consideram que não deverão abranger zonas mais sensíveis.

Há um técnico que alerta para a necessidade desta questão ser articulada com as disposições já existentes sobre o trânsito de pessoas e bens (artigo 11º do actual regulamento).

Surge uma sugestão da repartição da receita entre as partes, devendo uma parte ser afectada à manutenção das infra-estruturas e eventualmente à monitorização dos efeitos ambientais do acesso dos visitantes a estas zonas.

Há ainda um técnico que discorda totalmente da emissão de licenças para a Área de Ambiente Natural.

Outras questões:

Neste ponto, para além de mais uma vez se encontrarem respostas que pelo seu pormenor e para se garantir um consenso em volta das mesmas, se remetem para uma análise caso a caso, em reunião de trabalho para o efeito, surge a recomendação da devida e atempada divulgação da nova proposta de regulamento, havendo também uma sugestão da elaboração de uma versão em forma de pequeno manual do utilizador, para que possa ser perfeitamente conhecida e compreendida por todos.

2.3.2. Vigilantes do PNPG

Como referimos anteriormente a auscultação dos Vigilantes do PNPG foi feita através do mesmo tipo de questionário (em tudo semelhante ao das Autarquias, Órgãos Gestores de Baldios e Técnicos do PNPG).

Foram obtidas 2 respostas; representando as 2 equipas de Vigilância em funcionamento no PNPG: equipa da Serra da Peneda, abrangendo os Vigilantes em serviço nos territórios dos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Braça e equipa da Serra do Gerês, abrangendo os Vigilantes em serviço nos territórios dos concelhos de Terras de Bouro e Montalegre.

Trata-se da perspectiva de quem, no terreno, teve que lidar ainda mais de perto com a aplicação do regulamento do Plano de Ordenamento em vigor, pelo que neste caso optamos por manter as sugestões concretas de correcção ou alteração sugeridas (e que, sendo em menor número, também se tornaram mais fáceis de resumir e aferir, comparativamente às questões levantadas pelos técnicos do PNPG).

Das respostas obtidas são de destacar os seguintes aspectos:

Processos condicionados pelo Plano de Ordenamento (PO) em vigor/processos que deveriam ter sido indeferidos:

São assinaladas algumas lacunas do Plano de Ordenamento em vigor como:

- a falta de definição dos locais de colocação de resíduos e de extracção de inertes para auto-consumo;
- a falta (em grande parte) e deficiente localização de fogareiros nos parques de merendas;
- a questão da definição dos limites da Zona de Protecção Total, com trilhos sempre utilizados no seu interior, (ao contrário do que o PO prevê), como o caminho de acesso aos Carris e a ligação do caminho de Calvos/Vilarinho/Louriça.

Caracterização do condicionamento:

- aspectos que o PO inviabilizou:

Os processos de extracção de pedra e saibro e o depósito de resíduos, nomeadamente de construção e demolição.

- **- aspectos que o PO condicionou negativamente:**

A extracção de inertes para auto-consumo, as zonas de banho na Área de Ambiente Natural (Zona de Protecção Parcial e Zona de Protecção Complementar) e a prática de desportos 'radicais', por falta de definição dos locais.

- aspectos em que o PO se contornou:

Por exemplo na questão das Zonas de Caça Associativa na Área de Ambiente Natural (Zona de Protecção Parcial e Zona de Protecção Complementar) e na questão da extracção de saibro para conservação de caminhos florestais (nomeadamente a estrada de acesso às Lagoas e Serra Amarela).

- aspectos em que o PO se revelou um instrumento flexível e adequado:

Nas questões de aterros, terraplanagens, abertura de caminhos, captações de água, construções e condicionamento de trânsito motorizado em caminhos florestais.

Alterações relativamente aos actos e actividades proibidos e/ou sujeitos a autorização prévia:

- A implementação da prática de desportos não motorizados e praias fluviais nas Albufeiras de Vilarinho da Furna e Paradela do Rio, fora da Área de Ambiente Natural;
- As definições específicas de 'maciço' e 'sebe'.

Áreas do PNPG que devem ser mais protegidas:

É dada uma sugestão concreta de correcção do zonamento actual da Serra Amarela: “a Zona de Protecção Total da Serra Amarela deveria ser dividida em duas, criando um corredor entre a Mata de Palheiros (Vale das Gramelas) e a Mata do Cabril, com a classificação de Protecção Parcial, sendo o limite da Mata de Palheiros a linha de curva de nível da estrada de Calvos. E o da Mata do Cabril, seguindo o trilho com início na estrada que vem ligar a Calvos, continuando pelas águas vertentes do Rio Cabril, em direcção ao limite da fronteira com Espanha e na vertente contrária, seguindo também águas vertentes”;

É também sugerida a maior protecção dos carvalhais, como por exemplo, o localizado nas inverneiras em Castro Laboreiro e o situado entre S. Bento do Cando e Gavieira (Igreja).

- **Actividades/usos/intervenções já regulamentadas em que deveria especificar-se melhor as normas relativas a:**

- **- Edificabilidade**

Deverá haver uma intervenção mais acentuada fora dos perímetros urbanos.

- **- Uso florestal**

Deve definir-se a área de corte maciço, ser feito um plano de exploração para a Mata Nacional e para os Baldios, bem como para a abertura de caminhos, cumprindo toda a legislação (nomeadamente a relativa à extracção de madeiras).

- Uso agrícola

Deverá ser minimizada a utilização de pesticidas.

- **- Uso silvo-pastoril**

Deverão definir-se áreas de pastoreio e épocas em que os animais possam permanecer na Serra, de acordo com o zonamento que vier a ser estabelecido.

- Recreio e Turismo

Deverá ser implementada a Carta Desportiva (Carta de Deporto de Natureza).

- Exploração cinegética e pesca

Deverá ser facultado o conhecimento do Plano Anual de Exploração (PAE) de cada Zona de Caça ou Concessão de Pesca. Deverão também ser implementadas concessões de pesca, nomeadamente nas zonas limites da Área de Ambiente Natural e classificadas áreas de defeso de pesca, conforme a legislação em vigor.

- Outras

Não foram apontadas outras questões.

Aspectos a melhorar no procedimento do licenciamento e fiscalização:

É opinião dos Vigilantes do PNPG que este não deve emitir parecer dentro dos perímetros urbanos, “uma vez que as Câmaras Municipais têm obrigação de cumprir os Planos por elas elaborados já com a nossa colaboração.”

Mas é também referido que para uma fiscalização eficaz “é imperativo melhorar o sistema de comunicação entre os técnicos decisores e os Vigilantes da Natureza para que estes sejam atempadamente informados de acções a decorrer, dos licenciamentos em curso e do parecer final dos mesmos” ou, dito doutra forma, por outra equipa, “só tendo acesso/conhecimento dos projectos os podemos fiscalizar”. (Julgamos que esta questão se prende com o facto de actualmente, os Vigilantes só terem conhecimento do parecer técnico e não do projecto em si, pelo que lhes é difícil fiscalizar determinadas situações).

Actividades e/ou dinâmicas sócio-económicas importantes para o território do Parque Nacional a considerar:

Implementar novos trilhos e definir zonas de banho.

Fecho de estradões ao trânsito motorizado, para não residentes:

Neste ponto encontramos uma divergência de opinião entre as duas equipas de vigilantes.

A equipa da Serra do Gerês (onde este encerramento já foi feito com o acordo e a colaboração das entidades locais – Juntas de Freguesia e Baldios) considera que “os que existem estão a funcionar bem e deviam ser implementados outros noutras zonas, sempre de acordo com as populações, nomeadamente nos baldios de Cabril e Fafião que se manifestaram nesse sentido”.

Contrariamente a equipa da Serra da Peneda considera “essa medida desnecessária e injusta. Todos, residentes ou não, deveriam ter a oportunidade de aceder a esses caminhos”.

Emissão de licenças para trilhos na Área de Ambiente Natural:

Também neste ponto encontramos uma divergência de opinião entre as duas equipas de vigilantes.

A equipa da Serra do Gerês considera que a emissão de tais licenças é possível, com a “implementação de um sistema que facilite a fiscalização, que pode passar pela concessão a empresas ou por licenças individuais, tendo em conta a capacidade de carga do referido trilho”.

Contrariamente a equipa da Serra da Peneda considera que “em virtude de tratar-se de uma área naturalmente mais sensível, julga-se não ser oportuna a emissão de licenças para acesso a trilhos pedestres na Área de Ambiente Natural a não ser a título excepcional, para a realização de estudos e trabalhos de carácter científico. O público em geral deveria ser encaminhado para outros locais/trilhos”.

Outras questões:

São dadas algumas sugestões de alteração/correção de casos concretos, como “excluir a ‘Quinta do Francês’ no limite da freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre ou alterar “o limite do PN na zona de Vilarinho da Furna para incluir o triângulo encravado entre a Ribeira da Furna e o limite dos concelhos de Terras de Bouro e Ponte da Barca”.

É também chamada a atenção para actos e actividades proibidas no Plano de Ordenamento em vigor, que devem ser articulados com a restante legislação existente, como:

- a introdução de espécies da flora e fauna infestantes (Decreto-Lei n.º 565/99);



- a destruição ou perturbação, bem como recolha ou captura, detenção e transporte de espécies da flora ou da fauna sujeitas a medidas de protecção estabelecidas pela forma prevista no n.º 2 do artigo 33.º (Decreto-Lei n.º 140/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 e outros);
- o lançamento de efluentes poluentes, sem tratamento adequado (Decreto-Lei n.º 226/2007, Regime de Recursos Hídricos, Lei da Água e outras);

É ainda chamada a atenção para os actos e actividades sujeitos a autorização no Plano de Ordenamento em vigor como os previstos no Decreto-Lei n.º 18/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2003 (Desporto na Natureza) e no Decreto-Lei 218/95 (Todo-o-Terreno e outros).

2.4. Principais aspectos do “Estudo Piloto sobre concepções do que é um Plano de Ordenamento e do Plano de Ordenamento do PNPG”, realizado no início do processo de revisão: PNPG: 2003

O estudo inseriu-se numa lógica conceptual de investigação-acção e foi centrado na participação e educação para a participação das populações que habitam no interior do PNPG e nos territórios limítrofes.

A população considerada foi a população residente no PNPG em 2001, tendo sido estabelecida uma amostra de 100 sujeitos. Contudo só foram recolhidos e tratados os resultados referentes a 62 indivíduos, parte da amostra pertencente aos concelhos de Terras de Bouro e Montalegre, com a seguinte distribuição por actividade profissional principal e secundária:

Categorias de actividade profissional	Actividade principal		Actividade secundária	
	F	%	F	%
Agricultura	10	16,1	14	22,6
Silvo-pastorícia	0	0	9	14,5
Comércio	13	21	7	11,3
Indústria	3	4,8	0	0
Construção civil	2	3,2	0	0
Doméstica	5	8,1	0	0
Estudante	7	11,3	0	0
Outra	15	24,2	3	4,8
Não responde	1	1,6	29	46,8

O instrumento utilizado foi os questionários, aplicado de forma aleatória em diferentes locais de dois concelhos do PNPG. Os dados foram tratados recorrendo a medidas de estatística descritiva.

Como principais conclusões deste estudo podem enunciar-se as seguintes:

- Embora só se tenham recolhido 62 questionários os resultados obtidos foram largamente congruentes com os que emergiram de um estudo (que, entre outras, inclui questões semelhantes), levado a cabo pela ADERE-PG em Setembro de 1998.
- Assim pôde concluir-se que tanto em 1998 como em 2003:
 - 90% da população residente no PNPG gosta de lá viver, apenas 10% diz não gostar de viver no Parque;
 - apesar da maioria dos inquiridos gostar de viver no PNPG, a maioria (69,4%) acha que a região onde vive tem poucas/nenhumas condições para a fixação de jovens. Apenas 29% acha que a região possui muitas/algumas condições para a fixação de jovens;
 - a maioria da população residente no PNPG (mais de 60%) não sabe o que é um Plano de Ordenamento e, conseqüentemente, não sabe que existe o Plano de Ordenamento do PNPG (mais de 60% também);

- das pessoas que sabem que o PNPG tem um Plano de Ordenamento é idêntica a percentagem dos que acha que a sua existência é vantajosa e a dos que não sabem/não respondem (cerca de 40%);
- um pouco menos de metade dos inquiridos (cerca de 40%) já precisou de pedir autorizações ao PNPG, na sua maioria para obter licenças de construção (quase 70%);
- quando solicitados a indicar se tiveram algum problema com esses pedidos, cerca de 65% respondeu que o problema foi o parecer ser desfavorável;
- a maioria da população (cerca de 60%) gostaria de participar na revisão do Plano de Ordenamento quer através de debates públicos (43%) quer através de pequenos debates informais (32%), quer ainda através de inquéritos/entrevistas (19%);
- de uma forma geral a maioria dos inquiridos (mais de 70%) considera que o PNPG deve dar parecer em diversos aspectos (por ordem decrescente de importância: projectos de florestação, acessos - estradas e caminhos -, preservação do património cultural, definição e controlo das áreas de caça e pesca, actividades desportivas na natureza, definição de áreas para protecção ambiental, turismo em Áreas Protegidas, tipo de construção, localização de indústrias e edifícios).

Dos dados obtidos (que como se disse reforçam o sentido do estudo promovido pela ADERE-PG em 1998), conclui-se da grande importância de aproveitar o processo de revisão do Plano de Ordenamento do PNPG para promover informação relevante e para a consciencialização da população residente no Parque sobre as tarefas de ordenamento e, especificamente, sobre a revisão do Plano de Ordenamento em curso.



2.5. Consideração final

Parece-nos que os estudos e auscultações realizados, mesmo que realizados em momentos e contextos diferentes, identificam uma série de questões importantes para este processo de revisão Plano de Ordenamento do PNPG, bem como muitos alertas e sugestões práticas de como compatibilizar o Ordenamento do PNPG, que é indispensável, com as aspirações das populações que nele residem.

Parece-nos que se o PNPG conseguir dedicar um pouco do seu tempo e da sua atenção à análise destas questões poderá garantir que o seu novo Plano de Ordenamento e respectivo regulamento conciliam o mais possível todos os interesses dos diversos agentes do seu território.

3 – VISÃO ESTRATÉGICA E FORMULAÇÃO DE CENÁRIOS

Nesta secção é proposta uma visão para o Parque Nacional da Peneda-Gerês para os próximos 25 anos, sendo depois essa visão confrontada com os cenários do Millennium Ecosystem Assessment para Portugal.

3.1 Objectivos de gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Volvidos quase quarenta anos sobre a sua criação o Parque Nacional da Peneda-Gerês continua a ser o único Parque Nacional em Portugal, sendo a área protegida portuguesa com o estatuto IUCN mais elevado de protecção, nível II. Actualmente a União Internacional para a Conservação da Natureza define que um Parque Nacional é uma “Área natural de terra ou mar, designada para (a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; (b) excluir exploração ou ocupação contrárias à designação da área; e (c) fornecer uma fundação para oportunidades espirituais, científicas, educativas, recreativas e de visitantes, todas as quais devem ser ambientalmente e culturalmente compatíveis (IUCN, 1994). Os objectivos de gestão devem ser:

- Proteger áreas naturais e cénicas de significância nacional e internacional para fins espirituais, científicos, educativos, recreativos e turísticos
- Perpetuar, num estado tão natural quanto possível, exemplos representativos de regiões fisiográficas, comunidades bióticas, recursos genéticos, e espécies para assegurar estabilidade ecológica e diversidade;
- Gerir o uso pelos visitantes para fins inspiracionais, educativos, culturais e recreativos a um nível que mantenha a área natural ou num estado próximo do natural
- Eliminar e prevenir a exploração ou ocupação contrárias aos objectivos da criação do Parque
- Manter o respeito pela atributos ecológicos, geomorfológicos, sagrados e estéticos que levaram à criação do Parque
- Acomodar as necessidades das populações residentes, incluindo a utilização de recursos de forma sustentável, desde que esta não afecte outros objectivos de gestão

A nível nacional, o recente Regime Jurídico da Conservação da Natureza (DL 142/208) e da Biodiversidade refere que: “A classificação de um Parque Nacional visa a protecção de dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e adopção de medidas compatíveis com os objectivos da sua classificação”.

Assim, os objectivos iniciais que levaram à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que eram “possibilitar no meio ambiente da Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas” (Decreto nº 187-71) mantêm-se actuais. Realce-se que já em 1971 era reconhecido o potencial turístico e científico associado à criação do Parque Nacional: “trata-se de

possibilitar ... a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional.” (Decreto nº 187-71).

3.2 Um Parque Nacional para o Século XXI

A nossa visão para o Parque Nacional da Peneda-Gerês para os próximos 25 anos tem três componentes fundamentais:

- Uma zona núcleo de valores naturais excepcionais que estejam devidamente protegidos e em que se privilegia a restauração de processos ecológicos e habitats com um mínimo de intervenção humana
- Uma zona tampão com utilizações múltiplas da floresta nativa, incluindo produção de madeira, lenha e forragem, zonas agrícolas que privilegiem a pastorícia e a agricultura sustentável, e com um nível de vida acima da média nacional para os seus habitantes.
- Um Parque aberto aos visitantes e com condições de acolhimento dos visitantes

Outras secções deste relatório apresentam os maiores desafios na prossecução destes objectivos, dos quais destacamos: a necessidade de assegurar a expansão da floresta nativa e a substituição das florestas de resinosas exóticas ou mal adaptadas por floresta nativa; a necessidade de colocar um ênfase nos processos ecológicos naturais substituindo a visão mais tradicional da gestão activa dos espaços naturais; a necessidade de explorar novas formas de produção silvo-pastoril que permita rendimentos atractivos às famílias residentes; a necessidade de aumentar e melhorar a gama de actividades turísticas e abrir mais zonas do parque à visitação.

3.3 Cenário para o Parque Nacional

O Millennium Ecosystem Assessment desenvolveu quatro cenários sócio-ecológicos para os próximos 50 anos (MA, 2005). Entretanto esses cenários foram adaptados para Portugal pela Avaliação Portuguesa do Millennium Ecosystem Assessment (Pereira et. al., 2008). Os cenários são: Orquestração Global (uma sociedade globalizada com ênfase no desenvolvimento económico), Ordem a Partir da Força (um mundo regionalizado preocupado com a segurança e a protecção), Mosaico Adaptativo (a gestão dos ecossistemas à escala local são o cerne da actividade política e económica), e Jardim Tecnológico (um mundo globalizado baseado numa gestão dos ecossistemas com vista à manutenção e optimização dos seus serviços). De seguida descrevemos cada cenário brevemente e as suas implicações para o Parque Nacional.

3.3.1 Orquestração Global

O cenário de Orquestração Global descreve uma sociedade globalizada, com livre circulação de pessoas e bens, e um acesso mais equitativo a bens e serviços. Portugal estreita a cooperação económica e social com os países lusófonos. A economia portuguesa prospera devido à diversificação da base produtiva e ao investimento em tecnologias e formação, com um crescimento acentuado dos serviços e do turismo. A agricultura sofre redução da área de produção, especialização e intensificação. A floresta de monocultura de pinheiro e eucalipto expande-se. Os

incêndios florestais mantêm-se. Continua a migração para o litoral e os centros urbanos. A simplificação dos ecossistemas causada pela perda de biodiversidade, o aumento de espécies invasoras, o aumento da erosão do solo, o aumento de contaminação de aquíferos, e o aumento de emissão de gases de efeito de estufa, tornam-se progressivamente a maior ameaça à qualidade de vida das populações.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês haverá uma acentuada diminuição da população, com um abandono total da actividade agro-pastoril. Será reforçada a aposta na floresta de produção de crescimento rápido na área de ambiente rural. A combinação destas duas dinâmicas irá contribuir para um aumento da frequência dos incêndios. A aposta no turismo de massas irá contribuir para o agravamento da pressão turística em zonas sensíveis e irá aumentar a pressão para a expansão de perímetros urbanos para segunda habitação. Irá também aumentar a pressão de turismo cinegético.

O maior desafio neste cenário é assegurar que o PO privilegia a recuperação em vez da construção nova, impede a expansão de monoculturas de rápido crescimento, controla a pressão cinegética e permite um crescimento harmonioso das actividades turísticas.

3.3.2 Ordem a Partir da Força

O cenário da Ordem a partir da Força representa um mundo regionalizado e fragmentado, preocupado com a segurança e a protecção, com principal ênfase nos mercados regionais e pouca atenção aos bens comuns. A Europa fecha-se sobre si mesma. Portugal perde financiamentos comunitários e o seu crescimento económico é muito reduzido, divergindo do resto da União Europeia. Na agricultura observa-se uma inversão ligeira do abandono agrícola e o aumento da intensificação. A floresta continua essencialmente de produção, e mesmo com a manutenção de uma paisagem agrícola, a frequência de incêndios não diminui significativamente. A migração para o litoral e os centros urbanos sofre uma redução, no entanto, acentua-se o desordenamento do território. O isolacionismo reaviva algumas tradições culturais, mas a biodiversidade sofre visível redução, os solos sofrem erosão, e os aquíferos são contaminados.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês haverá um abrandamento do abandono agrícola. A utilização de fertilizantes e herbicidas levará a problemas de qualidade da água e o aumento do pastoreio intensivo levará à erosão e perda de solo nas encostas mais declivosas. Será reforçada a aposta na floresta de produção de crescimento rápido na área de ambiente rural. Haverá uma expansão do turismo de qualidade. A pressão cinegética por parte dos habitantes aumentará.

O maior desafio neste cenário é assegurar que o pastoreio não atinge zonas que estão actualmente em recuperação ou que corram o risco de sobre-exploração como zonas de risco. Outro desafio é impedir a expansão de monoculturas de rápido crescimento, e assegurar que se mantenham zonas de interdição à caça suficientes para compensar eventuais sobre-explorações em outras zonas.

3.3.3 Mosaico Adaptativo

No cenário do Mosaico Adaptativo os ecossistemas à escala regional são o cerne da actividade política e económica. Aumentam as barreiras globais à circulação de pessoas e bens, mas as

barreiras à circulação de informação reduzem-se devido às tecnologias de comunicação. A UE perde força e credibilidade e a regionalização é implementada em Portugal. O crescimento económico abranda, mas investe-se no desenvolvimento de redes de conhecimento e na formação. Observa-se uma diversificação da produção e dos serviços. Pratica-se uma agricultura sustentável baseada numa combinação de saberes locais e de ciência agrícola, e promovida por associações locais de agricultores e consumidores. Continua a predominar a floresta de produção, de pinheiro e eucalipto, mas há uma significativa recuperação da mata nativa de carvalhal a Norte e do montado a Sul. Os fogos florestais diminuem. Ocorre uma reversão da litoralização da população. A emissão de gases de efeito de estufa aumenta apenas ligeiramente. O baixo desenvolvimento económico e a sobreposição do interesse local ao bem comum são os maiores desafios neste cenário.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês haverá um retomar da produção agrícola e pastoril, com ênfase na agricultura sustentável. Será reforçada a aposta na floresta autóctone multifuncional com produtos que vão da madeira aos cogumelos, mas o crescimento desta floresta é limitado pelo reforço da actividade silvo-pastoril. Haverá uma expansão do turismo de tipo rural.

O maior desafio neste cenário é assegurar que a retoma da actividade agrícola não ameace zonas actualmente em recuperação de floresta autóctone. Outro desafio é impedir a expansão desordenada dos perímetros urbanos e das infra-estruturas, e salvaguardar que haja áreas no Parque Nacional exclusivamente dedicadas à conservação da natureza.

3.3.4 Jardim Tecnológico

O cenário do Jardim Tecnológico apresenta um mundo globalizado baseado numa gestão dos ecossistemas com vista à manutenção e optimização dos seus serviços. Em Portugal observa-se um crescimento económico com convergência com a União Europeia. Há investimento em desenvolvimento científico e tecnológico e formação. Desenvolvem-se novos sectores da actividade económica, incluindo novas aplicações comerciais da cortiça. São reforçadas medidas agro-ambientais e o pagamento de serviços ecológicos. Observa-se o abandono de áreas agrícolas marginais e uma intensificação agrícola sustentável. É incentivada a conversão de monoculturas florestais em floresta nativa multi-uso e aumenta a área de montado. A intensidade dos fogos reduz-se. As emissões de gases de efeito de estufa diminuem. Melhora o ordenamento do território. A perda de biodiversidade é estancada. No entanto, há perdas de bem estar humano resultantes da homogeneização cultural. Por outro lado, a sustentação nas soluções tecnológicas acarreta, nalguns casos, novos problemas e os custos da gestão dos ecossistemas são muito elevados.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês haverá uma diminuição da população, com um abandono significativo da actividade agro-pastoril. Será reforçada a aposta na “nova floresta multifuncional”, uma floresta virada para os serviços dos ecossistemas, que será apoiada por medidas nacionais como as Intervenções Territoriais Integradas. Esta floresta é composta essencialmente de espécies autóctones. As condições de vida das poucas famílias que se dedicarem à actividade agro-silvo-pastoril irão melhorar pois cada família irá trabalhar a escalas muito maiores do que actualmente. Em



termos de paisagem, irá haver uma expansão da floresta autóctone, uma diminuição da área de matos, e um aumento das áreas de pastagens melhoradas.

O maior desafio neste cenário é assegurar que o PO permite a exploração desta floresta multifuncional na zona tampão e direcciona as pastagens melhoradas para fora da zona núcleo do PNPG.

Bibliografia

IUCN 1994, Guideline for Protected Area Management Categories

4 – VULNERABILIDADES E PRESSÕES

Neste ponto foram identificadas e avaliadas as vulnerabilidades e as pressões, de origem natural ou resultantes da acção antrópica, relativamente às componentes de conservação da natureza e sistemas biofísicos fundamentais na área do PNPG.

4.1. – VULNERABILIDADES

4.1.1. – Risco de Incêndio

Os incêndios florestais são a principal ameaça à floresta do PNPG. Nos últimos anos arderam cerca de 17 1232 ha, o que representa graves consequências para a biodiversidade, perdas de solo, alteração da paisagem e perda de rendimento económico.

O crescente abandono da actividade agrícola e a tendência para a diminuição do efectivo pecuário, motivado por um decréscimo populacional crescente na área do PNPG, leva ao aumento das áreas ocupadas por matos, por falta de manejo, sendo sujeitas a um pastoreio desordenado e sem acompanhamento de pastores.

Por outro lado, a renovação de pastos é tradicionalmente efectuada recorrendo a queimadas não controladas, efectuadas muitas vezes em condições climáticas e locais indevidos, sendo muito frequentemente responsáveis pela deflagração de incêndios com consequências muito negativas para a biodiversidade do Parque, e também responsáveis pelo decréscimo do coberto florestal da área ao longo das últimas décadas.

A carta de risco de incêndio que se apresenta para a área do Parque Nacional- (Carta nº 29) corresponde à Carta de Risco de Incêndio Florestal (Nova Série 2006 – 2008) do IGP - Instituto Geográfico Português¹, construída a partir de uma análise multi-critério de variáveis geofísicas e de humanização, que podem explicar de forma relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal. Na Tabela I, resumem-se as variáveis e respectivas ponderações utilizadas na construção da CRIF/IGP:

Tabela I – Critérios e ponderações das variáveis

Variável	Contribuição da variável para o valor do risco potencial (%)
Ocupação do solo	59%
Declive	21%
Rede viária	9%

¹ <http://scrif.igeo.pt/cartografiacrif/2007/crif07.htm>

Exposição solar	6%
Densidade demográfica	5%

Analisando a relação entre as variáveis utilizadas e o respectivo peso no cálculo do risco de incêndio potencial, verifica-se que a Ocupação do Solo e o Declive são as duas variáveis mais representativas (80% no conjunto).

No cálculo do grau de risco de cada uma das classes de ocupação do solo foi considerado o grau de inflamabilidade e condutibilidade das espécies presentes e, simultaneamente a análise estatística das áreas ardidas entre 1990 e 2006, para cada uma das classes.

Da análise da distribuição espacial do grau de risco de incêndio na área de estudo do POPNPG (Fig. 1 e Gráfico 1), verifica-se que, a área do Parque Nacional apresenta um risco de incêndio elevado, sendo que as duas classes de maior risco incidem em 85% da área de estudo do POPNPG, coincidindo com as áreas ocupadas por floresta (de resinosas principalmente) e áreas improdutivas, associadas a valores de declive elevado no território (Fig. 1).

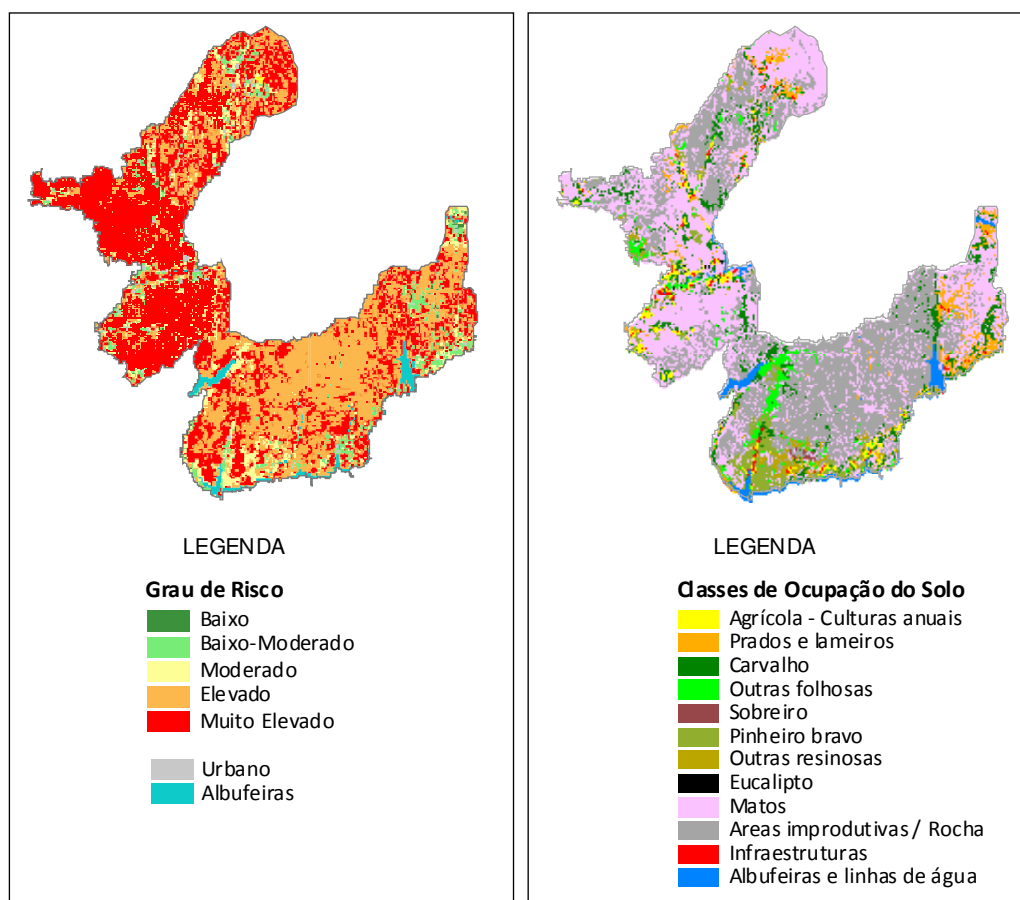


Fig.1 – Relação espacial do risco de Incêndio potencial na área do PNPNG com as classes de Ocupação do Solo

Fonte: CRIF/IGP e SIG/PNPNG

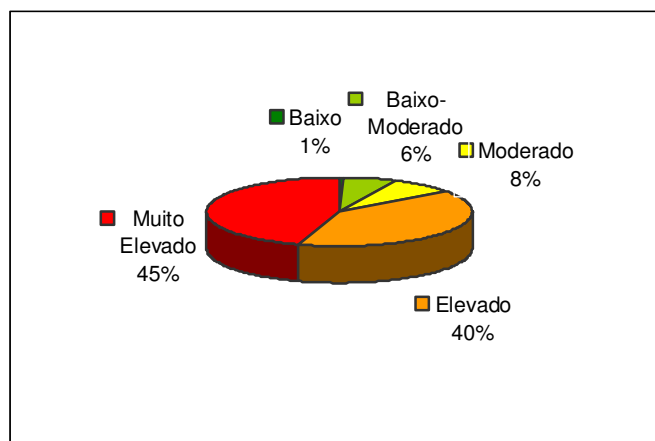


Gráfico 1 – Expressão percentual do grau de risco de Incêndio na área do PNPG
Fonte: CRIF/IGP

Analisando mais detalhadamente a CRIF para a área do PNPG, constata-se que:

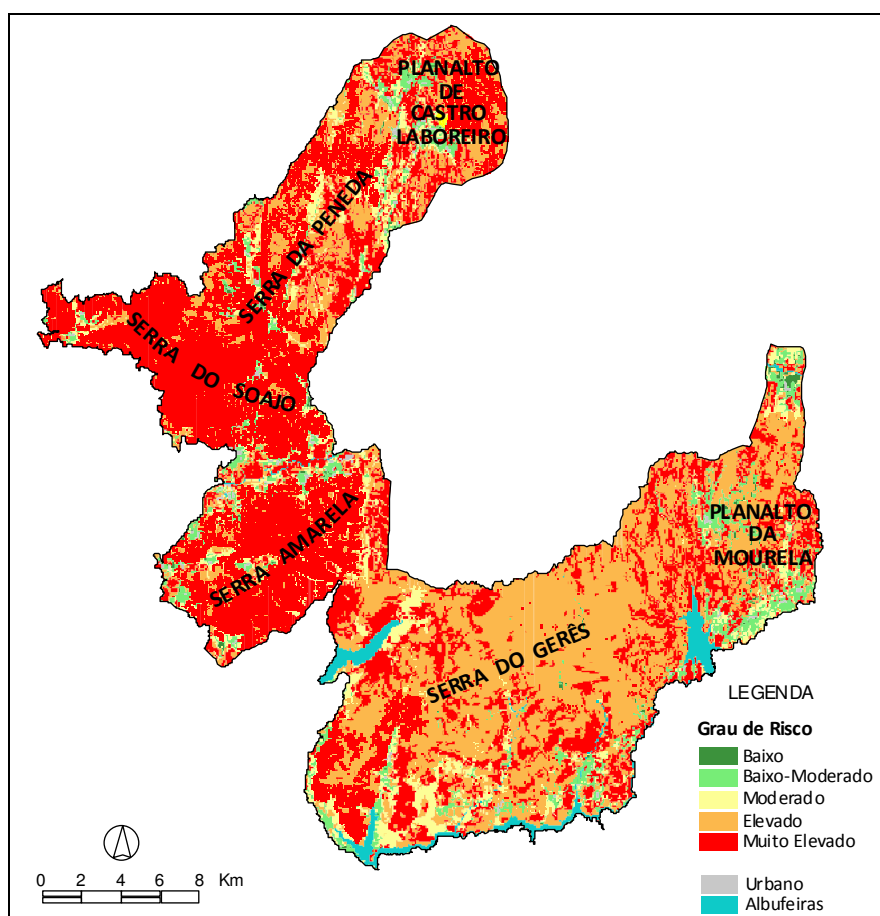


Fig.2 – Variabilidade espacial do risco de Incêndio potencial na área do PNPG
Fonte: CRIF/IGP

- O risco de incêndio muito elevado, tem particular incidência no sector centro-ocidental do Parque, nomeadamente nas Serras de Soajo e Amarela, onde predominam as áreas de matos e declives elevados;

- Também os planaltos de Castro Laboreiro e da Mourela, apresentam áreas de risco muito elevado e elevado, neste caso associado à predominância da classe de matos, sendo áreas de intenso pastoreio e, por essa razão frequentemente sujeitas a queimadas não controladas para renovação de pastos;

- Quanto às Serras da Peneda e do Gerês, onde predominam as áreas improdutivas/rocha, que correspondem a áreas com vegetação escassa, mas com uma forte influência de declives elevados, predomina o grau de risco de incêndio elevado, confinando o grau de risco muito elevado às manchas de floresta de resinosas, principalmente de pinheiro bravo, localizadas ao longo do sector sul do vale do rio Gerês e na margem direita do rio Cavado, a sul.

- As áreas de risco baixo a moderado confinam-se aos aglomerados urbanos e áreas agrícolas, aos prados e lameiros, com expressão relevante nos dois planaltos e às albufeiras.

Face à distribuição do risco de incêndio potencial na área do PNPG, expressa na CRIF/IGP, considerou-se o histórico de áreas ardidas com na última década, visando a validação do cálculo de risco expresso na carta de referência.

Assim, através do cruzamento dos incêndios ocorridos entre 1996 e 2006 com área superior a 50 hectares registados e cartografados no PNPG, constata-se que 95% do total de área ardida neste período coincide com a classe de risco muito elevado e elevado (70,8% e 24,7% respectivamente), 3,1% com áreas de risco moderado e apenas 1,4% das áreas ardidas coincidem com risco baixo, permitindo validar o modelo de risco de incêndio potencial utilizado.

Conclui-se pois que, as áreas de maior vulnerabilidade ao risco de incêndio coincidem, principalmente com as manchas de floresta de resinosas, sobretudo quando assumem alguma continuidade, como é o caso do sector sul do vale do Gerês e margem do Cávado. Será no entanto de considerar ainda as áreas que, por serem sujeitas a pressão de pastoreio, exemplo das áreas de matos dos planaltos da Mourela e Castro Laboreiro e serras de Soajo e Peneda, constituem potenciais áreas de risco elevado e rápida propagação de incêndios, comprovado pela dimensão dos fogos aí ocorridos recentemente.

Face a esta situação, estas são as situações que devem constituir objecto de acções de vigilância e prevenção no quadro das acções a definir no Plano de Gestão do Plano de Ordenamento.

4.1.2. – Risco de Erosão

O cálculo do risco de erosão para a área do PNPG será, no presente relatório, abordado numa perspectiva de risco actual, baseado na análise das condições topográficas do território expressas

por classes de declive, o grau de coberto do solo inerente às diferentes classes de ocupação e ainda as áreas percorridas por incêndios de dimensão igual ou superior a 50 hectares, ocorridos nos últimos 10 anos.

A elaboração de cartografia de risco de erosão (CARTA n.º 28), permitiu avaliar o grau de risco de perda e estabilidade dos solos, em função de factores de ordem biogeofísica e de factores relacionados com o uso e a ocupação actual do solo na área do PNPG, sendo por isso um importante instrumento de apoio à gestão do território, nomeadamente na determinação do regime de protecção a definição de áreas de intervenção específica a considerar no Plano de Ordenamento.

Metodologicamente, a elaboração da carta de risco de erosão (Fig. 3), seguiu os critérios expressos na Tabela II:

Tabela II – Critérios de cálculo do risco de erosão actual

GRAU DE RISCO DE EROSÃO	PRECEITOS METODOLÓGICOS
Muito Elevado	. Áreas > a 1 ha com declive > a 30% + áreas de matos baixos e rocha + áreas ardidas
Elevado	. Restantes áreas > a 1 ha, com declive > a 30%
Moderado	. Áreas ardidas > a 50 ha com declive < a 30%
Baixo	. Restantes áreas com declive < a 30%

Analisando a distribuição espacial do risco de erosão na área do PNPG, constata-se que o risco muito elevado está fortemente relacionado com os valores de declive, assumindo por isso expressão relevante em vertentes dos sectores de maior altitude. No sector central da serra do Gerês, coincide com áreas de fraca acessibilidade, e por essa razão com intervenção humana reduzida existindo, no sector ocidental do Parque situações semelhantes nos vales do rio Cabril, ribeiro de Carcerelhe e rio Ramiscal.

Das situações de maior vulnerabilidade ao risco de erosão elevado no PNPG, por configurarem instabilidade, destacam-se a implantação de edifícios e outras infraestruturas e ainda as situações identificadas de extracção de saibros em taludes adjacentes à rede viária do Parque, podendo gerar situações de insegurança para pessoas e bens, como é o caso dos vales do rio Gerês, fortemente humanizado e infraestruturado, do rio Lima, Gavieira e Peneda.

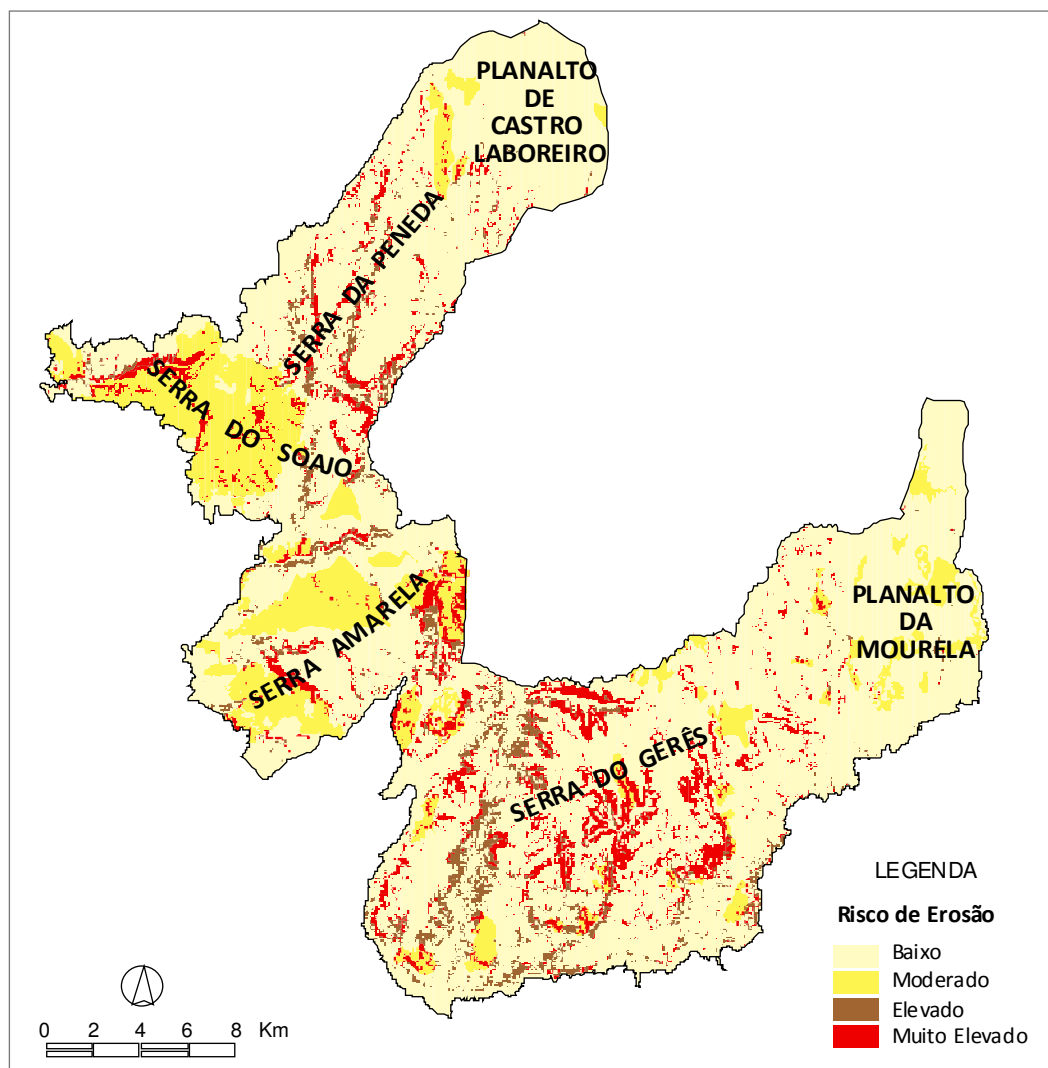


Fig.3 – Distribuição espacial do risco de erosão actual na área do PNPG

Fonte: SIG/PNPG

Este factor de risco, deverá pois ser considerado nos preceitos que determinam o regime de protecção e o quadro de acções a definir no Plano de Gestão, nomeadamente na constituição de áreas de intervenção específica ou áreas de exclusão para determinadas actividades, nas situações em que, pela instabilidade que as caracterizam, constituírem segurança precária no território. Simultaneamente, deverão ser equacionadas medidas de controlo deste factor de risco, através de acções que promovam a retenção ou estabilização dos solos, através de medidas de reposição do coberto vegetal, principalmente nas áreas percorridas pelo fogo.

4.1.3. – Espécies Invasoras – Flora e Fauna

As principais espécies invasoras são a *Acacia dealbata*, a *Hakea sericea*, *Acacia melanoxylon*, o *Eucalyptus globulus*, o *Ailanthus altissima*, a *Robinia pseudoacacia* e a *Reynoutria japonica*. Estas

espécies encontram-se maioritariamente no vale do Gerês e vale do Lima, existindo também pequenos núcleos noutras áreas do Parque (Fig. 4).

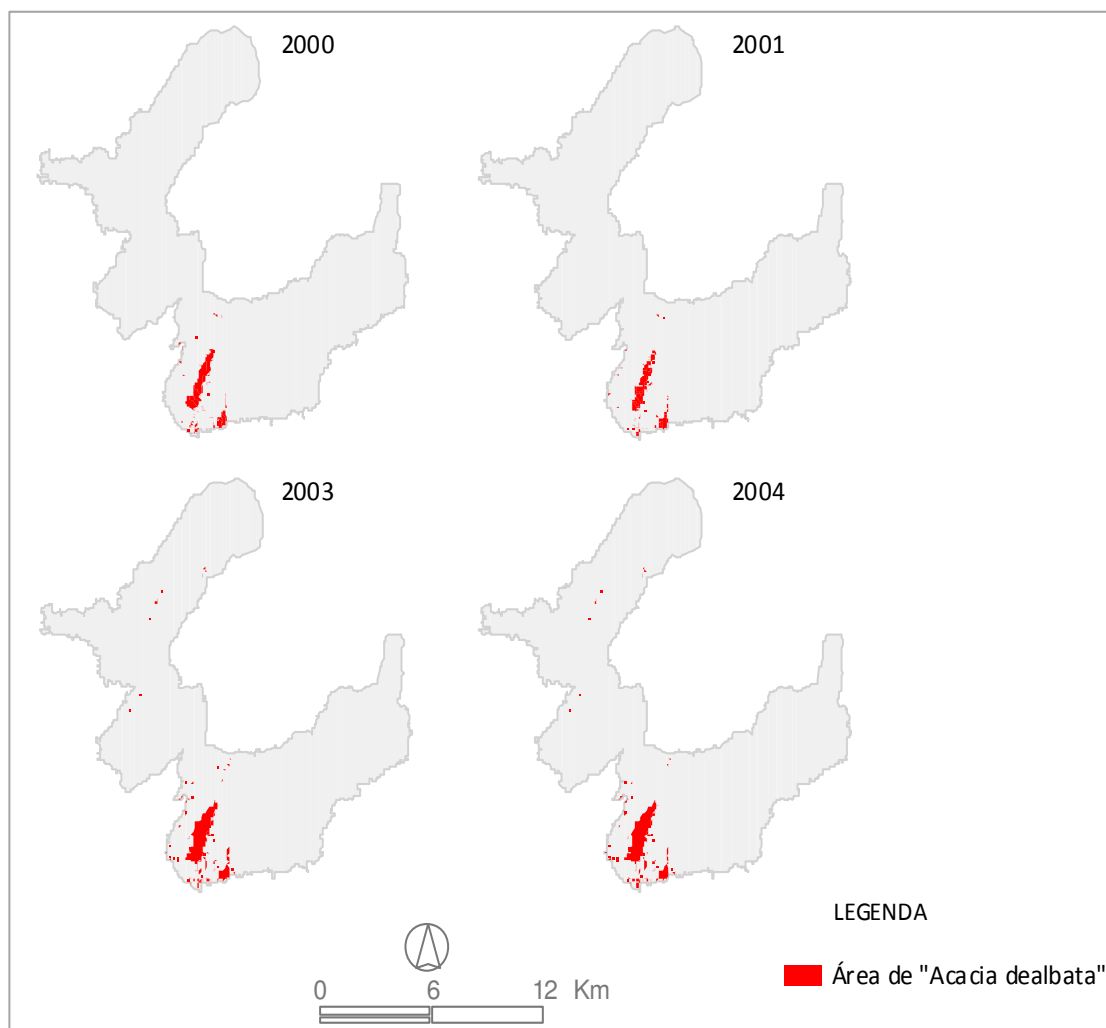


Figura 4 – Evolução da área de *Acacia dealbata* no PNPG entre 2000 e 2004

Fonte: SIGPNPG

O aumento da área de distribuição das invasoras lenhosas está associado a lacunas na gestão florestal, resultante principalmente da acção dos fogos florestais e da falta de planos de gestão florestal para os baldios e Mata Nacional do Gerês, a gestão florestal tem sido efectuada de forma casuística.

De entre as espécies referidas a *Acacia dealbata* é a que apresenta uma mais forte ameaça aos habitats invadidos, na medida em que o seu comportamento constitui factor limitativo à recuperação dos habitats naturais.

O comportamento agressivo – alta taxa de propagação seminal e vegetativa, rápido crescimento, resistência ao corte, elevada produção seminal, persistência da capacidade germinativa das sementes por períodos muito superiores a 50 anos, produção de substância alelopáticas e

constituição de povoamentos puros com densidades superiores a 100.000 plantas por hectare – fez com que esta espécie ocupe agora uma área de cerca de 800 ha.

As zonas que não foram sujeitas, até esta data, a intervenções de controlo estão a infestar os habitats naturais. Estimam-se acréscimos médios anuais de cerca de 5% de área invadida. Afectando os habitats referenciados segundo a directiva Habitats com os códigos: 4010, 4020, 4030, 6230, 6520, 7130, 91EO e 9230.

Esta espécie, devido ao seu comportamento atrás referido, domina a vegetação presente nos habitats que invade tornando-se a espécie dominante.

Após a invasão, esta espécie forma bosquetes compactos com altura de 3 a 10 m que devido ao ensombramento e competição radicular condiciona o crescimento de outras espécies vegetais.

Esta ocorrência altera praticamente todos os parâmetros ecológicos dos habitats invadidos pondo em risco todas as estratégias de conservação das espécies e dos habitats.

Podemos concluir que as espécies vegetais invasoras podem ter efeitos profundos na composição da fauna e da flora de algumas zonas do território do PNPG, contribuído para a perda de biodiversidade, poderão trazer a médio prazo graves problemas de gestão agro-florestal, patrimonial e paisagística do território do PNPG. As espécies invasoras podem também constituir um problema em projectos de recuperação de ecossistemas degradados, em particular quando impedem o desenvolvimento das espécies nativas.

As espécies exóticas invasoras, constituem um factor de vulnerabilidade na conservação da natureza no PNPG, na medida em que podem interferir negativamente com espécies autóctones, podendo mesmo levar à diminuição ou à extinção local das espécies:

- competição por espaço e alimento;
- introdução de doenças nas populações naturais
- predação sobre as espécies autóctones
- hibridação com as espécies autóctones

No PNPG, para além das outras espécies piscícolas, temos notícia da ocorrência da perca-sol, predador voraz sobre os ovos, alevins e adultos de peixes e anfíbios e que em alguns locais está a levar a uma diminuição drástica de uma população de anfíbios e se suspeita ter sido o vector de uma doença vírica que se manifestou nessa mesma população.

Nos mamíferos temos notícia da ocorrência do Vison americano resultado da sua fuga de quintas de criação para peles.

4.1.4. – Alterações Climáticas

Pontos Fortes:

- Consciência pública alargada sobre a existência de impactos negativos das alterações climáticas e fenómenos climáticos extremos, das suas causas e necessidade de aplicação de medidas de mitigação e adaptação.
- *Momentum* favorável à captação de opinião pública favorável para a implementação de medidas ou normas que promovam a mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- Existência de extensas áreas florestais e áreas de expansão florestal. A Redução de Emissões de desflorestações (RED) é o mecanismo mais amplamente difundido como medida de adaptação às alterações climáticas e, actualmente o mais promovido nos *fora* internacionais com competências na biodiversidade, desertificação e clima (as 3 convenções do Rio de Janeiro). Esta medida foi recentemente reconhecida na cimeira de Bali como a medida mais integrada a implementar que assegura a integração das preocupações com a biodiversidade no combate às alterações climáticas.
- Possibilidade de captar financiamentos para programas de mitigação e adaptação a alterações climáticas que sejam majorados pelo interesse conjunto de conservação da biodiversidade.
- Promoção da floresta autóctone através da florestações que comercializem créditos de carbono.
- Aumento da procura turística estival de áreas de montanha em detrimento de áreas costeiras mais quentes e localizadas em latitudes menores.

Pontos Fracos:

- Inexistência de trabalhos concluídos no território nacional que identifiquem os componentes do património natural mais ameaçados pelas alterações climáticas e fenómenos meteorológicos extremos e áreas mais sensíveis de acordo com os modelos mais usados de variação climática.
- Risco de fogos florestais acrescido pelo aumento de frequência de episódios de seca extrema e aumento da temperatura média dos meses de Primavera e Verão.
- Risco de perda de ecossistemas aquáticos, zonas húmidas e turfeiras pelo aumento de frequência de episódios de seca extrema e aumento da temperatura média dos meses de Primavera e Verão.

4.1.5. – Poluição dos Sistemas de Água Doce

A poluição que ocorre no PNPG prende-se especialmente com os efluentes dos aglomerados urbanos e das explorações agrícolas.

Muitas das aldeias do PNPG continuam a não ser servidos por uma rede de esgotos e quando esta existe é normalmente constituída por sistemas de tratamento pouco eficientes. As explorações agrícolas também não possuem sistemas de tratamento dos resíduos ali produzidos, que acabam por escoar para os sistemas hidrográficos.

As albufeiras das barragens são um dos locais de acumulação de poluentes, provenientes dos locais acima descritos bem como, no caso da Albufeira da Caniçada, da navegação de recreio.

A poluição dos sistemas aquáticos constitui um factor de vulnerabilidade para a conservação da natureza no PNPG na medida em que afecta as populações de organismos aquáticos, diminuindo a diversidade e fazendo desaparecer espécies mais sensíveis dos ecossistemas naturais. Embora possam não desaparecer, outras espécies poderão ver as suas populações depauperadas ou mais sensíveis a outros factores adversos.

4.1.6. – Fragmentação dos Habitats Nativos

Pontos Fortes:

- Existência de manchas florestais de folhosas autóctones distribuídas por todo o Parque.
- Existência de gestão florestal conjunta com os baldios numa extensa área do PNPG e de propriedade do estado (Mata Nacional).
- Medidas agro-ambientais e silvo-ambientais previstas na ITI do PNPG com financiamentos relevantes para os próximos anos.
- Previsão de redução da pressão humana por visitação, agricultura e silvicultura nos próximos anos por aplicação da regulamentação de turismo da natureza, e medidas ambientais previstas na ITI, respectivamente.
- Alteração significativas do sistema agro-silvopastoril devidas à perda progressiva da população residente

Pontos Fracos:

- Existência de fogos florestais de grande extensão e alta frequência na última década no PNPG.
- Existência de extensas áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras.
- Pressão de herbivorismo e pisoteio sobre turfeiras, matos higrófilos e Urzais.

- Existência de uma área significativa de resinosas que aumentam o risco e severidade dos incêndios florestais.
- Fragmentação por urbanismo consolidado nos vales do Lima e Gerês.
- Limitação da capacidade de intervenção com projectos de expansão e restauração de habitats naturais motivada pela extensa área ocupada por habitats naturais não propriedade pública.
- Alterações climáticas

4.1.7. – Envenenamento

Por todo o mundo são conhecidas as consequências do uso de venenos sobre a fauna selvagem, particularmente sobre as aves necrófagas, dando origem a extinções ou a diminuições acentuadas de algumas populações.

O uso dos venenos na região da Peneda-Gerês encontra-se referenciado pelo menos desde meados do século dezanove e desde essa época foram várias as espécies atingidas pela sua utilização. Wagner (1951) aponta como causa principal da diminuição da águia-real na Peneda-Gerês o uso da estricnina. Por sua vez Reis Júnior (1931) indica como causa da extinção do grifo o referido alcalóide, utilizado para combater o lobo. São conhecidas as campanhas de extermínio de predadores, com recurso a substâncias tóxicas, incentivadas pelas autoridades do nosso país no decorrer das décadas de quarenta e cinquenta do século passado com consequências desastrosas para as espécies selvagens, particularmente para o lobo e para a maioria das aves de rapina.

Neste ponto refira-se que o veneno mais disseminado e com maior número de referências históricas é a já referida estricnina, alcalóide extraído das sementes da planta *Strychnos nux vomica* ou *Strychnos ignatii* e cuja utilização foi referida pela primeira vez por Aristóteles em 350 a.C.

O uso do veneno encontra-se expressamente proibido na União Europeia - Directiva 92/43/CEE, art.15 para a conservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora silvestres. Em Portugal ao abrigo da transposição das directivas acima mencionadas (Decreto Lei 140/99 de 24 de Abril), da transposição da Convenção de Berna (Decreto-lei nº 316/89 de 22 de Setembro) assim como da Lei da Caça (Lei 173/99 de 21 de Setembro) não é permitido o uso de qualquer substância como forma de extermínio. Para além disso existe também legislação específica para a protecção do Lobo ibérico (Lei nº 90/88 de 13 de Agosto) que proíbe a comercialização, detenção e emprego de estricnina como meio de extermínio.

Apesar disso continuam a existir referências à venda de estricnina em estabelecimentos comerciais e o uso de substâncias tóxicas continua a ser utilizado activamente no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês a utilização de venenos obedece a várias razões destacando-se a tentativa de extermínio do lobo, o controlo de predadores das espécies cinegéticas e

o controlo dos cães domésticos abandonados na serra. Os conflitos entre caçadores ou entre os caçadores e as populações humanas locais estão também entre as causas de envenenamento.

De uma forma geral são caçadores e criadores de gado os principais autores dos casos de envenenamento para esta região, constituindo as áreas de Castro Laboreiro, Sistelo, Gaviéria, Covide, Cabril (Montalegre) e Covelães as mais afectadas. Embora com o decorrer dos anos, o número de casos verificados tenha vindo a aumentar, isto não significa um maior incremento desta prática, mas apenas uma maior mobilização em torno do problema, o que leva a detectar um maior número de situações. Situações que na Peneda-Gerês têm a ver sobretudo com o uso da estricnina em praticamente 100% dos casos detectados e analisados em laboratório. Contudo existem indícios ou pelo menos suspeitas de um número crescente de envenenamentos com recurso a produtos fitossanitários (biocidas), de muito difícil controlo, porque são substâncias de venda livre.

No que diz respeito às épocas mais críticas existem basicamente dois períodos de maior incidência de venenos: Outubro-Dezembro associada à época da caça e aos conflitos daí resultantes (entre caçadores ou entre a população e caçadores) e Janeiro-Março, época mais propícia ao abate de lobos com recurso à utilização de substâncias tóxicas (maior probabilidade de atingir a espécie e simultaneamente menor risco em atingir os animais domésticos, nomeadamente os cães de gado).

O mapeamento das áreas de maior incidência de venenos, o estudo das épocas mais críticas, a recolha e análise das substâncias mais utilizadas revela-se fundamental para o combate ao veneno, que passa também por um maior empenho das autoridades e instituições ligadas à Conservação da Natureza – o ICNB, a Direcção Geral de Veterinária e o SEPNA (GNR), entre outros, contribuindo para um maior controlo da situação e para a diminuição do sentimento de impunidade.

Relativamente ao impacte sobre a fauna da Peneda-Gerês apesar da amostragem ser pequena existem casos comprovados (devidamente analisados em laboratório) da morte por envenenamento com estricnina de indivíduos pertencentes a diferentes espécies silvestres, como o lobo (*Canis lupus*), Geneta (*Genetta genetta*), Raposa (*Vulpes vulpes*), Águia-real (*Aquila chrysaetos*) e Bufo-real (*Bubo bubo*) para além de diferentes espécimes que aguardam a respectiva análise, sobretudo corvídeos. São também diversos os casos comprovados de animais domésticos, sobretudo cães e cabritos, mortos devido à utilização de venenos. De realçar finalmente que os venenos, actuam de forma diversa sobre os espécimes que os ingerem, dependendo da concentração, da metabolização, do próprio comportamento alimentar da espécie atingida, afectando de forma directa e indirecta a fauna selvagem. No caso concreto da estricnina os efeitos são diversos podendo provocar alterações de comportamento, transtornos reprodutivos, mas sobretudo a morte directa dos espécimes atingidos ou indirecta (secundária) de outros que se alimentam dos seus cadáveres, devendo na Peneda-Gerês, os efeitos sobre a cadeia alimentar serem bastante mais graves do que é suposto.

4.2. – PRESSÕES

4.2.1. – Caça

Pontos Fortes:

- Existência de populações cinegéticas bem conservadas e relativamente abundantes das seguintes espécies: javali, perdiz-vermelha (nos dois planaltos) coelho-bravo, Galinhola (migradora) e tordos (migradores).
- Ordenamento cinegético em regime de Zonas de caça Associativa (21) estabilizado desde 1996 onde se incluem apenas os caçadores naturais e residentes do PNPG (aproximadamente 400).
- Redução acentuada no número de caçadores naturais e residentes nos últimos anos o que tende a diminuir o esforço de caça.
- Organização das associações e clubes de caçadores que concessionários as ZCAs numa federação própria e local – “União das Associações de Caçadores e pescadores do PNPG” que dispõe de uma equipe de guardas florestais auxiliares e um técnico.
- Existência de uma área de ZIC estabilizada desde 1995 (área de Ambiente Natural) que abrange cerca de 2/3 da área do PNPG.
- Aplicação de um vasto número de medidas de gestão de habitats com o objectivo de promover o fomento das populações de espécies cinegéticas.

Pontos Fracos:

- Existência de populações cinegéticas fragmentadas e pouco abundantes das seguintes espécies: perdiz-vermelha (nos principais vales) e lebre (existente apenas nos planaltos).
- Grande número de interlocutores dos caçadores junto do PNPG, apesar da existência da União das associações de caçadores e dificuldade de manutenção a longo prazo desta federação por questões de ordem financeira e logística.
- Grande número de processos de caça por haver uma grande fragmentação de zonas de caça.
- Elevada pressão de da actividade humana sobre as populações cinegéticas, através do furtivismo directamente e indirectamente através de alterações do meio biofísico (abandono das actividades agrícolas tradicionais e fogos florestais).
- Pressão pública alguns caçadores locais, caçadores externos e federações nacionais para abrir a exploração de caça maior a caçadores não naturais e residentes.

Dinâmica actual:

A cessação dos protocolos de colaboração que o PNPG manteve nos últimos 12 anos com as associações de caçadores vem deixar estas associações numa situação de difícil autonomia financeira uma vez que o número de caçadores naturais e residentes é baixo e com tendência para diminuir. Há, por isto, uma capacidade limitada de gerar receitas necessárias à manutenção da exploração e gestão de caça através do recurso às quotas dos associados. Este facto é agravado pelo baixo valor das quotas estabelecidas nestas associações, em relação às restantes associações fora da AP.

Por isto a manutenção da União das associações de caçadores do PNPG poderá estar comprometida a médio prazo o que a acontecer significará um retrocesso na relação dos caçadores com o PNPG uma vez que o grande número de associações e a fragmentação das ZCAs torna árdua as tarefas administrativas relacionadas com o ordenamento (grande número de processos de renovação e de planos anuais de exploração).

Perspectivas de evolução:

A redução do número de caçadores existentes conjugado com o interesse em manter uma baixa pressão de caça no PNPG deveria impulsionar o emparcelamento das zonas de caça existentes de forma a conseguir manter a tendência de redução do esforço de caça na área actualmente ordenada. Esta medida permitiria, simultaneamente, reduzir o número de interlocutores e volume de processos de ordenamento e exploração de caça em que o ICNB intervém administrativamente de forma regular por força da legislação actual. Neste cenário estariam também criadas as condições necessárias à exploração da caça maior (Javali) de forma mais sustentada do que actualmente uma vez que se poderia recorrer com mais facilidade à implementação de “Planos Globais de Gestão”, que resultariam num planeamento de exploração partilhada de recursos entre ZCAs.

4.2.2. – Pesca

A pesca é uma actividade com alguma expressão no PNPG, tanto por parte do pescador ribeirinho (pescador local) como por pescadores vindos de fora, com algum ênfase nos de nacionalidade espanhola.

A utilização de métodos ilegais de pesca como explosivos ou venenos, a captura de indivíduos imaturos (fora das medidas legais), aliado à degradação dos habitats aquáticos (por perda da vegetação das bacias hidrográficas, degradação das galerias ripícolas e poluição), contribuiu para um estado depauperado das populações piscícolas e para a diminuição da qualidade destes habitats.

Ao mesmo tempo, a introdução ilegal de espécies exóticas com interesse para pesca (achigã, carpa) ou outras (perca-sol), por parte dos pescadores, veio introduzir mais uma ameaça à conservação das populações piscícolas.

Tendo em conta o estado actual destes habitats, a pesca poderá ainda vir a contribuir para uma empobrecimento ainda maior destas mesmas populações.

O PNPG há alguns anos, promoveu a criação de Concessões de Pesca em alguns troços de rio, para os Clubes de Caça e Pesca locais de forma a que, por um lado se pudesse regular esta actividade e por outro lado os clubes locais pudessem obter algum rendimento a partir deste recurso.

Foram criadas 8 Concessões de Pesca, todas em troços de rio.

4.2.3. – Pastorícia, Agricultura e Gestão Florestal

A agricultura na área do PNPG tem sofrido, nos últimos anos, profundas modificações devido ao abandono, em muitas áreas, desta actividade. A agricultura actualmente praticada, está muito ligada à produção de forragens (Milho e Feno) para alimentar o gado Bovino durante o inverno e também ao cultivo de produtos como a batata e produtos hortícolas para autoconsumo. Destas, a produção de batata semente e de consumo, para comercialização está completamente em declínio, pois, está confinada a pequenas áreas cultivadas por alguns produtores das aldeias de Pitões das Júnias, Tourém e aldeias adjacentes.

No caso da pastorícia, assiste-se actualmente à utilização do baldio como principal, e em muitas situações, como único meio de alimentação do gado Bovino que anda na serra em sistema de pastoreio livre. Este sistema é uma alteração profunda, iniciada a partir dos anos 60, dos sistemas tradicionais de pastoreio. Pois, como ainda se assiste em algumas aldeias da área do PNPG, como por exemplo Ermida (Vilar da Veiga), Fafião (Cabril) e Ermida, os animais só iam para a serra alta de Maio a Outubro e conduzido pelo pastor no sistema de Vezeira, havendo um aproveitamento sustentável das pastagens com o pousio destas no Inverno. Os rebanhos de caprinos, que só utilizam o baldio e principalmente as áreas mais agrestes, estão actualmente em declínio, não havendo já nas áreas da Serra da Peneda e do Soajo grandes rebanhos. No entanto, mantém-se ainda alguns rebanhos na Serra do Gerês e na serra Amarela, pastoreados em regime de vezeira. Quanto aos equinos, que se distribuíam principalmente pela serra da Peneda e pela Serra do Soajo, devido aos apoios à preservação da raça garrana, estão, desde os anos 90, a ser introduzidos em grande número na Serra do Gerês, na Serra Amarela e nos planaltos de Castro Laboreiro e Mourela. Estes animais como andam em regime livre, permanecem todo o ano na serra só tendo contacto com os proprietários aquando da sua marcação ou comercialização, registando-se muitas vezes conflitos com os proprietários de bovinos por causa das pastagens e também com os proprietários de terrenos agrícolas que são invadidos pelos cavalos.

Com a desertificação e o envelhecimento da população tem-se registado um fenómeno que é o aumento do número de animais, principalmente bovinos, por exploração, e isto regista-se principalmente na área que compreende as freguesias do Soajo, Gavieira, Cabreiro e Sistelo, com um efectivo de 4024 bovinos (Ver Quadro 1), principalmente de raças Cachena e Barrosã, com várias explorações com mais de 100 animais. Como já foi afirmado em cima, utilizam

exclusivamente o baldio como recurso alimentar ao longo do ano, não havendo suplemento excepto para as crias. Toda esta carga animal, conjuntamente com os equinos, tem originado nalgumas áreas excesso de pastoreio com degradação da vegetação. Na área das Serras do Gerês e da Amarela também já se começa a verificar este fenómeno, com a diminuição do número de explorações, mas o aumento significativo de animais por exploração que passam todo o ano na serra.

Com esta deturpação dos sistemas de pastoreio, têm-se assistido a um aumento do número de incêndios, nalgumas áreas, pois, como os animais andam em pastoreio livre, há um subaproveitamento das pastagens. Os animais andam sempre de um lado para o outro, o que não acontece com o pastoreio de percurso, em que os animais só mudam de pastagem quando há o aproveitamento total desta. No pastoreio livre, os proprietários dos animais pensam que com a queima das pastagens subaproveitadas terão novas pastagens no ano seguinte, o que tem levado à queima sistemática de algumas zonas fustigando muitas vezes áreas florestais, levando a uma degradação destes locais.

Quadro 1 Efectivos pecuários de alguns Baldios do PNPG (dados de 2008)

Baldios e Equiparados	Bovinos (C/N)	P. R. (C/N)	Equinos
Castro Laboreiro	234	87	78
Gavieira	1736	6	0
Soajo	611	137	99
Sistelo	1037	27	147
Cabreiro	640	34	86
Gondoriz	309	143	55
Lindoso	189	30	17
E. A. R	30	73	5
Germil	21	36	0
Furna	113	46	36
Vilar da Veiga	8	0	0
Ermida (V.G.)	60	58	0
Fafião	81	61	2
Pincães	96	35	10
Cabril	185	46	52
Cela Sirvozelo	205	12	0
Paredes do Rio	95	3	2
Covelães	75	0	0
Travassos do Rio	93	40	15



Sezelhe	54	7	0
Pitões das Júnias	473	45	2
Tourém	268	19	5

Fonte- candidaturas às ITIs dos Baldios e equiparados

4.2.4. – Exploração de Inertes – Diagnóstico da situação

O corte, extracção e exploração de recursos geológicos, nomeadamente massas minerais e inertes consta, na alínea f) do art.º 2.º do Regulamento do actual Plano de Ordenamento do PNPG – R.C.M. n.º 134/95 de 11 de Novembro, da lista de Actos e Actividades proibidas na área do Parque Nacional.

No entanto, a excepção prevista na referida alínea que determina esta proibição “...salvo para autoconsumo no interior do Parque nas condições e locais para o efeito definidos pela comissão directiva do Parque Nacional e publicados através de edital;...” gerou, ao longo dos treze anos de vigência do actual Plano de Ordenamento, a proliferação de numerosas situações de extracção de saibros por parte das juntas de freguesia da área do PNPG para manutenção da rede viária e algumas situações pontuais de extracção de pedra (Fig. 5), constituindo hoje uma situação preocupante, quer ao nível da degradação paisagística e do património natural mas também na eventual criação de situações de instabilidade de vertentes, colocando em risco pessoas e bens.

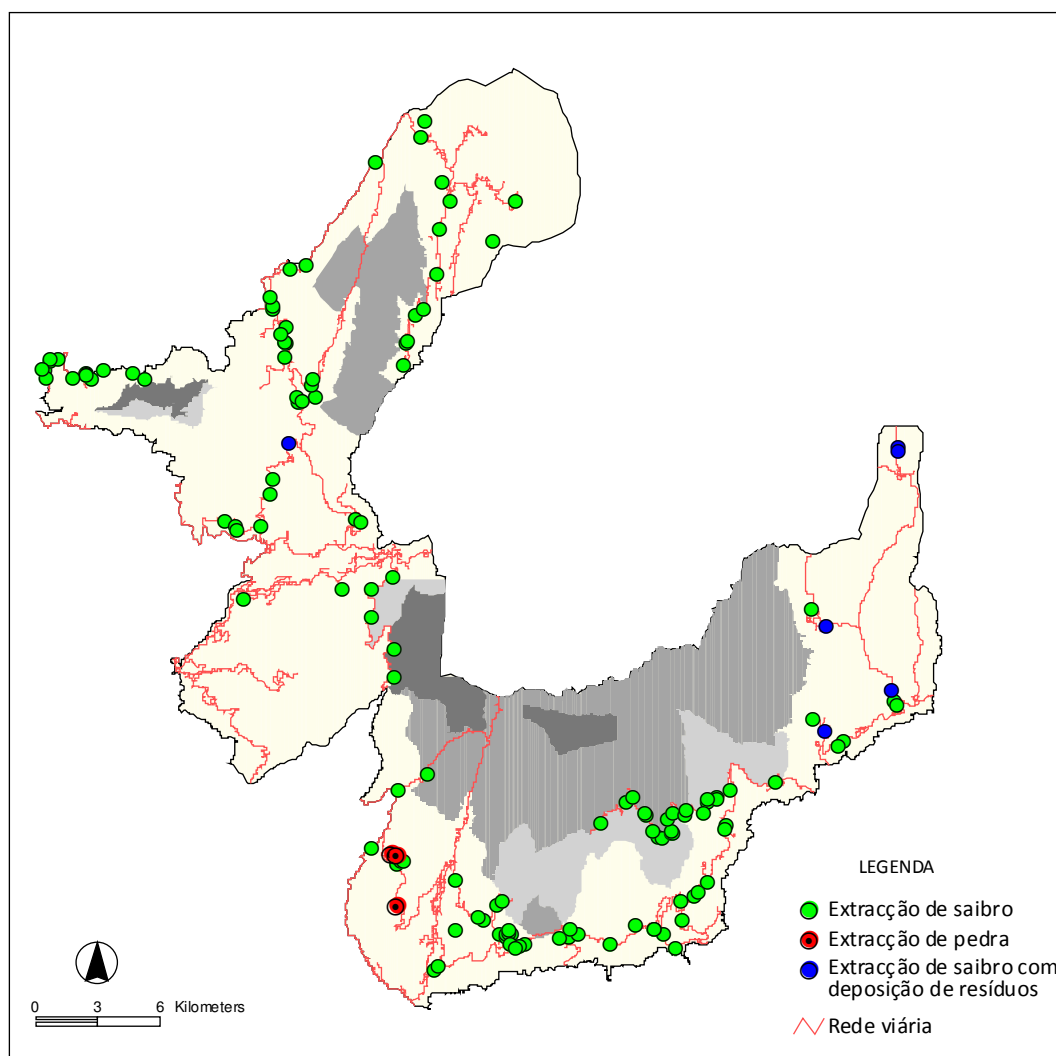


Figura 5 – Locais de extracção de inertes identificados na área do PNPG em 2007
Fonte: SIGPNPG

Face à situação exposta, e visando a sua resolução foi elaborado um estudo sobre o ponto de situação existente, segundo a metodologia de trabalho de campo expressa no ANEXO I e ANEXO II, partindo do pressuposto que, como critério de base, fossem identificados os locais com maior aptidão e de menores impactes para aproveitamento deste recurso, unicamente para suprir necessidades da população e nunca na perspectiva de exploração, limitando esta possibilidade à indicação de **1 local por baldio** dentro da área do PNPG.

Para tal, adoptou-se a seguinte metodologia, baseada nos seguintes pressupostos:

4.2.4.1 – Factores de exclusão

1. **Área de Ambiente Natural e Mata Nacional** – não é permitida a instalação de saibreiras, por constituírem zonas de especial valor em termos de património natural.

2. **Zonas onde se verificaram movimentos de vertente e instabilidade de taludes ou há sinais de erosão acentuada** – nestas regiões não se permitem saibreiras dado que são áreas de grande sensibilidade, onde a remoção de materiais pode instabilizar ainda mais as vertentes e potenciar maiores e/ou mais frequentes aluimentos de terras.

3. **Zonas de risco de erosão** – não se permite a instalação de saibreiras nas regiões de risco de erosão Muito Elevado e Elevado, dado que nestas regiões, muito susceptíveis à erosão, a mobilização/remoção de materiais pode instabilizar estes terrenos e levar à sua erosão acelerada ou mesmo a movimentos de vertentes. Poderá considerar-se a localização de saibreiras nas zonas de risco de erosão Moderado desde que: (1) não constituam agressões significativas para a paisagem, (2) os restantes factores limitativos (de exclusão e restritivos) não sejam óbice à sua localização.

4. **Geossítios e respectivas zonas de protecção** – não se permite a instalação de saibreiras em geossítios dado que estes são pontos de grande valor científico, pedagógico, cultural ou outro e como tal, pontos do património natural que é vital preservar. Relativamente às zonas de protecção de geossítios, considera-se que preferencialmente não devem ter saibreiras; contudo em situações onde não seja possível deixar incólumes estas zonas de protecção, a possibilidade de localização na saibreira depende das condições observáveis no terreno (como potencial mínimo de agressão paisagística, etc.).

5. **Habitats Prioritários da Rede Natura** – não é permitida a instalação de saibreiras porque estas zonas são de especial valor em termos de património natural e, estando salvaguardadas pela directiva comunitária, são por força de lei obrigatoriamente protegidas. Só é permitida a instalação de saibreiras em zonas de matos e pinhais.

6. **Linhas de água, lagoas e albufeiras** – não é permitida a instalação de saibreiras porque a extracção de inertes nestas regiões e/ou suas proximidades não só degrada estes importantes e muito sensíveis ecossistemas naturais, como estas zonas estão protegidas por lei (domínio público hídrico e REN).

7. **Cabeceiras de linhas de água** – não é permitida a instalação de saibreiras dado que estas regiões são áreas de susceptibilidade erosiva normalmente elevada, são zonas cuja perturbação originará disfunções nos meios ribeirinhos, afectará os recursos hídricos superficiais (e potencialmente também os subterrâneos) e, sendo um dos factores determinantes consignados na legislação da REN, são áreas protegidas por lei.

8. **Captações de água (furos, nascentes, etc.) e respectivas zonas de protecção** – não é permitido instalar saibreiras nas zonas de protecção de captações, em especial nas zonas de protecção intermédia, porque as actividades extractivas perturbam o meio hídrico subterrâneo, podendo afectar a qualidade das águas e tornar mais vulneráveis à poluição os respectivos aquíferos (e zonas próximas da captação), assim como afectar o regime de circulação das águas subterrâneas; dada a grande importância económica e também ecológica deste recurso hídrico², este recurso está salvaguardado por lei, estabelecendo um conjunto de restrições à actividade humana, e que vai muito para além das restrições à actividade extractiva, na legislação das zonas de protecção às captações.

Um outro conjunto de **factores restritivos**, que chamaremos secundários, foi também adoptado para limitar a instalação de saibreiras, a saber:

1. **Número de saibreiras por baldio** – adoptou-se o critério de permitir apenas a existência de uma saibreira por baldio, por forma a limitar e minorar o número de zonas (e área) adversamente afectadas pela extracção de inertes e melhor proteger os valores naturais do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

2. **Saibreiras existentes** – não se admite a instalação de novas saibreiras, dado que tal irá originar novos pontos de degradação ambiental. Assim escolher-se-á, das saibreiras existentes, apenas uma, localizada na zona mais favorável definida em função dos critérios de exclusão citados acima. Para os baldios onde não existe actualmente qualquer saibreira pode-se, apenas para salvaguardar eventualidades futuras, designar-se uma área favorável à instalação de uma saibreira – e apenas uma para a totalidade do baldio – a qual foi definida em função dos critérios de exclusão acima definidos e visita de campo.

3. **Rede viária/densidade das estradas de terra e povoados** – só se admite a existência de uma saibreira (por baldio) se existirem vários caminhos de terra e/ou agregados populacionais em número significativo. A manutenção dos caminhos de terra é a principal razão apontada, tradicionalmente, para a necessidade de extracção de saibro; numa região onde existam poucos caminhos de terra e/ou onde existam poucos núcleos populacionais (locais passíveis à ocorrência obras de construção civil) existe portanto pouca necessidade de saibreiras e, nestas condições, estas não deverão ser autorizadas, tanto mais que do ponto vista económico parece fazer pouco sentido extrair material

² Os recursos hídricos subterrâneos são a fonte de abastecimento de pelo aproximadamente 70% dos consumos domésticos e de aproximadamente 90% dos consumos agrícolas em Portugal; os recursos hídricos subterrâneos são também a uma importante fonte de abastecimento e suporte dos cursos de água, especialmente crítico durante as épocas de estiagem.

num local afastado das áreas de consumo dominante. Poderá considerar-se excepção o caso em que a freguesia não tenha nenhuma outra zona de localização para a saibreira (fora do Parque).

4. Rede viária/Acessos à zona de extracção – não será permitida a localização de saibreiras em regiões sem acesso viário, dado que não só a saibreira constitui uma zona ambientalmente degradada, como a abertura de novos caminhos poderá potenciar a criação de novas áreas de degradação ambiental.

5. Saibreiras nos limites do Parque Nacional da Peneda-Gerês – as saibreiras que se situem nos limites do Parque Nacional (ex.: vertentes da estrada Lamas de Mouro-Ramiscal) deverão ser encerradas e deslocadas para as áreas exteriores ao Parque.

6. Freguesias com área muito diminuta dentro do Parque – considera-se que as freguesias que possuam áreas muito diminutas dentro do Parque Nacional não devam ter saibreiras dentro do Parque. As excepções são eventualmente as freguesias com área diminuta mas com grande área de baldio dentro do Parque Nacional (ex.: Cabana Maior); nestes casos, considera-se que se não existirem aglomerados populacionais e caminhos de terra é número significativo, não deverá ser permitida a instalação de saibreiras, propondo-se antes que estas freguesias instalem as saibreiras fora do Parque.

4.2.4.2 – Propostas e recomendações

Como sugestões adicionais para a resolução do problema das saibreiras, propõe-se às juntas de freguesia:

1. Uso dos entulhos das obras para a reparação dos caminhos de terra, desde que sejam inertes (tijolos, cimentos, sem tintas ou outros resíduos contaminantes) isto é, materiais que não constituam fonte de poluição para solos e águas. As vantagens são as seguintes:

- a. Este material será, em princípio, pela sua dimensão e densidade, menos facilmente erodido pelas águas de escorrência do que os saibros, o que reduzirá a necessidade de reparações dos caminhos e diminuirá a necessidade de consumo de matéria-prima para estas reparações.
- b. Reutiliza-se o material, o qual ao ter este destino não precisará de ser levado para aterro. Isto leva a que o tempo de vida dos aterros aumenta e haverá uma menor necessidade para se criar novos aterros, diminuindo portanto a área geográfica que será ocupada por essas estruturas, a médio e longo prazo.
- c. Ao utilizar os entulhos das obras nos calcetamentos dos caminhos, cria-se uma menor necessidade para a utilização dos saibros, e portanto o tempo útil de exploração de uma saibreira aumenta, logo a necessidade de criação/alargamento de saibreiras reduz-se.
- d. Esta estratégia de utilização dos entulhos das obras poderá levar a uma substituição gradual e que a longo prazo se espere significativa, da utilização dos saibros, eliminando aos

poucos a necessidade de extracção destes materiais e respectivo funcionamento de saibreiras.

2. Pavimentação dos caminhos, poderá ser uma estratégia viável para a eliminação de grande parte das necessidades em saibros, e portanto da necessidade de implantação de saibreiras. As observações de campo mostram que as saibreiras são por via de regra de muito pequena dimensão, sem escala industrial, e as que se encontram tendem a concentrar-se ao longo ou nas proximidades de caminhos de terra; quando os caminhos são alcatroados normalmente verifica-se um abandono das saibreiras.

3. Criar zonas de depósito de entulhos das obras e saibros que sobram da abertura de estradas e caminhos, para uso em necessidades futuras, para que sejam satisfeitas as necessidades das populações nestes materiais. Não só esta medida permitiria a reciclagem de materiais que podem ser reutilizados, como diminuiria a necessidade de abertura ou manutenção em funcionamento de saibreiras, dado que os saibros poderiam provir destes depósitos. Teria também a vantagem adicional de permitir uma recupera-ção, mesmo que parcial, de antigas saibreiras, especialmente naqueles locais onde estas estão transformadas em lixeiras.

4. Vigiar a exploração de pedra: embora se processe à escala da necessidade individual, começa a ameaçar certos locais com interesse de geossítio. Considera-se que a extracção de pedra deveria ser vigiada e regulamentada, com a indicação de blocos individuais que possam ser explorados sem destruir zonas de interesse geológico, o que exige acompanhamento caso a caso. Também se sugere que se faça o aproveitamento dos materiais que restam nos locais dos sítios já explorados para pedra (normalmente ficam espalhados pelo local diversos fragmentos e por vezes de considerável dimensão), encaminhando estes materiais para os locais onde são necessários e não autorizar a exploração de novos blocos antes dos primeiros serem usados. A criação de depósitos de inertes (saibros e pedra) provenientes de obras – ex.: como abertura de estradas – e demolições pode também ajudar a suprir as necessidades de pedra das populações, minorando assim a necessidade de extracção/desmonte de blocos de rocha.

ANEXO I – Metodologia de trabalho de campo

A metodologia de trabalho de campo foi desenvolvida para analisar três situações distintas:

1. Saibreiras existentes e já georeferenciadas

Realiza-se a caracterização da saibreira, fazendo: (1) a fotografia da saibreira e seu enquadramento, (2) Avaliação das dimensões da saibreira e possível área útil de exploração, (3) Estado de actividade da exploração (se activa ou inactiva/abandonada), (4) Características do material extraído caso seja pertinente, (5) Indícios de erosão na envolvente da saibreira, (6) Uso dos solos na envolvente da saibreira.

Realiza-se a localização da saibreira face a património geológico, que possa não ter sido ainda identificado (localizar novos pontos)

Faz-se a confirmação no campo da localização da saibreira face a: (1) estradas e respectivo tipo (alcatrão, terra, etc.), (2) linhas de água, nascentes, furos e outros pontos de água, (3) eventuais biótopos importantes.

2. Saibreiras existentes e não georeferenciadas

Realiza-se a localização geográfica da saibreira em GPS e carta topográfica.

Realiza-se a caracterização da saibreira, fazendo: (1) a fotografia da saibreira e seu enquadramento, (2) Avaliação das dimensões da saibreira e possível área útil de exploração, (3) Estado de actividade da exploração (se activa ou inactiva/abandonada), (4) Características do material extraído caso seja pertinente, (5) Indícios de erosão na envolvente da saibreira, (6) Uso dos solos na envolvente da saibreira.

Realiza-se a localização da saibreira face a património geológico, que possa não ter sido ainda identificado (localizar novos pontos)

Faz-se a confirmação no campo da localização da saibreira face a: (1) estradas e respectivo tipo (alcatrão, terra, etc.), (2) linhas de água, nascentes, furos e outros pontos de água, (3) eventuais biótopos importantes.

3. Sítios com potencial para saibreiras

A serem identificados apenas nos baldios onde não exista qualquer extracção de saibros, e apenas para definição de potenciais locais favoráveis caso seja mesmo necessária a instalação de uma saibreira (por baldio) no futuro; a sua definição exigirá o trajecto ao longo das estradas principais e/ou secundárias para localização dos locais mais apropriados, pois eliminar-se-ão todos os locais onde não exista rede viária. A identificação, localização e caracterização destes locais segue o mesmo conjunto de acções a serem realizadas para as saibreiras não georeferenciadas (ver ponto 2. acima).

ANEXO II – Ponto de situação da exploração de inertes, por baldio

1. Baldio de Lamas de Mouro:

Assinalada apenas 1 saibreira, na estrada Lamas de Mouro-Bouça dos Homens (ponto *PL1*), que coincide com os limites do Parque. Poderá ser aconselhável uma segunda fase de pesquisa de campo para localizar outras eventuais saibreiras, actualmente desconhecidas, em áreas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

PL1 abandonada – a saibreira *PL1* situa-se numa área de risco de erosão muito baixo, fora de quaisquer áreas de biótopos classificados, em zona de cabeceira de linha de água e com possível zona freática ou de nascente na pedreira, sem afectação a património geológico.

Opções propostas:

Considerando as condições actuais (apenas uma saibreira conhecida e abandonada) admite-se que este baldio possua poucas necessidades em saibros; considerando igualmente a sua localização na fronteira do Parque Nacional sugere-se que eventuais necessidades posteriores venham a ser satisfeitas de pontos de extracção situados fora do Parque. Sugere-se também que se faça a reutilização de inertes e se escolha um depósito para estes inertes³ para uso posterior das populações; este depósito poderia eventualmente localizar-se na zona da saibreira abandonada (as suas dimensões – 85 m de comprimento – têm alguma potencialidade para esta utilização, embora possa existir a questão do impacto visual).

2. Baldio de Castro Laboreiro:

Assinaladas 13 saibreiras. A “saibreira” a N de Maredo (nas proximidades de Portos) e a SE de Dorna, não é uma saibreira mas uma mancha de mimosas, de acordo com indicação dos vigilantes da natureza. Admite-se que deva ser realizado uma segunda fase de prospecção para identificar outras possíveis saibreiras eventualmente existentes em áreas menos acessíveis do baldio. É de admitir a possibilidade de transformar uma das saibreiras abandonadas numa área de depósitos de inertes, preferencialmente sobantes de obras, que possam vir a ser utilizados em substituição da exploração de saibros.

Ponto da situação:

P9 activa (Portelinha), P9A abandonada, P9B activa – a pedreira *P9* (à entrada da povoação da Portelinha) situa-se junto a uma Área de Habitats e proximidades de lameiros, numa zona de risco baixo de erosão mas na fronteira de zonas de risco alto, com ma linha de água a cerca de 100 m de distância; por seu lado a saibreira ***P9B***, situada em zona pouco visível, numa área de erosão muito

³ Depósito de inertes – depósito destinado a armazenar sobantes de obras (estradas etc.), como saibros, cascalhos e blocos de rocha, devidamente seleccionados e acondicionados, para serem utilizados posteriormente em obras ou outras necessidades da população local.

baixa a baixa, em zona de cabeceira de linhas de água e junto a lameiro e prados naturais (localizados do outro lado da estrada), na relativa proximidade de uma zona de formas graníticas em coluna, mas esta é também uma zona mais degradada, perto do depósito de monstros de Castro Laboreiro e do aterro desta mesma povoação. A saibreira P9A situa-se numa área de baixa erosão, nas proximidades de cabeceira de linha de água, num cabeço (logo mais visível), e está abandonada mas com possibilidade de poder ser reactivada.

P10A parcialmente entulhada com inertes não escolhidos, P10 activa a semi-activa – a saibreira **P10** (com duas frentes de desmonte), que parece ter tido pouca ou nula actividade nos últimos tempos, situa-se numa zona de risco de erosão baixo a muito baixo, não apresentando outras condicionantes; a saibreira P10A encontra-se atulhada, não sendo já passível a sua utilização, estando localizada em zona de risco de erosão baixo, na bordadura de zona de Habitats e com uma linha de água com definição de zona de defesa do Domínio Público Hídrico situada do outro lado da estrada.

P11 semi-abandonada a abandonada, P11A abandonada, P11B abandonada e demasiado pequena, P11C activa, P11D activa, P11E activa – a saibreira P11 apresenta erosão hídrica na envolvente foi atulhando algumas zonas da saibreira, embora se situe em zona de risco de erosão muito baixo, está situada em zona de Habitats e nas proximidades de linha de água com faixa de protecção do domínio Público Hídrico; a saibreira P11A localiza-se numa zona de risco de erosão elevado, na bordadura de zona de Habitats e nas proximidades de povoação; a saibreira P11B, que parece, pelas dimensões que actualmente apresenta nunca ter tido significativa importância, situa-se nas proximidades de uma zona de Habitats e de linha de água com definição de faixa de protecção do Domínio Público Hídrico, em zona de risco de erosão elevado a moderado; a saibreira P11C encontra-se em zona de Habitats e em área de risco de erosão baixo, nas proximidades de zonas de risco de erosão moderado e elevado; a saibreira P11D (que possui uma frente F2 abandonada e que serve agora para receber entulhos de rocha) localiza-se em zona de risco de erosão elevado a moderado, na bordadura de zona de Habitats e sem outras condicionantes; a saibreira P11E (com uma frente semi-abandonada) situa-se em área de risco de erosão moderado, próximo de Área de Ambiente Natural, com provável nascente pouco importante na frente de desmonte activa. Dadas todas estas condicionantes, considera-se de excluir todas estas saibreiras quer para exploração quer para uso como depósito de inertes.

P12 abandonada e transformada em lixeira – a saibreira P12 situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, na transição para zona de risco de transição baixo, na bordadura de zona de Habitats, em zona de cabeceira de linha de água, perto dum depósito de águas (situado do outro lado da estrada) e em área de encharcamento no Inverno.

P13 activa – a saibreira P13 situa-se em zona de risco de erosão moderado, nas proximidades de zona de risco de erosão elevado, na proximidade de fraga com forma em inselberg, existindo blocos pedunculados nas vizinhanças da frente de desmonte, nas proximidades de linhas de água

identificadas como zonas de Habitats; a espectacularidade da paisagem natural da região fica ferida pela saibreira.

Opções propostas:

Dadas as actuais condições, nenhuma das saibreiras em actividade respeita todos os requisitos definidos neste estudo⁴ para a localização de saibreiras, à eventual excepção da saibreira P10, embora também esta se situe não muito longe da extremidade de uma zona de Habitats (não está contudo na sua bordadura). Deste modo considera-se que, olhando simplesmente para as condicionantes, a saibreira P10 fosse a de localização mais favorável. A saibreira P9B tem a seu favor apenas o facto de se localizar mais perto de Castro Laboreiro, numa área já degradada e longe da vista de quem passa na estrada; situa-se contudo em área ambiental mais sensível, com mais condicionantes, inclusive do ponto de vista de valoração de potencial futuro geossítio. Dadas as respectivas condicionantes e/ou o seu estado de abandono de exploração, deve ser de excluir a actividade extractiva nas restantes saibreiras. Relativamente aos depósitos de inertes para eventual reutilização em substituição dos saibros, considera-se que a saibreira P9A situada nas proximidades da Portelinha, na vertente de cabeço, com acesso por estrada de terra e pouco visível da estrada principal possa ser utilizada como depósito de inertes, apesar de algumas das suas condicionantes; mais uma vez a saibreira P9B tem apenas a seu favor o facto de se situar numa zona já degradada e nas vizinhanças imediatas de castro Laboreiro; sugere-se que os entulhos de rocha actualmente acumulados na saibreira P11D sejam transferidos para o depósito de inertes que venha a ser constituído, dado que se sugere o fecho da saibreira P11D (devido às respectivas condicionantes: situada em área de risco de erosão elevado e na bordadura de área natural, que se inicia do outro lado da estrada). Todas as restantes saibreiras abandonadas – P9A, P10A, P11A, P11B e P12 – devem ser objecto de recuperação para evitar que se convertam em lixeiras; salienta-se em particular os casos críticos da saibreira P10A, à saída de Castro Laboreiro para sul, que se encontra parcialmente atulhada sem qualquer selecção do tipo de entulhos lá depositados, e da saibreira P12, que está já transformada em lixeira. A saibreira P12 está situada na cabeceira de linha de água, perto de ponto de água, é inundada no Inverno na zona em que estão localizados diversos lixos, alguns potencialmente perigosos, podendo causar problemas de poluição de água; estando abandonada, a sua utilidade como saibreira pode admitir-se como actualmente nula e estando na transição para a área do planalto é uma zona sensível; aconselha-se assim que todos os resíduos actualmente existentes sejam removidos, vedando-se o acesso a descargas posteriores e a área recuperada. Admite-se que sejam necessária nova visita de campo para verificar a situação nas áreas mais remotas do baldio (em especial a zona do planalto) e uma eventual avaliação do tempo provável de exploração das saibreiras P9B e P10. As saibreiras activas P9, P11C, P11D e P11E, assim como a saibreira semi-abandonada P11, devido às suas condicionantes, deverão ser encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagística/ambiental. A saibreira activa P13, que é utilizada apenas para a reparação ocasional do caminho de terra até à ermida da Senhora de Anamão, deveria ser, em

⁴ Ver “Metodologia para a Definição da Localização de Saibreiras/Condicionantes”, apresentada no final deste documento.

vista das condicionantes do local, encerrada e as futuras necessidades em saibros para a reparação deste caminho fornecidas pela saibreira que se decidisse manter activa em todo o baldio, ou então a partir de fontes externas ao Parque Nacional.

3. Baldio de Gavieira:

Assinaladas 18 saibreiras, algumas delas com várias frentes de desmonte. Não se considera que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção. É de ponderar a hipótese de transformar uma das saibreiras abandonadas numa área de depósitos de inertes, preferencialmente sobrantes de obras, que possam vir a ser utilizados em substituição da exploração de saibros; considerando que algumas das saibreiras são já utilizadas para esta função, embora de forma pouco ordenada, seria de escolher uma (ou mais) destas para depois de recuperação apropriada servir para este tipo de depósitos mas de forma organizada.

Ponto da situação:

P2 activa e também serve para depósito de blocos de granito – situada em área de risco de erosão alto, no perímetro de valoração do geossítio de Meiro, sobre o vale de Tibo e com vista para o inselberg de Tibo, nas bordadura de uma zona de Área de Habitats, com uma linha de água a cerca de 100 m de distância e onde se registam aluimentos de terra ao longo desta linha de água.

P3 activa, P3A semi-abandonada – a saibreira P3, que apresenta cinco frentes de desmonte das quais 3 têm sinais de extracção recente de material, possui uma captação por furo horizontal na zona de desmonte no sector mais descendente da estrada, está situada numa região de risco de erosão elevado, no perímetro de valoração do geossítio de Meiro, e a frente de desmonte mais N termina junto de linha de água que apresenta importante derrocada importante de pedras. A saibreira P3A situa-se em área de erosão elevada a muito elevada, a cerca de 50 m de linha de água, no limiar de uma área de Habitats (que se inicia do outro lado da estrada), no perímetro de valoração do geossítio de Meiro; a área de desmonte foi parcialmente ocupada por um barracão.

P4 activa mas usada sobretudo para depósito de blocos de rocha, P4A activa mas provavelmente pouco, P4B activa, P4C abandonada, P4D abandonada, P4E abandonada há muito, P4F activa – a saibreira P4 situa-se numa zona de risco de erosão moderada, bordadura de zona de Habitats e é usada para depósito de blocos de pedra, o faz supor que a sua actividade seja eventualmente reduzida. A saibreira P4A, que apresenta provável plano de falha na frente de desmonte, situa-se em zona de risco de erosão baixo, na bordadura de zona de Habitats e proximidades do perímetro urbano de Gavieira, possui um furo de captação com torneira e encontra-se dentro de área de protecção de 140 m de raio (furo de captação de água); possui além disso um barracão na área de desmonte, o que pode indiciar (barracão+furo) uma actividade moderada de extracção. A saibreira **P4B** situa-se em zona de risco de erosão baixa, na transição para zona de risco de erosão moderado, fora de Área de Habitats que está contido não muito longe, junto a topo de pequena linha de água de muito reduzida importância. A saibreira P4C situa-se em zona de risco de erosão moderado, na

bordadura de zona de Habitats (situada do outro lado da estrada). A saibreira P4D localiza-se em zona de risco de erosão baixa, com pequenas áreas envolventes de risco de erosão moderada, dentro dos perímetros de valoração dos geossítios de Golo da Areia e de Lajes das Passanhas, embora no seu limite, e na bordadura de zona de Habitats (situada do outro lado da estrada). A saibreira P4E situa-se em zona de risco de erosão baixo em transição para zona de risco de erosão moderada, dentro dos perímetros de valoração dos geossítios de Golo da Areia e de Lajes das Passanhas. A saibreira P4F, com 2 frentes de desmonte, localiza-se em zona de risco de erosão elevada, na transição para zonas de risco de erosão muito elevada e de risco de erosão moderada, dentro dos perímetros de valoração dos geossítios de Golo da Areia e de Lajes das Passanhas e na bordadura de uma zona de Área de Habitats (que começa logo do outro lado da estrada).

P5 abandonada, P5A activa – a saibreira P5 situa-se na transição entre área de risco de erosão moderada e risco de erosão muito baixa (com zona de risco de erosão muito elevada nas proximidades), dentro do perímetro de valoração do geossítio de Lajes das Passanhas, nas vizinhanças deste geossítio. A saibreira P5A, com 2 frentes de desmonte, uma de cada lado da estrada, encontra-se em zona de risco de erosão moderada, nas proximidades de zona de risco de erosão baixa, dentro do perímetro de valoração do geossítio de Lajes das Passanhas, nas vizinhanças imediatas deste geossítio e apresenta ainda interessantes figuras de erosão diferencial na frente de desmonte.

P6 activa, P6A activa – a saibreira P6A situa-se numa zona de risco de erosão muito elevado, no limite do perímetro de valoração do geossítio da Laje das Passanhas e na bordadura de zona de Habitats. A saibreira **P6** localiza-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades de linha de água.

P7 abandonada e usada para depósito de material (blocos de pedra, saibros, etc.) – a saibreira P7 situa-se em zona de risco de erosão moderado, na envolvente de área de risco de erosão elevado, nas proximidades de caos de blocos que podem cair se avançar com a frente de desmonte, não apresentando quaisquer outras condicionantes.

P8 abandonada e recebe entulhos de pedra, P8A activa, P8B semi-activa – A saibreira P8 situa-se em zona de risco de erosão muito elevado e nas proximidades de linha de água, não apresentando quaisquer outras condicionantes. A saibreira P8A localiza-se em zona de risco de erosão moderado, na transição para área de risco de erosão muito elevado e limite do perímetro de valoração do geossítio de Meiro. A saibreira P8B situa-se em zona de risco de erosão elevado, com pequenas áreas nas proximidades de risco de erosão muito elevado, na proximidade de zona de Habitats e dentro do perímetro de valoração do geossítio de Meiro.

Opções propostas:

Dadas as condicionantes assinaladas considera-se que as saibreiras activas P2, P3, P3A, P4F, P5A, P6A, P8A e P8B devam ser fechadas para exploração e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental. A saibreira P4A, dadas as suas condicionantes deverá ser encerrada (admita-se que possa já ter uma extracção reduzida), devendo ser preservada a frente de desmonte onde é

visível um provável plano de falha. As saibreiras abandonadas – P4C, P4D, P4E, P5 e P8 – deverão ser objecto de trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental.

Considera-se que as saibreiras com melhores condições para serem mantidas em exploração são as saibreiras P4B e P6, dadas as reduzidas condicionantes que sobre elas impendem; a saibreira P4B situa-se mais perto das povoações de Gavieira e de Bouças e a sua localização pode por estar razão ser mais favorável para os gastos de extracção e transporte; contudo situa-se nas proximidades de uma zona com diversas condicionantes ao passo que a saibreira P6 se situa em área menos sensível, tendo a vantagem de se situar numa área menos movimentada e longe dos principais centros populacionais do baldio (a única povoação – Bouça dos Homens – fica a alguma distância), ou seja, o seu impacto visual é muito menor do que o da saibreira P4B, embora o facto de estar numa zona mais isolada possa tornar o transporte dos materiais mais oneroso. Todas as restantes saibreiras actualmente em actividade deverão ser fechadas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagística/ambiental. Considerando todos estes aspectos admite-se que a escolha mais viável possa ser a saibreira P6. Quanto aos depósitos de inertes para eventual reutilização em substituição dos saibros, considera-se que tanto a saibreira P4 como a saibreira P7 poderão ser utilizadas para esta função, não só porque já são parcialmente utilizadas como tal mas sobretudo porque as condicionantes que apresentam não são limitadoras de tal actividade; dado que a saibreira P7 (cujas condições deveriam ser melhoradas para a recepção dos materiais é relativamente pequena), apesar da localização da saibreira P4 poder apresentar algum impacto visual mais importante por estar mais perto de maior número de núcleos populacionais, admite-se a hipótese dos dois locais funcionarem como depósitos de inertes. No caso de se optar pela saibreira P4 como depósito de inertes aconselha-se a que seja terminada a actividade de extracção de saibros. Embora não seja considerado fundamental pode sugerir-se a possibilidade de uma segunda visita de campo para avaliar do potencial e tempo de vida de extracção das saibreiras P4B e P6 (que são as que se sugere com possibilidades de continuar a funcionar).

4. Baldio de Cabreiro:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Não se admite necessária uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Considerando a ausência de saibreiras, admite-se que a necessidade em saibros deste baldio, pelo menos na área do Parque Nacional, seja diminuta. Como grande parte da área deste baldio se situa fora do Parque Nacional e da parte que se encontra inclusa, uma grande área está ocupada com zona de Área de Ambiente Natural, restando disponível uma área pequena com condicionantes que

permitam a extracção, sugere-se que quaisquer possíveis saibreiras a desenvolver no futuro sejam localizadas fora da área do Parque Nacional.

5. Baldio de Sistelo:

Assinaladas 14 saibreiras. Na sua vasta maioria estão abandonadas. A localização da maior parte delas não permite que sejam deslocadas para o outro lado da estrada (já fora da área do Parque Nacional) dado que o relevo não é favorável a tal opção (zonas de vertente que descem da estrada para os vales).

Ponto da situação:

P22 semi-abandonada – situada em zona de risco de erosão moderado a baixo e sem quaisquer outras condicionantes, embora a aproximar-se de caos de blocos (que não apresentam à partida grande importância em termos de monumento geológico mas podem constituir algum risco de queda de blocos se se der uma reactivação da exploração), não possuindo quaisquer outras condicionantes.

P23 abandonada e servindo de zona de acumulação de blocos de granito, P23A abandonada – a saibreira P23 situa-se em zona de risco de erosão moderado a baixo, com eventual nascente difusa na área de desmonte, sem quaisquer outras condicionantes. A saibreira P23A encontra-se em área de risco de erosão baixo a moderado, sem quaisquer outras condicionantes

P24 abandonada, P24A abandonada – a saibreira P24 localiza-se em zona de risco de erosão baixo a muito baixo, sem quaisquer outras condicionantes. Idêntica situação se verifica para a saibreira P24A.

P25 semi-activa – a saibreira P25, de dimensão apreciável, situa-se em área de risco de erosão baixo e junto a uma linha de água, sem possuir quaisquer outras condicionantes; apresenta potencial para continuar em exploração, estendendo-se de uma ponta à outra da curva da estrada.

P26 activa – a saibreira **P26** localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo, junto a uma zona de Habitats correspondente a um vidoal, embora o vidoal esteja do outro lado da estrada; não apresenta quaisquer outras condicionantes. Estava em plena extracção no momento da visita, e numa primeira análise não parece que tenha um volume explorável remanescente muito significativo.

P27 abandonada – a saibreira P27 está situada em zona de risco de erosão muito baixo, mas na bordadura de uma área de cabeceira de linha de água, e apresenta charco de água na base da frente de desmonte, podendo indiciar a presença de uma pequena nascente ou de um nível freático muito superficial.

P28 abandonada – a saibreira P28 situa-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para zonas de risco de erosão muito baixo e para uma pequena faixa de risco de erosão moderado, apresentando os taludes da zona de desmonte fendas de ruptura; situa-se ainda na bordadura de uma área definida como cabeceira de linha de água; na zona de desmonte ocorre um pequeno charco de águas límpidas, que poder indiciar a presença de uma pequena nascente.

P29 abandonada – a saibreira P29 encontra-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades de uma pequena faixa de risco de erosão moderado, na bordadura de uma zona definida como cabeceira de linha de água, com um bosque de cerca de 12 vidoeiros localizados na vizinhança imediata da frente de desmonte, além de uma outra área de biótopos, constituída por pequena mancha de vidoeiros nas proximidades.

P30 abandonada, P30A abandonada – a saibreira P30 situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, na proximidade de afloramentos rochosos (que contudo não têm significativo interesse geopatrimonial), e na área de cabeceira de linha de água de pequena importância, possuindo uma zona de charca e nascente na área de desmonte; situa-se além disso nas proximidades de uma zona de biótopos constituída por um vidoal, situada do outro lado da estrada. A saibreira P30A localiza-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para uma faixa de risco de erosão moderado, na proximidade relativa da fonte da Vidoeira e com outras nascentes situadas nas proximidades da área de desmonte, que apresenta área de exsudação de humidades, podendo indiciar a presença de nascentes difusas na frente de desmonte; não possui outras condicionantes.

P31 activa – a saibreira P31 encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, junto a fetais, mata de cedros e nas proximidades de uma zona de biótopos que corresponde a um vidoal e nas proximidades de área de cabeceira de linhas de água; não possui outras condicionantes.

P32 semi-activa – a saibreira **P32** localiza-se zona de risco de erosão baixo, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, embora mostre clastos e blocos caídos na frente de desmonte, assim como fendas de desmoronamento; situa-se na zona de cabeceira de uma pequena linha de água e na proximidade de nascentes e na frente desmonte o veio de granito grosseiro é uma zona de nascente difusa; não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

As saibreiras abandonadas – P23, P23A, P24, P24A, P27, P28, P29, P30 e P30A – deverão ser todas objecto de trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental. Sugere-se que todas as saibreiras situadas em estradas de terra (o que inclui as saibreiras P27, P28, P29, P30, P30A, P31 e P32, das quais apenas a saibreira P31 está activa e é de pequenas dimensões) venham a ser encerradas caso a estrada de terra para o Ramiscal venha a ser alcatroada, pois nestas condições a necessidade de saibros para manutenção dos caminhos já não se verificará. Entre as saibreiras activas, de todas as 14, apenas as saibreiras P26 e P31 estavam activas; ambas são de dimensões reduzidas e situam-se nas proximidades de área de biótopos (vidoal) o que leva a sugerir que venham a ser encerradas; de referir que no caso da P26 não parece existir grande potencial para continuação de exploração futura e a P31 se situa na zona de estrada de terra que se aconselha a alcatroar para minimizar as necessidades em saibros. Se se pretender manter uma zona de saibreira talvez a melhor escolha seja a saibreira P25, dado que não só tem poucas condicionantes como parece apresentar potencial para exploração futura, apesar de actualmente estar apenas semi-activa. Contudo, como a maior parte da área deste baldio se situa fora do Parque Nacional, sugere-se que quaisquer possíveis saibreiras a desenvolver no futuro sejam localizadas fora da área do Parque Nacional. Para o caso de

se virem a criar depósitos de inertes para uso posterior em caminhos e obras (reduzindo assim a necessidade de consumo de saibros) admite-se que como locais mais promissores à sua instalação a **saibreira P23** dadas não só ter poucas condicionantes como estar actualmente já a ser usada com depósito de blocos de pedra; tem como desvantagem o facto de não possuir muito espaço para deposição de grandes volumes de material; para o caso de ser necessária maior área de depósito de inertes poderá escolher-se a **saibreira P22**, semi-abandonada e sem condicionantes significativas. Embora não seja considerado fundamental, pode sugerir-se a possibilidade de uma segunda visita de campo para avaliar do potencial de extracção da saibreira P25 e das razões da sua actual actividade reduzida, caso não se opte por localizar todas as futuras saibreiras fora da área do Parque Nacional.

6. Baldio de Gondoriz:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Não se admite que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Considerando a ausência de saibreiras, admite-se que a necessidade em saibros deste baldio, pelo menos na área do Parque Nacional, seja diminuta. Como apenas uma pequena parte da área deste baldio se situa dentro do Parque Nacional, sugere-se que quaisquer possíveis saibreiras a desenvolver no futuro sejam localizadas fora da área do Parque Nacional.

7. Baldio de Cabana Maior:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Admite-se a possibilidade de uma vista de campo para a identificação de potenciais áreas de localização de saibreiras.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dado que até ao momento não parecem existir quaisquer saibreiras dentro da área do Parque Nacional que é ocupada por este baldio, admite-se que as necessidades em saibros desta região sejam diminutas e deste modo não seja necessária a abertura de qualquer saibreira. Embora se registe de facto que uma grande área deste baldio que se situa dentro do Parque Nacional toda essa região é virtualmente desabitada, logo as necessidades em saibros para a manutenção de caminhos serão diminutas e não justificarão a abertura futura de quaisquer saibreiras, as quais se aconselha a serem instaladas fora da área do Parque Nacional. Caso no futuro venha mesmo a ser necessária a exploração de saibros dentro deste baldio na área do Parque Nacional, aconselha-se então uma vista

de campo para definir um local potencialmente favorável à implantação de uma saibreira, obedecendo às condicionantes que neste trabalho foram estabelecidas.

8. Baldio de Soajo:

Assinaladas 9 saibreiras. Na sua vasta maioria estão abandonadas, embora seja de admitir que possam existir algumas que não foram identificadas nesta fase do trabalho. Poderá ser necessário realizar uma segunda fase de prospecção quer para identificar outras possíveis saibreiras (actualmente desconhecidas) em zonas mais remotas, como para localizar zonas potenciais para a instalação de uma saibreira que sirva o baldio.

Ponto da situação:

P0 abandonada – a saibreira P0, de pequena dimensão e completamente esgotada, está situada em zona de risco de erosão muito baixo, na transição para zona de risco baixo, apresentando na frente de desmorte um provável plano de falha; não possui quaisquer outras condicionantes.

P0A semi-abandonada – a saibreira **P0A** localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo a baixo, na base de vertente assinalada com risco de erosão elevado; não possui quaisquer outras condicionantes. O facto de ter tido remoções de terra relativamente recentes pode sugerir a possibilidade de uma certa reactivação desta saibreira.

P' abandonada há muito tempo – a saibreira P', de pequena dimensão, situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, nas proximidades de uma linha de água; não possui quaisquer outras condicionantes.

P1 semi-abandonada – a saibreira **P1** situa-se no campo de futebol (abandonado) da aldeia do Soajo em zona de risco de erosão muito baixo, na vizinhança de áreas de risco de erosão baixo e moderado, sendo de assinalar a existência de erosão hídrica no extremo da saibreira, na zona de desmorte e vertente onde existe pouca vegetação; está ainda nas proximidades de lameiros e de uma área de Habitats (a frente de desmorte não ameaça de forma directa a área de habitats, dado estar orientada para outra direcção), assim como de linha de água (entre 50 a 100 m de distância) com faixa de protecção do domínio Público Hídrico definida. Dada a existência de pequenos transportadores (contentores de lixo) acomodados em pequenas trincheiras, tudo indica que continue a existir alguma pequena extracção de saibros desta zona, apesar do seu acesso difícil, que é feito por trilhos pedestres.

PA1 abandonada – a saibreira PA1 (também designada por PA), encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, nas proximidades de zona de risco de erosão baixo; não possui quaisquer outras condicionantes.

PB abandonada há muito tempo – a saibreira PB situa-se em zona de risco de erosão elevado, na transição para uma zona de risco de erosão muito baixo; não possui quaisquer outras condicionantes.

D1 abandonada, serve como actual depósito de areias – a saibreira/depósito D1 localiza-se em zona de risco de erosão elevado, na transição para zona de risco de erosão baixo (apresentando sinais de desmoronamentos na frente de desmorte) na bordadura de uma área de Habitats (situada do outro lado da estrada); não possui quaisquer outras condicionantes. O ponto **D1** é actualmente utilizado para depósito de areias.

PParadela1 activa – a saibreira PParadela1 (que explora material alterado de xisto) situa-se em zona de risco de erosão baixo mas na transição para zona de risco de erosão moderado, dentro do perímetro de valoração média dos dois geossítios a NW de Paradela e na bordadura do perímetro de valoração média do geossítio de Cerquedo, além; na zona de desmorte está localizado um furo de captação de água, em galeria, pelo que esta saibreira se situa dentro da área de protecção de captação de água de tipo furo; embora se situe a relativa pouca distância de uma área de cabeceira de linhas de água e de zona de Habitats, a sua proximidade não é significativa, pelo que não se assinalam outras condicionantes. É uma saibreira de pequena dimensão e que parece não ter grande viabilidade futura.

P14 semi-activa – a saibreira P14 (que explora material alterado de xisto) situa-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades de zona de risco de erosão moderado, dentro do perímetro de valoração média dos dois geossítios de NW de Paradela; embora já fora do perímetro de protecção de furo captação de água, situa-se na proximidade do limite deste; não possui quaisquer outras condicionantes. É uma saibreira de pequena dimensão e que parece não ter grande viabilidade futura.

Opções propostas:

Sugere-se que as saibreiras abandonadas – P0, PA1, PB e P1 – devam ser definitivamente encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental, com a excepção eventual da saibreira PB que já se encontra coberta de vegetação e onde talvez seja melhor deixar a Natureza seguir o seu curso.

Considera-se que as duas saibreiras actualmente activas – PParadela1 e P14 – devam ser encerradas devido a todas as condicionantes que apresentam. Restam assim como locais possíveis para instalação de uma saibreira as saibreiras semi-abandonadas P0A e P1, que parecem ter tido alguma actividade recente, embora esporádica; nenhuma delas tem as condições ideais para saibreira, em função das respectivas condicionantes. Se a saibreira P0A é a que possui menos condicionantes, encontra-se demasiado longe das áreas habitadas onde os saibros possam ser necessários (embora se situe nas proximidades de algumas estradas de terra) e na beira de estrada alcatroada onde pode constituir algum impacto visual; já a saibreira P1 está situada nas proximidades do Soajo, no campo de futebol abandonado, mas nas proximidades de zonas de Habitats; contudo a proximidade a área habitada e ao mesmo tempo em zona com impacto visual relativamente moderado poderia sugerir a sua preferência.

Em alternativa à existência de saibreiras poderia criar-se um depósito de inertes para utilização futura; o ponto que actualmente serve como depósito de areias – D1 – tem bons acessos mas situa-

se em zona de risco erosão elevado, na bordadura de área de Habitats e tem reduzida área extra disponível para depósito. Portanto apesar de ter a seu favor o facto de estar já a ser utilizado como depósito de inertes, considera-se que este ponto deveria ser encerrado e sujeito a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental, podendo ser substituída pela **saibreira PA1** (actualmente abandonada) dado que esta última não apresenta condicionantes significativas e se situa no eixo Soajo-Adirão.

Dado que os locais propostos quer para saibreira quer para depósito de inertes não satisfazem integralmente os requisitos de condicionantes, sugere-se que se realize uma posterior visita de campo para prospectar outros locais que possam servir para a localização de uma saibreira e/ou depósito de inertes; esta visita poderia também servir para prospectar as áreas mais remotas do baldio de modo a identificar alguma saibreira que não haja sido detectada nesta fase.

9. Baldio de Britelo:

Assinalada apenas 1 saibreira. Poderá ser necessário realizar uma segunda fase de prospecção para identificar outras possíveis saibreiras (actualmente desconhecidas) em zonas remotas do baldio e/ou localizar zonas potenciais para a instalação de um depósito de inertes.

Ponto da situação:

P21 activa – a saibreira **P21** está situada em zona de risco de erosão baixo, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, nas proximidades de povoação; não possui sem quaisquer outros condicionalismos.

Opções propostas:

A ausência de saibreiras abandonadas e apenas de uma saibreira activa leva a admitir que este baldio tenha poucas necessidades em saibros, as quais serão fornecidas pela saibreira actualmente em funcionamento. Dada a ausência de condicionantes, considera-se que a **saibreira P21** deverá ser um local a manter como saibreira activa para abastecimento do baldio; são de excluir quaisquer outros locais futuros antes do esgotamento desta saibreira. Poderá ser necessária uma segunda fase de prospecção para identificar eventuais saibreiras que possam estar localizadas em áreas remotas do baldio, assim como para identificar um local provável para instalação de depósito de inertes, que em todo o caso deveria ser sempre preferencialmente situado em zona já degradada (ex.: proximidade de povoações).

10. Baldio de Lindoso:

Assinaladas 6 saibreiras, na sua maior parte activas e concentradas no caminho para o posto de transmissão da Louriça, na bordadura da zona de Área de Ambiente Natural, parecendo ser utilizadas apenas para a manutenção deste caminho. Embora se considere pouco necessária, pode

aconselhar-se a realização de uma segunda vista de campo para verificar da eventual existência de pequenas saibreiras actualmente desconhecidas, nas zonas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

P15 activa – a saibreira P15 está situada em zona de risco de erosão moderado, na transição para zonas de risco de erosão alto, dentro do perímetro de valoração médio do geossítio de Lindoso e na fronteira da zona de Área de Ambiente Natural mas já dentro desta área; apresenta área de exsudação de águas (prováveis nascentes difusas) no sector central da frente de desmonte da saibreira.

P16 semi-abandonada – a saibreira P16 localiza-se em zona de risco de erosão moderado, no limite do perímetro de valoração médio do geossítio de Lindoso e na fronteira da zona de Área de Ambiente Natural mas já dentro desta área; há captação de água de tipo furo no local da escavação (que parece ter sido criada apenas para instalar a captação embora o material mobilizado possa ser utilizado) e portanto a área está dentro de perímetro de protecção de captação de água.

P17 activa – a saibreira P17 situa-se em zona de risco de erosão moderado, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, na bordadura de Área de Ambiente Natural e de zona de Habitats (vidoeiros), e em área de cabeceira de linha de água; possui zonas de prováveis nascentes na área de desmonte.

P18 semi-abandonada – a saibreira P18 encontra-se em zona de risco de erosão baixo, na fronteira da zona de Área de Ambiente Natural mas já dentro desta área, e em área de cabeceira de linha de água.

P19 activa – a saibreira P19, de grandes dimensões, está localizada em zona de risco de erosão baixo a moderado, na fronteira da zona de Área de Ambiente Natural mas já dentro desta área, em região de cabeceira de linha de água, nas proximidades de geoforma de tipo inselberg, e a alcançar uma zona de fojo de lobo.

P20 abandonada – a saibreira P20 situa-se em zona de risco de erosão moderado na transição para zonas de risco de erosão elevado, na vertente sobre linha de água com definição de faixa de protecção do Domínio Público Hídrico; não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

Todas as saibreiras deste baldio, à excepção da P20 (abandonada), estão situadas na estrada de terra para a Louriça, que define a fronteira da Área de Ambiente Natural, e na sua quase totalidade apresentam ainda diversas outras condicionantes que as eliminam como locais favoráveis à instalação de saibreiras. Assim sugere-se que todas as saibreiras ao longo desta estrada sejam encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental, o mesmo se sugerindo para a saibreira abandonada P20. Sugere-se igualmente que esta estrada de terra seja alcatroada, para eliminar a actual necessidade dos saibros para a sua manutenção. Considerando que nenhuma outra saibreira activa existe neste baldio, admite-se que as necessidades de saibros desta região serão

diminutas e podem ser satisfeitas a partir de fontes externas; no entanto, admitindo a possibilidade futura de uma eventual necessidade de saibros, é aconselhável realizar uma avaliação de campo para a localização de área favorável à instalação de saibreira (a ser instalada só em caso de absoluta necessidade); esta avaliação de campo pode também ser aproveitada para localizar possíveis saibreiras que possam existir nas áreas mais remotas do baldio. Admite-se que a criação de depósitos de inertes poderá ser uma alternativa para a satisfação de futuras necessidades em saibros; na ausência de local adequado entre as saibreiras já existentes para a instalação deste depósito, aconselha-se a que o mesmo venha a ser instalado em zona degradada, nas proximidades de zona habitacional. Dado a saibreira P20 estar abandonada e ter condicionalismos que não a tornam muito favorável à localização do depósito de inertes, considera-se que esta deva ser definitivamente encerrada e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental.

11. Foral de Ermida-Froufe-Lourido:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de prospecção para identificar zonas potenciais para a instalação de um depósito de inertes e a identificação de possíveis saibreiras, actualmente desconhecidas, localizadas em zonas remotas do baldio.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

A maior parte da área deste baldio apresenta condicionantes significativas que limitam as áreas favoráveis à instalação de saibreiras. Ao mesmo tempo a ausência de saibreiras indicia uma actual reduzida necessidade do baldio em saibros. Considerando as condicionantes do baldio e a possível reduzida necessidade nestes materiais sugere-se que alguma eventual necessidade futura de saibros seja satisfeita a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Em alternativa, poderá ser criado um depósito de inertes para utilização posterior. Contudo, para o caso de vir a ser absolutamente necessária a instalação de uma saibreira, e uma vez que toda a área deste baldio se situa dentro do Parque Nacional, poderá ser aconselhável realizar uma prospecção para definir um local potencialmente favorável à implantação duma saibreira; esta fase de deverá também servir para identificar eventuais saibreiras actualmente desconhecidas.

12. Baldio de Entre-Ambos-os-Rios:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Sugere-se a possibilidade de uma vista de campo para a identificação de potenciais áreas de localização de saibreiras em áreas remotas do baldio.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dada a ausência de saibreiras admite-se que o baldio tenha reduzida necessidade nestes materiais. Devido às condicionantes existentes e que afectam a maior parte da área do baldio, aconselha-se que futuras necessidades em saibros sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional (ex.: no sector de Entre-Ambos-os-Rios, Tamente, Lagoa). Caso seja absolutamente necessário, e como virtualmente toda a área do baldio que se situa dentro do Parque Nacional, poderá realizar-se uma prospecção para definir um local potencialmente favorável à implantação de depósito de inertes (ou saibreira); esta fase de prospecção deverá também servir para identificar eventuais saibreiras actualmente desconhecidas.

13. Baldio de Germil:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Sugere-se a possibilidade de uma vista de campo para a identificação de potenciais áreas de localização de saibreiras em áreas remotas do baldio.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dada a ausência de saibreiras admite-se que o baldio tenha reduzida necessidade nestes materiais. A maior parte da área deste baldio apresenta condicionantes significativas que limitam as áreas favoráveis à instalação de saibreiras. Devido às condicionantes existentes, aconselha-se que futuras necessidades em saibros sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Porém, como quase toda a área deste baldio que se situa dentro do Parque Nacional, para o caso de vir a ser absolutamente necessária a instalação de uma saibreira, poderá ser aconselhável realizar uma prospecção para definir um local potencialmente favorável à implantação duma saibreira; esta fase deverá também servir para identificar eventuais saibreiras actualmente desconhecidas.

14. Foral de Vilarinho das Furnas:

Assinalada apenas 1 saibreira. Não se admite que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

P39 abandonada – a saibreira P39 está situada em zona de risco de erosão moderado, junto a caos de blocos e aos marcos miliários da milha XXX, em Área de Ambiente Natural e de acesso condicionado (Mata de Albergaria).

Opções propostas:

Dada a quase total ausência de caminhos e de agregados populacionais nesta região é de admitir que a única saibreira existente seja a assinalada e que o baldio tenha reduzida necessidade nestes materiais. Considerando que a maior parte da área deste foral situada dentro do Parque Nacional está em área de acesso condicionado/Reserva Integral (Mata de Albergaria) e sendo que o mesmo tem uma área significativa fora deste Parque aconselha-se que futuras necessidades em saibros (mesmo as necessárias à reparação regular da estrada de Albergaria) sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Dado que a saibreira apresenta já alguma cobertura de pinheiros na frente de desmonte sugere-se que se deixe a Natureza tomar o seu curso na recuperação do local.

15. Foral de São João do Campo:

Assinalada apenas 1 saibreira (extracção de terras para jardins). Não se admite que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

P38 abandonada – a saibreira P38 situa-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades da albufeira da barragem de Portela do Homem e no caminho para a Mata da Albergaria (embora a alguma distância desta); não possui quaisquer outras condicionantes. Está parcialmente recuperada, servindo de área de estacionamento, deposição temporária de lenhas e também tem sido usada para pista de motorizadas, de acordo com os vestígios encontrados na zona de barreira.

Opções propostas:

Dada a quase total ausência de caminhos e de povoações nesta região é de admitir que a única saibreira existente seja a assinalada e que o baldio tenha reduzida necessidade nestes materiais. Em face desta situação e do facto de que grande área do foral está sob condicionantes que não favorecem a implantação de saibreiras, aconselha-se que futuras necessidades em saibros (mesmo as necessárias à reparação regular da estrada de Albergaria) sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Dado que toda a área do foral se situa dentro do Parque Nacional, pode considerar-se a hipótese de uma segunda fase de prospecção para definição de uma zona de saibreira na área não condicionada, mas apenas e só se for forçosamente necessária a instalação de uma saibreira. Aconselha-se a que em vez da extracção de saibros se utilizem inertes, a depositar em depósito de inertes a ser constituído em área degradada nas proximidades de núcleo populacional. Aconselha-se a que haja intervenção na saibreira recuperada de modo a que esta deixe de ser utilizada por motocross/4x4.

16. Foral de Covide:

Assinaladas 4 saibreiras e 3 pedreiras. O principal problema desta zona é a exploração de pedra, sempre de reduzida dimensão, para uso mais ou menos individual, que ocorre de forma esporádica,

logo de difícil controlo, e poderá ameaçar geossítios e outros locais de interesse geológico/paisagístico. Sugere-se uma segunda fase de prospecção para identificar zonas onde seja possível recolher blocos de rocha com o mínimo de perda de património e a localização mais favorável de um depósito de inertes; esta fase de prospecção deve também aproveitada para identificar eventuais saibreiras e/ou pedreiras actualmente desconhecidas (embora se considere que a sua existência seja pouco provável) situadas em áreas mais remotas do foral.

Ponto da situação:

P33 abandonada – a saibreira P33 está situada em zona de risco de erosão moderada, circundada por zonas de risco de erosão elevada e na fronteira de uma zona de risco de erosão muito baixa (registando desmoronamentos na frente de desmonte), em zona de cabeceira de linha de água; encontra-se dentro da área de valoração do perímetro do geossítio de Lamas (valoração média) e no perímetro de valoração elevada do geossítio de montante de Fraga Negra e no outro lado da estrada há caos de blocos com formas dignas de interesse; não possui outras condicionantes.

Pedreira P33A semi-activa – a pedreira P33A situa-se em zona de risco de erosão muito baixa, em área de cabeceira de linha de água, junto à sua bordadura, dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio situado entre Juncada e Lamas e dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Lamas, em área de caos de blocos junto a bloco granítico com algum interesse morfológico; não possui outras condicionantes. A zona está cheia de numerosos fragmentos de rocha, resultantes desta exploração, pontual e muito localizada no espaço e tempo, que pode tornar a ocorrer a qualquer momento.

Pedreira P34 semi-activa – a pedreira P34 localiza-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades de zonas de risco de erosão moderado e risco de erosão muito elevado, na proximidade de área rica em águas sub-superficiais e entre duas cabeceiras de linha de água, dentro da área de valoração do perímetro de valoração elevada do geossítio de montante de Fraga Negra, em zona de caos de blocos com interessantes geoformas, ***em risco dado que a exploração se situa na sua vizinhança imediata***; não possui outras condicionantes.

P35 abandonada – a saibreira P35 encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, dentro da área de valoração do perímetro do geossítio de Lamas (valoração média) e no perímetro de valoração elevada do geossítio de montante de Fraga Negra, na bordadura de zona de cabeceira de linha de água; não possui outras condicionantes.

P36 abandonada – a saibreira P36 está situada em zona de risco de erosão moderada, na bordadura de zona de risco de erosão elevado e na proximidade de zonas de risco de erosão muito baixo, dentro da área do perímetro de valoração do geossítio de Lamas (valoração média) e no perímetro de valoração elevada do geossítio de montante de Fraga Negra, em zona de cabeceira de linha de água, com zona de fetais do outro lado da estrada; não possui outras condicionantes.

P37 abandonada – a saibreira P37 situa-se em zona de risco de erosão muito baixa a baixa, nas proximidades de linha de água, na bordadura de uma área de Habitats e ao lado do actual centro de

artesanato de Covide; a zona era conhecida como Pedras Brancas por surgir na zona uma pedra branca (possível quartzo leitoso); não possui outras condicionantes.

Pedreira do Escuredo semi-activa – a pedreira do Escuredo (dispersa por um conjunto de pontos em torno do mesmo maciço rochoso e onde blocos isolados de granito foram fragmentados e dos quais restam ainda vários fragmentos) localiza-se em zona de risco de erosão baixo, mas na bordadura de uma pequena mancha de risco de erosão elevado, dentro do perímetro de valoração elevada dos três geossítios da ribeira da Forcada, do perímetro de valoração média do geossítio de Calcedónia e dos perímetros de valoração média dos quatro geossítios da área de S. Bento; não possui outras condicionantes.

Opções propostas:

Verifica-se que todas as saibreiras identificadas estão abandonadas, o que pode indiciar a pouca necessidade deste foral em saibros; tal é reforçado pela existência de poucos caminhos e, com a excepção de Covide, a ausência de agregados populacionais. Deste modo, e tendo ainda em conta as diversas condicionantes que afectam uma vasta área deste foral, aconselha-se que futuras necessidades em saibros (mesmo as necessárias à reparação regular da estrada de Albergaria) sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Aconselha-se a que as saibreiras abandonadas – P33, P35, P36, P37 – sejam encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental. Poderá no futuro colocar-se o problema de abastecimento de saibros para a manutenção da estrada de terra na direcção do vg. de Lamas; esta situação poderá ser resolvida recorrendo a um depósito de inertes, a criar em área degradada, nas proximidades de Covide, ou então alcatroando esta estrada. O principal problema desta zona é o da exploração de pedra, sempre de reduzida dimensão e de forma esporádica, logo de difícil controlo, tendo potencial para ameaçar geossítios e outras áreas de interesse geológico e paisagístico. Dadas as condicionantes verificadas aconselha-se a que pelo menos a **pedreira P34** seja encerrada de imediato; as restantes pedreiras deverão ser encerradas, sendo apenas de utilizar os fragmentos de blocos que já se encontram espalhados no local, só permitindo a extracção de nova pedra em locais a designar e depois dos fragmentos em questão terem sido todos aproveitados; se estes fragmentos de blocos não puderem ser aproveitados deverão ser removidos para depósito de inertes a criar, com vista à sua utilização futura noutras aplicações. A exploração de blocos deverá ser acompanhada caso a caso e exigirá a definição das zonas mais adequadas a esta exploração, que deverá sempre, garantidamente, ser pontual e não para satisfação de necessidades comerciais e/ou industriais. Aconselha-se deste modo que seja realizada uma segunda fase para identificar zonas onde seja possível recolher blocos de rocha com o mínimo de perda de património, a localização mais favorável de um depósito de inertes, assim como da identificação de alguma eventual saibreira ou pedreira actualmente desconhecida, situada em áreas mais remotas do foral.

17. Mata Nacional (Gerês):

Assinalada 1 saibreira. Não se considera que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

P40 semi-abandonada – a saibreira P40 localiza-se em zona de risco de erosão elevado (com queda de blocos e desmoronamentos na frente de desmonte), nas proximidades de linha de água com faixa de protecção do Domínio Público Hídrico, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de jusante da ribeira de Faixa Ferreira e no perímetro de valoração média dos 2 geossítios de montante da ribeira de Faixa Ferreira; não possui outras condicionantes.

Opções propostas:

Sendo que esta zona é uma área de protecção especial e que existe apenas uma única saibreira, em fase semi-abandonada, deduz-se que a região não tem grande necessidade em saibros; dada ainda a importância desta zona em termos de património natural, as numerosas condicionantes que abrangem praticamente toda a área desta região, e os fáceis acessos com o exterior aconselha-se a que nenhuma saibreira ou pedreira seja instalada nesta região e que futuras necessidades em saibros sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional, ou pelo menos externas à área da Mata Nacional. A saibreira – P40 – deverá ser encerrada e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental. Não se considera que seja muito necessária uma segunda fase de prospecção para detecção de saibreiras ou pedreiras nas zonas mais remotas desta Mata Nacional.

18. Sector Assureira-Vilar da Veiga-Rio Caldo:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Embora se considere pouco necessária, pode realizar-se uma segunda fase de prospecção para identificar eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas da zona e que sejam actualmente desconhecidas.

Ponto da situação:

Neste sector não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dadas as numerosas condicionantes que ocupam a quase totalidade deste sector, a ausência actual de saibreiras que indicia a pouca necessidade da região em saibros, apesar da existência de numerosos núcleos populacionais, e considerando ainda os vários acessos viários com as regiões fora do Parque Nacional, aconselha-se a que nenhuma saibreira ou pedreira seja instalada nesta região e que futuras necessidades em saibros sejam satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Poderá considerar-se a instalação de um depósito de inertes, o qual deverá preferencialmente ser localizado numa zona de perímetro urbano. Embora não se considere provável a sua existência, pode aconselhar-se uma segunda fase de prospecção para identificar eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas da zona e que sejam actualmente desconhecidas.

19. Baldio de Vilar da Veiga:

Assinaladas 3 saibreiras, uma delas funcionando também como pedreira. É admissível a necessidade de uma segunda fase de prospecção para eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas da zona e que sejam actualmente desconhecidas.

Ponto da situação:

PAA abandonada – a saibreira PAA situa-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, no perímetro de valoração elevada dos três geossítios da ribeira da Forcada e dentro do perímetro de valoração média do geossítio do sector de Passar-Cruz de Almários, nas proximidades de linha de água designada como área de Habitats e perto da Fonte de Itinel.

P47 abandonada e usada como lixeira de entulhos – a saibreira P47 situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Admeus, nas proximidades de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico; não possui outras condicionantes.

P48 activa (saibreira e pedreira) – a saibreira **P48** localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Admeus e nas proximidades do afloramento granítico do cabeça do Calamouço (que poderá a mais ou menos médio prazo ser ameaçado se a pedreira continuar em actividade) com algum interesse geomorfológico e significado para as pessoas da zona; a zona de desmonte estende-se ao longo da margem de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico e tem captação de linha de água tipo furo horizontal com escoamento por fonte; não possui outras condicionantes além de ser uma propriedade privada. Além de ser zona de extracção de saibros e de pedra, serve também para armazenar alguns materiais de refugos de obras

Opções propostas:

Dada a ausência de núcleos populacionais dentro do baldio e a existência de apenas uma saibreira activa, admite-se que as necessidades em saibros desta região sejam relativamente reduzidas. Considerando ainda as condicionantes que abrangem a quase totalidade do baldio, em que mais de metade da sua área é ocupada pela Área de Ambiente Natural, sugere-se que as futuras necessidades em saibros venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se que as saibreiras abandonadas – PAA e P47 – sejam encerradas, os entulhos removidos e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico-ambiental. Para a única saibreira em actividade – a **saibreira P48** – dadas as suas condicionantes e apesar das suas potencialidades extractivas, deveria aconselhar-se o seu encerramento; sugere-se que a extracção de pedra deva ser de imediato terminada; em alternativa ao encerramento da saibreira e considerando que o proprietário já utiliza algumas zonas da área de desmonte como depósito de inertes, poderia tentar usar-se o espaço como

depósito de inertes, embora esta não seja, pelos condicionantes do local, a solução mais aconselhável. É admissível a necessidade de uma segunda fase de prospecção para eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas da zona e que sejam actualmente desconhecidas.

20. Baldio de Ermida/Vilar da Veiga:

Assinaladas 10 saibreiras, 4 pedreiras e 1 saibreira que funciona também como pedreira ocasional. Não se admite como imprescindível uma segunda fase de prospecção.

Ponto da situação:

P41 semi-activa, P41A abandonada – a saibreira **P41** (com pequenos desmoronamentos e fendas de desmoronamento na frente de desmorte) situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, na área de cabeceira de linha de água e nas proximidades de uma segunda linha de água, não possuindo quaisquer outras condicionantes. A saibreira P41A situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, na bordadura do perímetro de valoração do geossítio do morro de Passara e em zona de cabeceira de pequena linha de água.

P42 semi-activa – a saibreira P42, com fendas no topo da frente de desmorte que podem originar derrocadas e blocos caídos da área de caos de blocos imediatamente adjacente à frente de desmorte, localiza-se em zona de risco de erosão moderado, na fronteira com zona de risco de erosão muito baixo, nas proximidades de linha de água (ribeira e cascata do Arado) e da fonte do Arado, na fronteira de um perímetro de protecção captação de água, apresentando ainda nascentes difusas em certas zonas da frente de desmorte; situa-se também dentro dos perímetros de valoração média de dois geossítios a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte, na Área de Ambiente Natural; não possui outras condicionantes.

P43 semi-activa – a saibreira P43 está situada em zona de risco de erosão admissivelmente fraca a moderada, embora mostre alguma tendência de queda de blocos de rocha, dentro dos perímetros de valoração média de dois geossítios a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte, na Área de Ambiente Natural; encontra-se ainda na cabeceira de linha de água, nas proximidades de área de turfeira, a cerca de 70 m de distância da Fonte das Letras, em Área de Ambiente Natural (sobreiral) e turfeira, com a cesso restrito. Tem uma muito limitada capacidade de extracção futura devido à localização desta saibreira face ao traçado da estrada.

P44 activa – a saibreira **P44** encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, na fronteira dos perímetros de valoração média de dois geossítios na área da ribeira de Ermida, no limite da zona de protecção de uma captação e posto de distribuição de água e com linha de água situada do outro lado da estrada.

Pedreiras P45 activa, P45A activa, P45B activa, P45C activa – pedreiras de funcionamento ocasional, de extracção individual de blocos de rocha para uso particular, dispersas por uma área de mediana extensão abrangente de uma zona de caos de blocos, por vezes com interessantes geoformas. A pedreira P45 situa-se em zona de risco de erosão baixo, na fronteira para zona de risco de transição muito baixo, junto a 2 áreas de cabeceira de linhas de água de pequena importância, dentro dos perímetros de valoração média de dois geossítios a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte. A pedreira P45A localiza-se em zona de risco de erosão baixo a muito baixo, dentro dos perímetros de valoração média de dois geossítios a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte, junto a 2 áreas de cabeceira de linhas de águas e na fronteira de uma região de cabeceira de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico. A pedreira P45B situa-se em zona de risco de erosão moderado, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste da Fonte do Arado, no limite da zona de protecção de uma captação e posto de distribuição de água, no interior de região de cabeceira de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico. A pedreira P45C situa-se em zona de risco de erosão moderado, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste da Fonte do Arado, no limite da zona de protecção de uma captação e posto de distribuição de água, na fronteira de cabeceira de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico. Nenhuma destas pedreiras apresenta quaisquer outras condicionantes.

P46 semi-activa, P46A semi-activa – a saibreira P46 (que é também pedreira ocasional) encontra-se situada dentro em zona de risco de erosão moderada, embora estando imediatamente subjacente a uma zona de caos de blocos, haja o risco de alguns destes blocos poderem cair se continuar a existir escavação; está ainda situada a pouca distância de uma interessante geoforma (alguns metros) e dentro dos perímetros de valoração média de dois geossítios a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte; a extracção de pedra pode fazer perigar os blocos com as interessantes geoformas referidas; além de se situar no campo de futebol não possui quaisquer outras condicionantes. A saibreira 46A situa-se em zona de risco de erosão moderado a baixo, dentro do perímetro de valoração média de do geossítio mais a sudeste de Fonte do Arado e dentro do perímetro de valoração elevada do geossítio a cerca de 2 kms a leste desta fonte, no limite da zona de protecção de uma captação e posto de distribuição de água.

P49 semi-abandonada – a saibreira **P49** situa-se em zona de risco de erosão baixo, sobrejacente a zona de vertente com risco de erosão elevado, na cabeceira de linhas de água; não possui quaisquer outras condicionantes.

PA' abandonada há muito – a saibreira PA' localiza-se em zona de risco de erosão elevado circundada por uma área de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Caldeira e do perímetro de valoração média dos dois geossítios da ribeira de Ermida; não possui quaisquer outras condicionantes.

PA'' abandonada – a saibreira PA'' encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Caldeira; não possui quaisquer outras condicionantes.

PA1' abandonada há muito – a saibreira PA1' encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, nas vizinhanças de pequena zona de risco de erosão baixo e de pequena zona de risco de erosão elevada, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Caldeira, nas proximidades de linha de água com definição de área de protecção do Domínio Público Hídrico; não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

As saibreiras abandonadas – P41A, PA', PA'' e PA1' – propõe-se que sejam definitivamente encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; admite-se que para as saibreiras abandonadas já ocupadas com vegetação seja preferível deixar a Natureza seguir o seu curso. Dadas as condicionantes que afectam as saibreiras semi-activas P42, P43, P46 e P46A, aconselha-se igualmente que estas venham a ser definitivamente encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental. Os locais que ainda assim são mais favoráveis à manutenção de uma saibreira são as saibreiras P41, P44 e P49. A saibreira P44, apesar de ser actualmente a única saibreira activa, é a de localização menos favorável dado que se encontra na fronteira de diversas áreas de condicionantes pelo que se considera que a melhor opção seria encerrá-la definitivamente e fazer uma intervenção de recuperação paisagístico/ambiental; sendo porém o ponto situado mais perto da povoação de Ermida, poderia eventualmente utilizar-se como depósito de inertes. Solução similar podia ser aplicada para a saibreira P49 (encerramento e recuperação) tanto mais que é uma saibreira semi-abandonada. A saibreira que, dadas as condicionantes, seria a com condições mais favoráveis a permanecer em actividade seria a saibreira P41, apesar do seu actual estatuto de semi-actividade poder ser um potencial obstáculo a tal solução. Considerando que actualmente só há uma saibreira activa no baldio, admite-se que as suas necessidades em saibros sejam reduzidas; verificando-se ainda que a quase totalidade do baldio se encontra ocupado por regiões condicionadas e sendo que esta região se localiza na bordadura do Parque Nacional, sugere-se, em alternativa à manutenção de uma saibreira no baldio, que futuras necessidades em saibros venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado.

Relativamente às pedreiras, dados os condicionalismos da área onde estas se encontram e sobretudo a existência de alguns blocos no local com interesse geomorfológico, que poderão ser ameaçados pela continuação da exploração, considera-se que o mais aconselhável seria encerrá-las, permitindo apenas a utilização dos fragmentos que actualmente restam nestes locais; se estes fragmentos de blocos não puderem ser aproveitados deverão ser removidos para depósito de inertes a criar, com vista à sua utilização futura noutras aplicações. Considera-se que seria aconselhável que a exploração de pedra pudesse processar-se noutras regiões, embora estas possam ser relativamente difíceis de encontrar, dado que quase toda a área do baldio está sob áreas de condicionantes. No caso em que a exploração de blocos de rocha seja mesmo imprescindível, esta

deverá ser acompanhada caso a caso e exigirá a definição das zonas mais adequadas a esta exploração, que deverá sempre, garantidamente, ser pontual e não para satisfação de necessidades comerciais e/ou industriais.

Dado que a quase totalidade do balido se encontra condicionada, admite-se que não seja necessária nesta fase uma segunda etapa de prospecção para definição de áreas potenciais de instalação de saibreiras, depósitos de inertes e pedreiras. Poderá quando muito ser aconselhável uma fase de prospecção para potencial localização de saibreiras em locais remotos do baldio, as quais deverão ser contudo pouco prováveis.

21. Baldio de Fafião:

Assinaladas 5 saibreiras e 1 potencial geossítio. Aconselha-se a realização de uma segunda fase de prospecção para verificar não só da existência de outras potenciais escombadeiras em áreas remotas do baldio como de locais mais viáveis à instalação de uma saibreira

Ponto da situação:

P50 activa – a saibreira P50 situa-se nas proximidades do rio Toco, em zona de risco de erosão baixo, perto de pequenas zonas de risco de erosão moderado, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Portela do Monte, nas proximidades de área de Habitats; não possui quaisquer outras condicionantes.

P51 semi-abandonada – a saibreira P51 localiza-se no perímetro urbano de Fafião, em zona degradada com risco de erosão elevado, na fronteira com zonas de risco de erosão baixo e muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Portela do Monte; está parcialmente ocupada por um estaleiro, vedado com rede e por uma lixeira na parte de livre acesso. Não possui quaisquer outras condicionantes.

P52 activa, P52A abandonada – a saibreira **P52** está situada em zona de risco de erosão muito baixo a baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Portela do Monte, nas proximidades de cabeceira de linhas de água, a 160 – 200 m de um ponto de captação/depósito de água, registando-se a ocorrência de nascentes na base da vertente onde se situa a saibreira. A saibreira P52A situa-se em pequena zona de risco de erosão elevado circundada por área de risco de erosão muito baixo, dentro do perímetro de valoração média do geossítio de Portela do Monte, na bordadura de uma área de Habitats, a cerca de 160 m de distância de ponto de captação de água.

P53 abandonada e semi-recuperada – a saibreira P53 encontra-se em pequena zona de risco de erosão muito baixo, na bordadura de uma área de Habitats e nas proximidades de linha de água; não possui quaisquer outras condicionantes.

G1 – local de potencial geossítio. Local de blocos pedunculados, superfícies erosivas “crostas de pão” e estruturas em chama, situados junto do velho campo de futebol de Fafião.

Opções propostas:

De entre as saibreiras abandonadas, a saibreira P52A deveria ser definitivamente encerrada e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; a saibreira P53, tendo já sofrido uma primeira intervenção, deveria ser alvo de continuação de trabalhos com vista à sua recuperação completa. A saibreira P51, semi-abandonada, dado estar parcialmente ocupada com estaleiro e por uma lixeira e não ser em probabilidade reactivada num futuro próximo, deveria ser definitivamente encerrada, os lixos removidos, e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental, que impeçam a sua futura degradação e retorno à condição de lixeira; apesar das condicionantes que sobre ela pesam poderia no máximo, e dado que se situa em local degradado, ser utilizada para depósito de inertes, após devida intervenção de recuperação e acondicionamento para esta utilização. Nenhuma das saibreiras activas – P50 e P52 – se encontra em situação favorável em termos de condicionantes e a solução ideal seria proceder ao seu encerramento, sugerindo-se que as necessidades em saibros do baldio venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. No caso desta solução não ser viável, sugere-se que a saibreira P52 possa ser mantida em actividade, uma vez que está em zona de menor risco de erosão, mais longe do geossítio em cujo perímetro se localiza, e sem áreas de Habitats nas proximidades (embora existam pontos de água nas suas vizinhanças). Considera-se porém aconselhável realizar uma segunda fase de prospecção para verificar não só da existência de outras potenciais escombreyras em áreas remotas do baldio como de locais mais viáveis à instalação de uma saibreira e, no caso de tais lugares não existirem, avaliar da extensão da área de exploração futura desta saibreira P52.

22. Baldio de Pincães:

Assinaladas 2 saibreiras, uma delas no caminho das Lagoas (situado em Área de Ambiente Natural). Não se considera prioritário realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas do baldio

Ponto da situação:

P54 semi-activa – a saibreira **P54** (usada para extracção sobretudo de terra preta) situa-se em zona de risco de erosão baixo a muito baixo, em estrada de terra; não possui quaisquer outras condicionantes.

P75 activa – a saibreira P57, de pequena dimensão e com vários blocos caídos na frente de desmorte, situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado a elevado, em zona definida como Área de Ambiente Natural, junto a uma linha de água (águas muito límpidas), em estrada de terra; pela disposição da rocha-mãe não parece ter grande potencial para a continuação da exploração.

Opções propostas:

Considerando que actualmente o baldio possui apenas uma pequena saibreira activa para uso exclusivo do caminho das Lagoas, que está localizado em Área de Ambiente Natural, e que a única outra saibreira, semi-activa, é na verdade uma exploração para terra preta, é de admitir que este baldio não possui grandes necessidades em saibros, pelo que se aconselha a que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Aconselha-se a que a saibreira P75 venha assim a ser encerrada, não só devido ao seu reduzido potencial de exploração mas sobretudo às condicionantes da sua localização. Considera-se que a saibreira P54 poderá ser reutilizada para a instalação de um depósito de inertes, após intervenção adequada e finda a exploração de terras negras. Não se considera prioritário realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras situadas nas zonas mais remotas do baldio, embora seja talvez aconselhável.

23. Baldio de Cabril:

Assinaladas 31 saibreiras, em regra de pequenas dimensões, 20 das quais no caminho das Lagoas (situado em Área de Ambiente Natural), e 1 potencial geossítio. Não se considera de especial importância realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras localizadas em áreas remotas do baldio.

Ponto da situação:

PA2 abandonada – a saibreira PA2, pouco importante, situa-se em zona de risco de erosão baixo rodeado por áreas de risco de erosão moderada, nas proximidades de uma área de Habitats; não possui quaisquer outras condicionantes.

P55 abandonada – a saibreira P52, com duas frentes de desmonte, encontra-se em zona de risco de erosão moderado a baixo, nas proximidades de uma área de Habitats e junto do parque de campismo do Outeiro-Iredo; não possui quaisquer outras condicionantes.

P56 semi-abandonada – a saibreira P56 está situada em zona de risco de erosão elevado, nas proximidades de zona de risco de erosão muito baixo; não possui quaisquer outras condicionantes.

P57 abandonada semi-recuperada – a saibreira P57, que sofreu uma tentativa de recuperação com poucos resultados positivos, encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, junto a pequena linha de água; não possui quaisquer outras condicionantes.

P58 activa – a saibreira P58, que acomoda também uma estrutura de manejo do gado, situa-se em zona de risco de erosão baixo coroadando vertentes de risco de erosão elevado, nas proximidades de cabeceira de pequena linha de água, verificando-se a existência de nascentes usadas em regadio do outro lado da estrada; não possui outras condicionantes.

PA3 abandonada – a saibreira PA3 situa-se em zona de risco de erosão moderado, na cabeceira de pequena linha de água de importância secundária, com uma área de Habitats nas proximidades; não possui quaisquer outras condicionantes.

P59 abandonada – a saibreira P59, com ninhos de pequenas aves na frente de desmorte, situa-se em zona de risco de erosão elevado, perto de caos de blocos com algum interesse geopatrimonial, na bordadura de área de Habitats e também na bordadura de cabeceira de linha de água de alguma importância, assim como no limite de zona de protecção captação de água; possui zonas levemente húmidas na frente de desmorte, indiciando a presença de nascentes difusas pouco importantes.

P60 abandonada – a saibreira P60 localiza-se em zona de risco de erosão elevado, na bordadura de área de risco de erosão baixo, registando-se erosão hídrica no extremo N da frente de desmorte, nas proximidades de uma área de Habitats, na fronteira de cabeceira de linhas de água e nas proximidades de linha de água e de nascentes (uma a cota superior à da base da saibreira, outras a cotas inferiores nas vertentes envolventes)

P61 semi-abandonada – a saibreira P61 encontra-se em zona de risco de erosão baixo, nas proximidades de áreas de risco de erosão muito baixo, moderado e elevado, situando-se também na bordadura de área de Habitats e em cabeceira de linha de água; possui um provável plano de falha N340-350 situado na frente de desmorte.

P62 abandonada – a saibreira P62 (em estrada de terra), está situada em zona de risco de erosão baixo, na cabeceira de linha de água de importância secundária e foi nela criada uma zona de retenção de águas; não possui quaisquer outras condicionantes.

P63 activa – a saibreira **P63** situa-se em zona de risco de erosão baixo, com uma área envolvente de risco de erosão elevado; não possui quaisquer outras condicionantes.

P71 activa – a saibreira P71 situa-se zona de risco de erosão elevado (com possibilidade de queda de blocos de rocha na frente de desmorte), na bordadura de Área de Ambiente Natural; regista uma área de humidades na frente de desmorte que corresponderá a uma zona de nascente difusa; não possui quaisquer outras condicionantes.

P72 activa, P72A activa – a saibreira P72 localiza-se em zona de risco de erosão elevado com risco de queda de blocos para a zona de desmorte, numa cabeceira de linha de água, na bordadura de Área de Ambiente Natural; há nascente nas proximidades e na zona de desmorte surge faixa de humidade que pode corresponder a zona de nascente difusa; não possui quaisquer outras condicionantes. A saibreira P72A, muito pequena, encontra-se em zona de risco de erosão elevado, na bordadura de Área de Ambiente Natural e na vizinhança imediata (a vertente logo acima da frente de desmorte) de 2 interessantes blocos de granito com formas de erosão em regueiras e outras que lhes conferem um potencial interesse como geossítio; não possui outras condicionantes.

PC' abandonada – a saibreira PC' (ou simplesmente C') situa-se em zona de risco de erosão baixo na transição para zona de risco de erosão elevado, na cabeceira da ribeira de Gargalão, na bordadura de Área de Ambiente Natural; não possui outras condicionantes.

P73 activa – a saibreira P73 (com 4 frentes de desmorte todas de pequena dimensão) encontra-se em zona de risco de erosão baixo mas nas vizinhanças de zonas de risco de erosão elevado, na bordadura de Área de Ambiente Natural, em cabeceira de linha de água com área de protecção do Domínio Público Hídrico, sendo que a frente mais a leste se situa ainda nas proximidades de uma linha de água; não possui outras condicionantes.

P74 activa – a saibreira P74 localiza-se em zona de risco de erosão baixo, na bordadura de Área de Ambiente Natural; possui zonas húmidas na área de desmorte que poderão indiciar a presença de pequenas nascentes; não possui quaisquer outras condicionantes.

P76 semi-activa – a saibreira P76 está situada em zona de risco de erosão admissivelmente elevado a muito elevado, no interior de Área de Ambiente Natural, na fronteira do perímetro de valoração média de três geossítios, sendo ainda que metade da área da encosta está coberta com blocos de granito de interesse patrimonial com significado geopatrimonial mediano; uma linha de água de alguma importância ocorre do outro lado da estrada, havendo zonas de humidade (potenciais áreas de nascentes difusas) na frente de desmorte.

P77 activa – a saibreira P77 situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, no interior de Área de Ambiente Natural, dentro do perímetro de valoração média de três geossítios e na bordadura de perímetro de valoração baixa de um geossítio, tendo ainda nas proximidades blocos de granito com formas de tipo “Thor”; ocorre em zona de cabeceira de linha de água e tem zona de encharcamento na área de desmorte, indiciando a eventual presença de nascentes.

P78 activa, P78A activa, P78B semi-activa – a saibreira P78 situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado a baixo, no interior de Área de Ambiente Natural, nas proximidades de blocos de granito com formas em coluna e em bola, situados do outro lado da estrada; a área de desmorte possui zonas húmidas que podem corresponder a nascentes difusas. A saibreira P78A situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado a baixo, no interior de Área de Ambiente Natural; apresenta na área de desmorte zonas de encharcamento e de humidades que podem indiciar a presença de nascentes difusa (e eventualmente uma nascente concentrada). A saibreira P78B situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente baixo, no interior de Área de Ambiente Natural, nas proximidades de blocos de granito morfológicamente com interesse (blocos pedunculados em formação e formas de tipo “inselberg”).

P79 activa – a saibreira P79 situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, no interior de Área de Ambiente Natural; apresenta na zona de desmorte uma nascente concentrada de muito baixo caudal e zonas de exsudação de água indiciando a presença de nascentes difusas; não possui quaisquer outras condicionantes.

P80 activa – a saibreira P80 encontra-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, no interior de Área de Ambiente Natural, na bordadura de duas cabeceiras de linhas de água; possui zona de encharcamento na frente de desmorte indiciando a presença de nascentes difusas; não possui outras condicionantes.

P81 activa – a saibreira P81 localiza-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, no interior de Área de Ambiente Natural, junto a blocos de granito com forma em coluna; possui nascente com algum caudal na área de desmorte; não possui outras condicionantes.

P82 activa – a saibreira P82 situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado a elevado (risco de queda de blocos se a frente de desmorte do lado do caos de blocos continuar a avançar), no interior de Área de Ambiente Natural; possui exsudações de água na frente de desmorte, indiciando a presença de nascentes difusas; não possui quaisquer outras condicionantes.

P83 activa – a saibreira P83 está localizada em zona de risco de erosão admissivelmente moderado a elevado (registando-se queda de blocos na frente de desmorte), no interior de Área de Ambiente Natural; há zonas húmidas na frente de desmorte, indiciando a presença de nascentes difusas; não possui quaisquer outras condicionantes.

P84 activa – a saibreira P84 situa-se em zona de risco de erosão admissivelmente elevado (há a possibilidade de queda de blocos se a frente de desmorte avançar significativamente), no interior de Área de Ambiente Natural, a curta distância (do outro lado da estrada) do geossítio G3; possui nascente na frente de desmorte; não possui outras condicionantes.

P85 semi-activa – a saibreira P85 localiza-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, no interior de Área de Ambiente Natural; tem vestígios de nascente concentrada, com funcionamento sazonal, situada na frente de desmorte; dada a existência de poucas áreas remanescentes de saibros, o seu tempo de exploração útil será reduzido; não possui quaisquer outras condicionantes.

P86 semi-activa, P86A abandonada – a saibreira P86 encontra-se em zona de risco de erosão admissivelmente moderado, na bordadura de Área de Ambiente Natural; não possui outras condicionantes. A saibreira P86A encontra-se em zona de risco de erosão admissivelmente baixo, na bordadura de Área de Ambiente Natural; foi abandonada porque surgiu uma zona muito húmida (possível nível freático muito superficial) na frente de desmorte que impediu a sua exploração; não possui outras condicionantes.

G3 – geossítio. Constituído por uma formação rochosa onde se observa um bloco pedunculado e um bloco em bola, entre outras formas de erosão.

Opções propostas:

Considera-se que as saibreiras localizadas na Área de Ambiente Natural (ao longo da estrada para Lagoas) – P71, P72, P72A, C', P73, P74, P76, P77, P78, P78A, P78B, P79, P80, P81, P82 – dadas as diversas condicionantes que sobre elas impendem, deverão ser encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental, incluindo as poucas saibreiras abandonadas deste grupo e que a referida estrada seja alcatroada, pois nestas condições a necessidade de saibros para manutenção dos caminhos já não se verificará.

Fora da Área de Ambiente Natural, as saibreiras abandonadas PA2, PA3, P57 e P59 deverão ser encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; no caso da saibreira P57, que já sofreu uma primeira tentativa de recuperação mal sucedida, considera-se necessário tornar a intervir na área, com um bom projecto de recuperação, de modo a resolver os problemas que actualmente se verificam (enchimento incompleto da zona e realizado com materiais que não são necessariamente os mais adequados). Para a criação de depósitos de inertes deveria aproveitar-se algum dos pontos que já actualmente serve de depósito de entulhos; das saibreiras abandonadas que estão a servir de depósitos de entulhos – P55, P60 e P62 – considera-se que, devido às suas condicionantes, a saibreira P60 deva ser encerrada e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental, devendo os seus entulhos e saibros serem transferidos para outro depósito de inertes; as saibreiras P55 e P62 podem ser locais favoráveis à instalação/manutenção de um depósito de inertes, considerando as suas reduzidas condicionantes e o facto de já estarem a ser utilizadas nesse sentido; a saibreira P55 tem como vantagens face à P62 o facto de ter dimensões significativas, e ser já um ponto de recolha habitual de entulhos por parte da câmara mas tem como desvantagem o facto de estar nas proximidades de um parque de campismo. Aconselha-se que as saibreiras semi-abandonadas – P56 e P61 – devam ser definitivamente encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; de referir que no caso da saibreira P61, aconselha-se que a frente de desmonte com o seu plano de falha provável seja preservada. Das saibreiras activas – P58 e P63 – aconselha-se a que se mantenha activa a saibreira P63, dado que a saibreira P58 está parcialmente ocupada por uma estrutura de manejo do gado (o que indicia que a sua actividade não será muito intensa ou viável a longo prazo) e coroa uma região de risco de erosão elevado; assim a saibreira P58 deveria ser definitivamente encerrada e recuperada atendendo aos outros usos que actualmente dela se fazem. Não se considera de especial importância realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras localizadas em áreas remotas do baldio.

24. Baldio de Outeiro:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Não se considera de especial importância realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras localizadas em áreas remotas do baldio.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Todo este baldio se situa no interior da região de da Área de Ambiente Natural, pelo que se aconselha a que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional. Não se considera de especial importância realizar uma segunda fase de prospecção para identificação de eventuais saibreiras localizadas em áreas remotas do baldio.

25. Baldio de Cela/Sirvozelo:

Assinaladas 4 saibreiras. É admissível a necessidade de uma segunda fase de pesquisa para identificar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

P64 semi-abandonada – a saibreira P64, parcialmente ocupada por cercado para manejo de gado, situa-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para zona de risco de erosão muito baixo e nas proximidades de área de risco de erosão elevado, na bordadura de área de Habitats e de Área de Ambiente Natural; não possui quaisquer outras condicionantes.

P65 activa – a saibreira **P65** localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo, nas vizinhanças de zonas com risco de erosão baixo, na bordadura de área de Habitats e na proximidade da aldeia de Parada do Outeiro; não possui quaisquer outras condicionantes.

P66 abandonada – a saibreira P66, a ser utilizada como depósito de entulhos e lixeira, encontra-se em zona de risco de erosão muito baixo, na bordadura de área de Habitats; não possui quaisquer outras condicionantes.

D3 abandonada – a saibreira D3 situa-se em zona de risco de erosão baixo na transição para zona de risco de erosão muito baixo, dentro de área de Habitats; serve de depósito de blocos de granito; não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

De entre as saibreiras abandonadas e semi-abandonadas – P64, P66 e D3 – aconselha-se que as saibreiras P64 e D3⁵, devido às suas condicionantes, devam deverão ser encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental, e os blocos de granito (com possibilidade de reaproveitamento em obra) actualmente armazenados na saibreira D3 recolocados em depósito de inertes a constituir; a saibreira P66, actualmente lixeira e depósito de entulhos, deverá ser encerrada e, devido aos reduzidos condicionalismos do local, transformada em depósito de inertes para usos futuros das populações. A única saibreira activa – a **saibreira P65** – dadas as suas reduzidas condicionantes e o ser de todo necessária para as obras no povoado vizinho, poderá manter-se activa, embora em escala sempre muito reduzida para evitar quaisquer perturbações na área de Habitats. Considerando que existe apenas uma saibreira em actividade, admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas e que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

⁵ Note-se que embora a saibreira D3 esteja entre dois núcleos populacionais, e portanto em princípio bem localizada em termos de transporte de materiais, situa-se no interior de zona de habitats, o que claramente elimina o seu funcionamento.

26. Baldio de Paredes do Rio:

Assinalada 1 saibreira. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

P67 semi-activa – a saibreira **P67** situa-se em zona de risco de erosão muito baixo, na bordadura de área de Habitats (que se estende até Sezelhe); não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

Dados os poucos condicionalismos existentes (embora se na proximidade de uma área de Habitats) e o facto de ser a única saibreira activa, nas proximidades de povoação, considera-se que à falta de melhor localização, a saibreira P67 poderá manter-se activa. Considerando que existe apenas uma saibreira em actividade, e reduzida, admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas e que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

27. Baldio de Covelães:

Assinaladas 3 saibreiras, estando uma transformada em depósito de terras e pedra e outra como depósito de pedra. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

PB' abandonada há muito tempo – a saibreira PB' está situada em zona de risco de erosão muito baixo, nas proximidades de área de Habitats que circunda praticamente toda a zona; não possui quaisquer outras condicionantes.

P68 activa e a ser usada como depósito de pedra – a saibreira **P68** localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo, na transição para zona de risco de erosão baixo, em cabeceira de linha de água, a 60 m de distância de ponto de água (dentro de área de protecção de captação); não possui outras condicionantes.

D4 abandonada, usada como depósito de terra e pedra – a saibreira D4 encontra-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para região de risco de erosão muito baixo, em cabeceira de linha de água e zona provável de água a um nível muito superficial do solo, na bordadura de área de Habitats; não possui outras condicionantes.

Opções propostas:

As saibreiras abandonadas – PB' e D4 – deverão ser definitivamente encerradas e sujeitas a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental, tomando em consideração, no caso da saibreira PB', as utilizações que já actualmente se fazem do espaço; o depósito de terras e pedras realizado na saibreira D4 deverá ser transferido para a zona de depósito da saibreira P68, dadas não só as condicionantes que aconselham ao abandono desta saibreira como o facto de que todos estes locais se situam bastante próximo da saibreira activa P68. A saibreira activa – **saibreira P68** – embora se situe em zona com algumas condicionantes, considerando que está nas proximidades de povoação e é a única saibreira activa conhecida, poderá eventualmente manter a sua actividade; estando também a ser utilizada como depósito de pedra, sugere-se que venha a ser utilizada como depósito de inertes, congregando também os actuais materiais da saibreira D4, preferencialmente fazendo a transição entre a actividade actual de saibreira e depósito para a de um futuro depósito. Considerando que existe apenas uma saibreira em actividade, admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas e que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

28. Baldio de Travassos:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Sugere-se uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio e algum potencial local para instalação de depósito de inertes.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dado o baldio não possuir actualmente qualquer saibreira admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas e que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio e algum potencial local para instalação de depósito de inertes.

29. Baldio de Sezelhe:

Não foram assinaladas quaisquer saibreiras. Embora não prioritário, poderá ser aconselhável realizar uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio e algum potencial local para instalação de depósito de inertes.

Ponto da situação:

Neste baldio não existem assinaladas quaisquer saibreiras.

Opções propostas:

Dado o baldio não possuir actualmente qualquer saibreira admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas e que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Embora não prioritário, poderá ser aconselhável realizar uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

30. Baldio de Pitões das Júnias:

Assinaladas 1 saibreira e 1 depósito. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio e algum potencial local para instalação de depósito de inertes.

Ponto da situação:

P70 abandonada, usada como lixeira e zona de entulhos – a saibreira **P70** situa-se em zona de risco de erosão muito baixa e nas proximidades de áreas de risco de erosão baixa, na bordadura de área de Habitats; não possui quaisquer outras condicionantes.

D6 semi-activa enquanto depósito – o ponto D6, que nunca foi saibreira, situa-se em zona de risco de erosão baixo, na transição para zona de risco de erosão muito baixo, sobre um antigo aterro, na margem de linha de água e bordadura de área de Habitats; não possui quaisquer outras condicionantes.

Opções propostas:

Considera-se que o depósito D6 apesar de se situar na bordadura de uma área populacional e sobre um aterro, logo uma área degradada, devido à sua localização junto a uma linha de água e à entrada da povoação, deveria definitivamente encerrado e sujeito a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental. A **saibreira P70** deverá ser objecto de recuperação, com a remoção dos lixos e entulhos actuais e ser transformada em depósito de inertes, evitando a transformação futura em lixeira. Dado o baldio não possuir actualmente qualquer saibreira activa, admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas, sugerindo-se que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

31. Baldio de Tourém:

Assinaladas 1 saibreira e 1 depósito. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras localizadas nas áreas mais remotas do baldio.

Ponto da situação:

P69 activa – a saibreira **P69** situa-se em zona de risco de erosão muito baixa, na bordadura de área de Habitats e de área húmida; apresenta encharcamento nas zonas mais rebaixadas da área de desmonte, indiciando a existência de um possível nível freático muito superficial; não possui quaisquer outras condicionantes.

D5 semi-abandonada enquanto depósito de entulhos – o depósito D5, que nunca deverá ter funcionado como saibreira, localiza-se em zona de risco de erosão muito baixo, na margem do rio Sales, na sua faixa de inundação junto à bordadura da água, e nas proximidades de área de Habitats; não possui outras condicionantes.

Opções propostas:

A saibreira activa – **saibreira P69** – dado o facto de se situar perto do rio, de zona de Habitats e em possível contacto com nível freático (o que a acontecer limita aliás as o seu tempo de exploração útil) deveria ser encerrada e sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; como porém é a única saibreira conhecida até ao momento no baldio e não existem outras condicionantes sobre o local pode admitir-se que esta saibreira permaneça ainda activa, devendo aquando do seu encerramento ser sujeita a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental; não se considera que possa ser o local mais adequado para a instalação de um depósito de inertes (para abastecimento das populações em saibros e outros materiais), sendo preferível que a instalação de uma estrutura deste tipo se situe em zona degradada nas vizinhanças imediatas do agregado populacional. Quanto ao depósito de entulhos actual considera-se que, devido à sua localização e condicionantes do local, este deveria ser definitivamente encerrado e sujeito a trabalhos de recuperação paisagístico/ambiental. Dado o baldio possuir actualmente apenas uma pequena saibreira activa, admite-se que as necessidades em saibros do baldio sejam reduzidas, sugerindo-se que quaisquer necessidades futuras venham a ser satisfeitas a partir de fontes externas ao Parque Nacional ou a partir de materiais depositados em depósito de inertes a constituir em local apropriado. Sugere-se a possibilidade de uma segunda fase de pesquisa para localizar possíveis saibreiras situadas nas áreas mais remotas do baldio.

4.2.5. – Pressão Urbanística

O ordenamento do espaço territorial tem sido uma preocupação eminente em todos os instrumentos de planeamento e gestão, onde se instituem políticas e disciplinam-se usos, baseados em factores biofísicos, sociais, económicos e políticos.

O PO do PNPG adopta esta metodologia, na qual o estatuto jurídico aplicado a cada parcela de terreno é determinado por contextos de ordem técnica mas em certas situações acordado no âmbito político.

Esta situação é mais expressiva na definição dos perímetros urbanos, em que o PO acolheu as propostas previstas para os PDM (s) então em elaboração. No entanto, em sede do desenvolvimento e aprovação de alguns destes instrumentos os perímetros foram alterados. Como consequência, em determinadas situações, não são coincidentes.

No entanto, este plano continue a ser a figura de ordenamento que permite comparar os critérios e estratégias adoptados em cada PDM para a definição do espaço urbano, concluindo-se que as manchas definidas diferem muito, essencialmente ao nível do tipo de ocupação e dimensão.

Toma-se assim consciência que o solo urbano, geralmente acordado com os agentes locais e representantes da população, identifica linhas estratégicas distintas, consoante o concelho a que se refere, bem como, em determinadas situações é excessivo dado que a população não tem sofrido qualquer crescimento.

A questão é determinantemente económica e tem muito a ver com as regras do mercado imobiliário e com a estrutura e dinâmica do próprio povoamento sentido em cada concelho e em cada aglomerado.

Esta realidade reflecte-se na gestão diária, que em determinadas situações demonstra a falta de alguma coerência na classificação do uso do solo e tal como diz sidónio pardal, ao abordar as questões referentes à RAN e à REN⁶, por vezes os instrumentos reflectem uma “classificação propositiva, que partindo da classificação analítica estabelece um mosaico de usos, mantendo ou alterando os existentes com base numa decisão político-económica mais ou menos informada por uma argumentação técnico-científica. A própria classificação analítica, se não forem tomados os devidos cuidados, é condicionada por desejos e interesses pré-concebidos de conservação ou transformação, ficando a análise à partida viciada e instrumentalizada para legitimar uma classificação propositiva.”

Tomando consciência de que este tipo de situações acontece, verifica-se que foi definido um uso urbano em zonas que provavelmente não o deviam ser e o contrário também acontece.

As mais-valias ou as menos-valias que determinada classificação pode determinar a uma parcela de terreno no contexto imobiliário leva a população a reivindicar maior área de solo urbano, mesmo

⁶ “Estudo sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos”, Coordenador Sidónio Pardal, Instituto Superior de Agronomia /Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Abril de 2004

que dele não precisem. Aqui pode-se colocar a questão da especulação imobiliária que é sentida em todo o parque, em maior ou menor intensidade consoante as unidades territoriais passíveis de identificar.

Este tipo de abordagem proporciona limites de solo urbano (as manchas correspondentes aos perímetros urbanos) que não são identificáveis nem entendíveis no território.

Embora pareça contraditório, face ao anteriormente expresso, como os limites do solo urbano não são perceptíveis, a população, numa fase posterior, não os considera legítimos.

Contrariando assim o que historicamente acontecia - o uso urbano, por excelência, assentava em áreas com solos pobres ou de afloramentos rochosos - e as áreas produtivas eram utilizadas para fins afectos às actividades agro-silvo-pastoris. Perderam-se assim as referências e modelos territoriais empíricos da população.

Uma análise mais cuidada da área classificada como solo urbano identifica o abandono dos núcleos históricos em prol da construção nova, verificando-se uma deslocação da população para áreas mais amplas e próximas de vias de comunicação favoráveis, onde se permite a construção de edifícios com maiores dimensões, tanto ao nível volumétrico como de implantação e mesmo do tipo de linguagem adoptada.

Assim, os núcleos históricos estão a perder-se como espaços vivos, ficando degradados e devolutos e não oferecendo as condições de habitabilidade actualmente pretendidas pela população, tanto ao nível do espaço – casa como dos espaços públicos.

As razões encontradas residem no facto das construções existentes apresentarem dimensões reduzidas e o próprio tecido urbano, recortado e restrito, não permitir acessos facilitados.

Neste sentido o solo urbano tem tendência a deslocar-se, para áreas que já foram utilizadas no âmbito das actividades agro-pecuárias (essencialmente as áreas de socalcos e/ou áreas agrícolas, em que podem estar incluídas no regime da RAN ou não).

Esta realidade é representativa de um declínio acentuado da população activa na agricultura e pecuária, que se deu nos últimos 40 anos em resultado do desenvolvimento sócio - económico do país. Como consequência uma mudança na relação do Homem com os espaços produtivos. Paralelamente a população ganha maior poder económico, essencialmente devido à emigração e migração, facultando o desejo de maiores investimentos.

O aumento de capital e as novas referências arquitectónicas colhidas no exterior proporcionam o desejo de construir junto às vias públicas e em parcelas com declives mais amenos e exposições solares favoráveis.

Conclui-se assim que o afastamento da população das suas origens associado a um maior poder económico e uma maior exigência na qualidade do seu “habitat”, origina o abandono das construções tradicionais, integradas no tecido urbano dos aglomerados (símbolo de memórias e vivências menos simpáticas).

É importante salientar que a população não deixa de manter em seu poder a casa de ligação à família, como memória colectiva, que pretendem honrar.

Estas questões sentem-se ao nível da primeira habitação, mas essencialmente ao nível da segunda habitação.

O território é assim construído segundo uma gestão urbanística de urbanizações avulsas em “manchas de terrenos urbanizáveis”, subvertendo a lógica de um planeamento eficaz, normalmente defendido pelos planos de urbanização.

Na mesma perspectiva e quando os agentes locais não possuem as parcelas de terreno em solo urbano a solução aponta para a implantação da construção em áreas integradas nos espaços rústicos (exteriores aos perímetros urbanos).

Esta procura, também acontece como reflexo da própria especulação imobiliária sentida junto do solo urbano.

Embora o PO privilegie o uso urbano, e a recuperação das construções existentes e do tecido urbano dos aglomerados, é constantemente questionado, devido a uma deficiente articulação com as disposições estabelecidas nos PDM (s), as desafectações efectuadas ao nível do regime da RAN e as autorizações deliberadas em áreas afectas ao Domínio Público Hídrico.

Ao nível dos espaços rústicos, integrados ou não no regime da RAN e/ou num determinado regime de protecção (no caso do PO do PNPG a Zona de Protecção aos Recursos e Sistemas Naturais), a recuperação e adaptação de construções existentes, intervenções que normalmente alteram usos e funções, vêm a proporcionar ampliações e posteriores construções de apoio que originam áreas de impermeabilização do solo pouco adequadas aos espaços rústicos.

A utilização das construções existentes, como subterfúgio à implantação de edificações em zonas exteriores ao solo urbano, pode ser mais uma acção que permite a alteração do tipo de povoamento e possivelmente um incentivo à propagação do povoamento disperso.

Nesta perspectiva a reconstrução de construções em espaços rústicos começam a ter uma grande presença no território, com usos essencialmente ligados à habitação e turismo.

Os espaços edificados afectos às actividades agro-pecuárias, não utilizam tão facilmente as construções pré-existentes, uma vez que este tipo de estruturas exige áreas de implantação com dimensões significativas.

As questões gerais apontadas têm maior ou menor expressão no território do PNPG, consoante cada unidade territorial identificada, uma vez que este suporta realidades distintas e casos excepcionais que devem ser abordados pontualmente.

Actualmente, começam-se a sentir algumas alterações de comportamento com a recuperação de algumas construções no interior dos núcleos históricos dos aglomerados, incentivados pelos programas de financiamento, tanto ao nível do desenvolvimento local como os relacionados com o turismo em espaço rural.

Analisando as diferentes situações, verificadas no território do PNPG, pode-se apontar como pontos críticos:

. o Vale do Gerês, no qual se pode incluir a zona da Albufeira da Caniçada, o eixo que liga Rio Caldo ao aglomerado de Covide e de S. João do Campo, o eixo que liga Rio Caldo à Vila do Gerês e o aglomerado da Ermida. Nesta zona identifica-se um crescimento desordenado dos aglomerados e a construção ao longo dos eixos de circulação devido a vários contextos, dos quais se pode destacar a grande pressão turística e a alteração da unidade territorial (relação entre o aglomerado urbano e as áreas produtivas)⁷;

. a Freguesia de Cabril, em Montalegre. Neste caso as pretensões solicitadas em áreas exteriores ao solo urbano devem-se essencialmente ao tipo de classificação do uso do solo definida para certas áreas territoriais. Alguns conjuntos construídos não foram considerados como solo urbano, no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão.

Um determinado número de situações residem nas estruturas de apoio aos espaços agro-pecuários;

. os aglomerados implantados junto ao Rio Lima apresentam perímetros urbanos excessivos, considerando que a população não sofreu um crescimento significativo, proporcionando uma urbanização aleatória em oposição à revitalização dos núcleos históricos existentes. Os espaços livres resultantes, considerados críticos, identificam um desordenamento permitido, que proporciona um povoamento mal definido;

. as Brandas, como segunda habitação e áreas turísticas. Em algumas situações foram infra-estruturadas sem qualquer plano inicial criando-se expectativas de construção antes de se prever disciplinas de ocupação de solo.

Colocam-se assim, desde já, as questões chave a considerar na análise e avaliação da edificabilidade no território do PNPG⁸:

- . a alteração da estrutura do povoamento e a alteração da relação do Homem com o Território;
- . o declínio acentuado da população activa nas actividades agro-pecuárias;
- . o direito de construir, de edificar e de urbanizar. A instrumentalização dos planos na urbanização programada e a importância desta como condição para a preservação dos espaços rústicos;
- . metodologia e critérios de classificação do uso do solo (os usos imperativos, os usos indicativos e os usos de orientação). O poder de decisão sobre a alteração dos usos do solo. A formação de mais-valias e de menos-valias;
- . a distribuição das competências em matéria de planeamento do território e atribuição de responsabilidades relativamente ao bom uso e conservação do património imobiliário;

⁷ Plano Estratégico de Reestruturação do Vale do Gerês, Parque Nacional da Peneda-Gerês, Abril de 2000

⁸ Adaptado do "Estudo sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos", Coordenador Sidónio Pardal, Instituto Superior de Agronomia /Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Abril de 2004

- . a disciplina dos usos do solo, a desmotivação dos estados de abandono dos prédios e a responsabilidade do proprietário no bom uso e conservação do território. As formas de responsabilização associadas à função social da propriedade e a sua articulação com o estatuto jurídico da propriedade e com os direitos reais;
- . desenvolvimento formal das técnicas de avaliação do imobiliário. Orientação da política de solos que será posta em prática pelos planos;
- . a procura útil e a procura para entesouramento passivo: consequências perniciosas do investimento não-produtivo em imobiliário devoluto;
- . as cartas de preços e a parametrização das mais-valias e das menos-valias: neutralização de práticas especulativas e implementação de uma política de disponibilização dos espaços rústicos para a protecção dos recursos naturais, para a actividade agrícola e para a produção florestal;
- . a instituição de novas servidões e restrições de utilidade pública nos planos territoriais e o seu reflexo sobre os direitos reais da propriedade;
- . a importância da informação como factor regulador do mercado imobiliário;
- . a capacidade e responsabilidade dos serviços públicos competentes e dos proprietários para assegurar *in loco* a condução dos espaços rústicos;
- . a divisão da propriedade rústica: parcelamento, emparcelamento e reparcelamento. A questão do direito de preferência. O cadastro. A gestão das explorações em parcelas separadas;
- . diferenciação dos conteúdos normativos dos planos territoriais: nível garantístico, níveis conjunturais municipal e estatal, e nível estratégico. Aspectos não-normativos dos planos. Demarcação das esferas de competência privada, pública municipal e pública estatal;
- . os problemas dos actuais diplomas da RAN. Os problemas e os efeitos perversos que têm causado sobre o planeamento do território.

Salientando assim como questões específicas da construção exterior aos perímetros urbanos⁹:

- . avaliação da disciplina das construções fora dos perímetros urbanos, tendo como objectivo circunscrever as urbanizações ao perímetro dos aglomerados.
- . avaliação e disciplina das questões referentes às construções que necessariamente têm de ser localizados em espaço rústico;
- . análise e avaliação da segmentação do mercado imobiliário em função dos usos estabelecidos nos instrumentos de gestão territorial e a prevenção contra a apropriação de terrenos rústicos por procuras estranhas às actividades agrícola e florestal;

⁹ Adaptação do "Estudo sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos", Coordenador Sidónio Pardal, Instituto Superior de Agronomia /Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Abril de 2004

- . definição dos *espaços livres críticos* e a sua utilidade na recuperação urbanística de manchas de povoamento desordenado;
- . avaliação da reconversão de uso de construções implantadas em meio rústico para fins residenciais;
- . a segunda residência nas suas múltiplas ofertas e procura, e os seus efeitos sobre o espaço rústico;
- . o destino dos edifícios e de outras construções que se encontram abandonados e em estado degradado;
- . a definição do conceito de quintas e de aldeias de “vilegiatura”;
- . avaliação do recreio de lazer e do turismo em meio rústico, tendo presente a necessidade de identificar “capacidades de carga”;
- . os empreendimentos turísticos como elementos do sistema urbano e a sua possível ocorrência como elementos singulares em espaço rústico;
- . o problema da edificação e da habitação dispersas;
- . a consciência dos valores arquitectónicos e paisagísticos, a participação das populações, a ordem democrática e o processo de decisão política relativamente à administração do território.

Conclui-se assim, que as questões presentes no território do PNPG, similares ao que acontece nas zonas não classificadas, devem ser avaliadas no âmbito da classificação e disciplina de usos de solo de acordo com as realidades identificadas no território e em articulação com todos os instrumentos de planeamento e gestão em vigor e/ou em revisão.

A afectação do uso do solo à margem do contexto sócio-económico presente em cada zona e sem os alicerces informativos e de base pedagógico e ecológica necessários proporciona uma gestão diária complexa e de difícil gestão.

É então necessária uma cultura de planeamento junto de todos os que intervêm no território, de forma directa ou indirecta. Não está apenas em jogo a boa vontade, o conhecimento, a cultura ecológica ou a sensibilidade paisagística, o problema é determinadamente económico e tem muito a ver com as regras do mercado imobiliário e com a estrutura e dinâmica do povoamento.

4.2.6. – Pressão Turística

Do ponto de vista da visitação e do turismo, a área do PNPG encontra-se sujeita a vários tipos de pressão, relacionados sobretudo com o aumento do número de visitantes, com o crescimento e diversidade das actividades recreativas e turísticas que se desenvolvem no território, com o alargamento significativos dos promotores de actividades e serviços turísticos e, como consequência

de todos estes factores, com o incremento ao nível da construção e/ou ampliação de infra-estruturas e equipamentos relacionados com o turismo.

Em virtude dos recursos disponíveis e da atractividade turística, algumas zonas do Parque têm sido mais afectadas pela pressão turística. Podemos falar não só de zonas mais fortemente pressionadas do ponto de vista turístico (porque são locais de grande afluência de visitantes e sujeitas a maiores especulações e intenções de instalação de infra-estruturas e equipamentos), mas também de áreas que sofrem diferentes tipos de pressão, em função das suas próprias características e potencialidades para utilização turística (por exemplo, condições naturais para a prática de determinadas actividades turísticas).

Por outro lado, o factor sazonalidade turística tem provocado um agravamento da pressão em determinadas épocas do ano (Verão e períodos de férias curtas). No entanto, se do ponto de vista sócio-económico a sazonalidade é tida como uma grande desvantagem, já no que respeita à relação turismo *versus* conservação da natureza e biodiversidade a concentração dos visitantes num período específico do ano pode ser vista como uma vantagem ao permitir um intervalo de tempo benéfico à regeneração natural.

Principais pressões associadas ao fenómeno da visitação e turismo:

- Construção de grandes infra-estruturas e equipamentos turísticos (unidades de alojamento, centros de animação turística e instalações turístico-desportivas, entre outros);
- Em resultado do ponto anterior, alterações significativas na paisagem e nas características arquitectónicas dos aglomerados e crescimento desordenado;
- Congestionamento rodoviário e estacionamento desordenado em determinadas vias do Parque;
- Deposição de lixo, sobretudo em locais de grande afluência de visitantes;
- Campismo clandestino, sobretudo associado aos trilhos de travessia;
- Proliferação de pequenas infra-estruturas e equipamentos de apoio às actividades turísticas e de animação ambiental (trilhos, embarcadouros, vias de escalada e *canyoning*, áreas de merenda, entre outros);
- Prática de actividades turísticas e recreativas não ajustadas às características do meio e dos recursos presentes, bem como às épocas do ano; utilização aleatória e indiscriminada do espaço para a prática de actividades turísticas e recreativas;
- Sobrecarga física (n.º de visitantes) em determinadas áreas do Parque não estruturadas do ponto de vista da visitação, agravado pela coexistência de diversas práticas recreativas e desportivas;

- Incompatibilidades de usos em determinados locais pela coexistência de práticas recreativas e desportivas antagónicas (por exemplo, trilhos implementados para a actividade pedestre e utilizados também para passeios de bicicleta, cavalo; registam-se inclusivamente situações de actividades motorizadas, moto4, em trilhos pedestres);
- Crescimento muito significativo do número de entidades que promovem, com fins económicos ou não, actividades turísticas e de animação ambiental;
- Actividades turísticas e de animação ambiental clandestinas (promovidas por entidades não licenciadas pelo ICNB/PNPG);
- Competições e eventos desportivos (motorizados ou não) que envolvem normalmente um elevado número de participantes.

Zonas e tipologia de locais com pressão turística ou potencial:

Foi feita uma selecção de zonas ou tipologia de locais identificados como críticos no que toca à pressão turística ou que de alguma forma se perspectivam como locais de potencial pressão turística. Para além de se diagnosticarem o tipo e factores de pressão, apontam-se ainda eventuais propostas de actuação/gestão no sentido de mitigar ou de prever possíveis efeitos negativos ou, ainda, de potenciar as oportunidades que a actividade turística possa representar para o território.

- Mata de Albergaria (polígono Leonte – Portela do Homem – Bouça da Mó)

O principal problema e factor de perturbação na zona da Mata de Albergaria prende-se com o excesso de visitantes durante o período de Verão, com consequências graves de congestionamento de trânsito/dificuldades de circulação. Apesar das medidas que têm sido tomadas ao nível da proibição de paragem e estacionamento de veículos e, mais recentemente, da implementação do pagamento de uma taxa de circulação automóvel, esta continua a ser uma zona sujeita a grande pressão turística. Embora nos últimos anos se tenha observado um ligeiro decréscimo do número de veículos que transitam nas vias que atravessam a mata, os visitantes continuam a ser em grande número e muito concentrados nos meses de Verão, da mesma forma que se mantém o problema de circulação e de estacionamento desordenado e em zonas proibidas. Esta situação deve-se sobretudo ao facto da zona de Albergaria integrar uma via importante de circulação de ligação a Espanha, quer para residentes quer para visitantes, mas também por constituir uma área de grande atractividade e permanência de visitantes que aí encontram condições para o desenvolvimento de diversas actividades (lagoas do Rio Homem, Albufeira de Vilarinho das Furnas, o carvalhal, percurso da Geira e outros trilhos existentes).

Por se tratar de uma área classificada como Zona de Protecção Parcial, onde sempre se procurou preservar e limitar as actividades e o uso público, e com a excepção do percurso da Geira, a Mata de Albergaria não está estruturada nem foi objecto de estudo ou planeamento específico em matéria de visitação, facto que tem agravado a gestão dos visitantes e a adopção de medidas complementares e de suporte às já desenvolvidas.

Uma das soluções frequentemente apontadas passa pelo encerramento do trânsito automóvel dos visitantes no eixo Bouça da Mó-Albergaria e pela manutenção das medidas de condicionamento de trânsito no eixo Leonte-Portela do Homem. Em termos de conservação da natureza e biodiversidade e de ordenamento e gestão de visitantes esta poderá ser a opção mais ajustada, podendo passar por uma fase transitória de encerramento da via apenas durante o período de maior fluxo de visitantes (Verão), mantendo-se o regime de excepção para os residentes e naturais. Para além dos resultados positivos ao nível do sistema ecológico, esta medida poderá resultar numa importante oportunidade de desenvolvimento de actividades de turismo de natureza, de baixo impacte e de valorização ambiental, até aqui limitadas pelas evidentes incompatibilidades com o trânsito motorizado.

Esta opção não deverá ser tomada sem o acompanhamento de outras medidas de suporte, como sejam a criação de bolsas de estacionamento. Atendendo às características da zona e à problemática em questão, considera-se que as opções de gestão a tomar devem ser preparadas no âmbito de um programa de planeamento e gestão específico para a zona da Mata de Albergaria, incluindo a Albufeira de Vilarinho das Furnas.

- Albufeira de Vilarinho das Furnas

O problema da pressão turística na Albufeira de Vilarinho das Furnas é, em parte, indissociável da situação descrita para a zona da Mata de Albergaria (margens da albufeira).

Actualmente, destacam-se a actividade balnear, a pesca e, em menor grau, o mergulho como as principais actividades realizadas pelos visitantes nas margens e plano de água da albufeira. Verificam-se alguns problemas de deposição de lixo e de pisoteio e abertura de trilhos para acesso ao plano de água. Em situações pontuais, foram identificados casos de navegação com embarcações não motorizadas (canoas).

A Albufeira de Vilarinho das Furnas há, contudo, uma grande expectativa por parte das populações e autarquias locais na alteração do regime definido no Plano de Ordenamento em vigor, no sentido de permitir a navegação de pequenas embarcações sem motor. Se por um lado é possível perspectivar esta opção de forma compatível com os objectivos de gestão e conservação da natureza (definição de zonas de navegação, épocas do ano, capacidades de carga, etc.), há também que considerar a possibilidade das actividades náuticas fomentarem um desenvolvimento turístico excessivo na zona de Vilarinho/Albergaria, provocando desequilíbrios e impactes ambientais significativos. Esta questão deverá ser também considerada ao nível da carta de desporto de natureza.

Refere-se ainda a pretensão da Câmara Municipal de Terras de Bouro de instalação de uma zona de lazer ribeirinha (praia fluvial) que, sem prejuízo da necessária salvaguarda dos recursos naturais, poderá representar uma oportunidade para melhorar o enquadramento e a gestão dos visitantes (banhistas) naquela zona do Parque.

- Albufeira da Caniçada

A Albufeira da Caniçada é um dos pontos de maior pressão turística no PNPG, quer nas margens (implantação de várias unidades de alojamento turístico, incluindo parques de campismo,

restaurantes, residências particulares, etc.) quer no plano de água onde coexistem diversas práticas de lazer como sejam os desportos náuticos motorizados e não motorizados, promovidos por operadores turísticos ou realizados por particulares. São relativamente frequentes as provas desportivas de competição, nomeadamente de esqui aquático, envolvendo um grande número de participantes e comitivas. A actividade banhar é também importante nesta albufeira, assim como a pesca.

Apesar de se tratar de uma albufeira com Plano de Ordenamento, verificam-se problemas de ordenamento das actividades no plano de água por falta ou insuficiência de sinalização adequada e de equipamentos de apoio. O número de empresas de aluguer de equipamento náutico tem vindo a aumentar, agravando o problema da carga e do ordenamento das actividades recreativas.

Um dos graves problemas resultantes da pressão turística prende-se com a deposição de lixo nas margens, com a poluição da água (óleos das embarcações motorizadas) e do ar (gases dos combustíveis das embarcações) e com o ruído (embarcações motorizadas), factores que prejudicam a qualidade do ambiente local. Aponta-se, ainda, o estacionamento desordenado de veículos junto às margens da albufeira.

- Albufeira do Alto Lindoso

Embora não se verifiquem situações de pressão, a Albufeira do Alto Lindoso pode constituir um ponto de potencial pressão uma vez que tem um Plano de Ordenamento aprovado, possibilitando o desenvolvimento de várias actividades náuticas e aquáticas e de infra-estruturas turísticas. Com a entrada em funcionamento da Porta do PNPG em Lindoso, é de esperar alguma dinamização turística na albufeira.

- Albufeira de Paradela

Embora não se verifiquem situações de grande pressão (plano de água interdito à prática de actividades náuticas), a Porta do PNPG em Paradela poderá trazer um acréscimo ao nível da pressão turística e das pretensões para a albufeira.

- Planalto de Castro Laboreiro

O Planalto de Castro Laboreiro tem sido alvo de algumas pressões relacionadas com o desenvolvimento de actividades recreativas com veículos todo-o-terreno ou simplesmente com a passagem individual desses veículos. Estas actividades podem ser consideradas um factor de ameaça à conservação dos habitats existentes, nomeadamente das turfeiras, bem como podem originar a destruição do importante núcleo megalítico do Planalto. Neste caso, como noutros existentes no Parque, é fundamental o ordenamento e a regulamentação das actividades recreativas e desportivas motorizadas, organizadas ou não.

- Trilhos localizados nas zonas de protecção da Área de Ambiente Natural

O pedestrianismo é a actividade de desporto de natureza com maior expressão no PNPG, quer pelo número de visitantes que praticam a actividade, quer pelo número de empresas que a

promovem. Embora os percursos sinalizados continuem a ser os mais utilizados para a realização de caminhadas e passeios a pé, existe um segmento muito importante de visitantes e empresas que utilizam e exploram preferencialmente os trilhos informais, que correspondem normalmente a antigos caminhos de pastores. São normalmente trilhos de travessia, localizados na Área de Ambiente Natural, sobretudo nas zonas de protecção complementar e parcial. Continua a verificar-se uma grande utilização do trilho de acesso às Minas dos Carris, parcialmente abrangido pela zona de protecção total. O problema da pressão de visitantes neste tipo de trilhos prende-se, essencialmente, com o campismo clandestino e com a abertura de novos trilhos/pisoteio no caso de saírem do trilho principal (normalmente bem trilhado). Ao contrário do que por vezes se verifica nos percursos sinalizados, utilizados por um público indiscriminado, não é comum observar-se deposição de lixo.

- Cursos de água (rios e ribeiros)

No período de Verão registam-se situações de aglomeração de visitantes em determinados cursos de água e suas proximidades. Nesta situação estão sobretudo identificados o Rio Homem (já mencionado anteriormente), o Rio Fafião e a Ribeira de Cabril e o Rio Arado, todos próximos do Gerês que é o grande ponto de concentração de visitantes e local de pernoita para muitos. Os problemas mais comuns são a deposição de lixo, picnics em locais não apropriados e o estacionamento desordenado.

Por outro lado, e mais recentemente, algumas linhas de água têm registado um novo tipo de pressão: a prática da actividade de desporto de natureza denominada *canyoning*, que consiste na descida do curso de água de montanha, utilizando várias técnicas (rappel, saltos para a água, etc.) para transpor os obstáculos naturais como as cascatas e lagoas. Um número significativo de rios e ribeiros já se encontram equipados (vias de *canyoning*). Face à proliferação de praticantes desta actividade e de promotores (recentemente surgem casos de empresas de animação turística que se dedicam exclusivamente a esta actividade) é fundamental regulamentar esta prática através da carta de desporto de natureza, definindo os locais, as épocas do ano e as capacidades de carga recomendadas para cada via (trabalho parcialmente efectuado).

- Caminhos florestais

A pressão turística nos caminhos florestais é sobretudo resultante da prática de actividades todo-o-terreno. Tal como se referiu para o Planalto de Castro Laboreiro, é fundamental regulamentar e ordenar esta prática no PNPG, sobretudo se tivermos em consideração que os caminhos em terra batida que normalmente eram utilizados pelos adeptos desta actividade (via Pedra Bela – Ermida – Fafião; caminho da Malhadoura, entre outros) estão actualmente asfaltados ou condicionados, pelo que pode ocorrer a invasão de outros caminhos florestais.

4.2.7. – Exploração Hidroelétrica

Na área do PNPG, existem sete grandes barragens construídas nas bacias hidrográficas dos Rios Lima e Cávado. Existe ainda a barragem de Salas, situada em Espanha mas que se estende para Portugal na zona de Tourém.

A barragem da Venda Nova foi a primeira a ser concluída (1951). Seguiram-se Salamonde (1953), Caniçada (1955) Paradela (1956), Vilarinho da Furnas (1972), Alto Lindoso (1992) e Touvedo (1993).

Paralelamente, foram construídas pequenas represas para desvio de água para estes empreendimentos, em diversos cursos de água adjacentes.

Estes empreendimentos marcaram determinantemente a paisagem da região e influenciaram marcadamente, de forma negativa, a conservação dos sistemas aquáticos do PNPG.

As grandes barragens, para além da descontinuidade que provocam nos ecossistemas fluviais, pela sua dimensão provocam ainda a separação física de grandes extensões de habitats terrestres. Além destas, também as represas existentes, provocam a descontinuidade dos habitats aquáticos, isolando as populações de montante e de jusante de uma forma definitiva.

4.2.8. – Captações de água

No PNPG, a água é um dos recursos naturais que mais é afectado pela actividade humana. As captações que têm sido feitas tanto para abastecimento público e particular, como para regadio e actividades de pastoreio não reflectem muitas vezes uma boa prática.

Nas medidas agroambientais para o Continente é dada a seguinte definição para “sistema tradicional de rega”: sistema de rega instalados em terrenos mais ou menos acidentados (declives superiores a 2%), nos quais a rega se faz por escoamento superficial, segundo o processo das regadeiras de nível.

Em várias das medidas agroambientais, para os projectos serem aprovados há o compromisso de que se existir, se **mantenha em bom estado o sistema tradicional de regadio**.

Ora nem sempre tem sido assim:

- No caso do Ramiscal, o bonito e eficiente Rego do Valado, ficou transformado pelas obras, ditas de melhoramento, numa conduta de cimento feia, inútil e quase sempre seca, que está inclusivamente a transformar em saibro, uma zona de pastagem;

Também há compromissos a respeitar quando se intervém num habitat pelo que, quando se capta e drena água seja para abastecimento público ou outro fim deveria fazer-se uma **boa gestão do nível freático** e das condições de alagamento e drenagem, **adequar datas e práticas de pastoreio** tendo em conta o ciclo anual das espécies dependentes das turfeiras e áreas higroturfosas.

Mais uma vez neste caso há situações muito diferentes do que seria desejável, das quais seguem alguns exemplos:

- No planalto da Mourela, a captação de água para rega (informação de um pastor) dos campos de Parada (aldeia junto e travessada por ribeiros quase no fim do seu curso que é a albufeira de Paradela) feita numa das cabeceiras da corga de Coedo, secou os lameiros que já se encontravam semi-abandonados para além de os encher de condutas e colectores de cimento semi-enterrados ou de restos espalhados à superfície;
- As obras do regadio de Pitões das Júnias fizeram aumentar a área seca do planalto o que veio permitir que, neste momento, os incêndios consigam entrar e queimar zonas onde até há bem pouco tempo era impensável. Isto já trouxe consequências nefastas para habitats considerados prioritários pela Directiva 92/43/CEE, para além de prejuízos na fauna (na Lama de Vazelhe chegou a ser observada uma narceja a fugir de um incêndio e que provavelmente estaria a nidificar);
- Também a captação de água com a instalação de colectores e condutas em muitas das lamas do planalto e a drenagem que consiste no afundamento cada vez maior das valas com recurso a máquinas e em alguns desvios das linhas de água está a modificá-lo e a empobrecê-lo do ponto de vista florístico, faunístico e paisagístico;
- No planalto de Castro Laboreiro a situação não é muito diferente, veja-se por exemplo, o que aconteceu recentemente com as captações para abastecimento público efectuadas pela Câmara de Melgaço na zona de Portos que secaram uma grande área de lamas. Sendo um local conhecido de nidificação de *Saxicola rubetra*, nas últimas visitas efectuadas não foi observado, apesar do esforço feito nesse sentido;

Quanto a outro tipo de captações (em nascentes de encosta ou através de furos, minas, etc.) e a outros locais do PNPG não há o conhecimento suficiente para poder fazer uma avaliação. Como acima foi dito ainda está a decorrer o levantamento na Mata Nacional.

Embora com base nos projectos realizados na sequência do Projecto de Preservação dos Recursos Hídricos já tenham sido feitas as obras de captação de água para abastecimento público da maior parte das localidades, há casos em não foram feitas, outros em que a rede de distribuição não está completa e ainda outros casos em que os particulares continuam a utilizar captações próprias na serra. Estas situações promovem a possibilidade de contaminação das nascentes e no último caso representa um desvio de água totalmente desnecessário e o mantimento de quilómetros de tubos espalhados um pouco por todo o lado, que normalmente dão um aspecto de desorganização total.

Segue uma lista com base na caracterização dos sistemas de abastecimento público de água efectuada no ano de 2005:

Freguesia do Soajo

- Soajo – quatro furos com profundidade de 40, 55 e 60 metros e uma galeria de mina;
- Várzea – dois furos com profundidade de 70 metros;
- Adrão – dois furos de 90 metros de profundidade;

- Cunhas – dois furos com 85 e 60 metros de profundidade;
- Paradela – dois furos de 60 e 85 metros de profundidade;
- Campo Grande – abastecimento feito a partir de captações e ligações domiciliárias artesanais.

Freguesia da Gavieira

- Peneda – uma galeria de mina;
- Baleiral – uma galeria de mina;
- Tibo e Rouças – duas galerias de mina;
- Lugar da Igreja – um furo de 60 metros de profundidade.

Freguesia de Cabreiro

- Avelar, Lordelo e Vilela Seca – todas as casas têm abastecimento particular, constituído por captações artesanais.

Freguesia de Castro Laboreiro

- Castro Laboreiro – captação no rio Laboreiro;
- Portelinha – câmaras de captação em nascentes para onde convergem drenos;
 - Várzea-Travessa - câmaras de captação em nascentes para onde convergem drenos;
 - Outros lugares – São constituídos por uma ou mais nascentes.

Freguesia de Cabril

- Azevedo, Bostochão, Chelo, Lapela, São Ane, São Lourenço e Lapela – captações bastante antigas em nascentes;
- Cabril, Cavalos, Chãos, Vila Boa e Fontainho – situação idêntica à anterior;
- Fafião – possui duas nascentes e uma mina e foram executadas as infra-estruturas previstas nos projectos realizados na sequência do Projecto de Preservação dos Recursos Hídricos.

Freguesia de Covelães

- Covelães – captações em nascentes.

Freguesia de Outeiro

- Cela e Sirvozelo – captações bastante antigas em nascentes;
- Outeiro e Parada – como o anterior.

Freguesia de Paradela

- Paradela – as captações sofreram beneficiações e foram executadas as infra-estruturas previstas nos projectos realizados na sequência do Projecto de Preservação dos Recursos Hídricos.

Freguesia de Pitões das Júnias

- Pitões das Júnias – são exploradas 13 nascentes e possui as infraestruturas previstas nos projectos realizados na sequência do Projecto de Preservação dos Recursos Hídricos.

Freguesia de Sezelhe

- Sezelhe – captação em duas galerias de minas;
- Travassos do Rio – captações em nascentes.

Freguesia de Tourém

- Tourém – captações em nascentes e galerias de mina.

Freguesia de Entre-Ambos-os-Rios

- Igrela e Froufe – cada lugar tem captação própria em nascente que foi reforçada com captação no rio Tamente;
- Lourido e Sobredo – nascentes naturais em flancos de encosta executadas por processos artesanais, de fraco caudal e em grande número;
- Parque de campismo de Meães – captação em minas;
- Germil de Cima e Germil de Baixo – uma nascente com caudal insuficiente no Verão.

Freguesia de Lindoso

- Castelo e Parada – a partir de nascentes e furos verticais;
- Cidadelhe – ligações feitas pela população às nascentes naturais;
- Britelo – captação em nascentes que pertencem à associação de compartes;
- Igreja – nove nascentes gravíticas;
 - Mosteirô e Paradamonte – captações em nascentes executadas por processos artesanais e bastante sujeitas a contaminações;
 - Ermida – para além de utilizar captações antigas na serra (a captação de Água Levada e a captação de Bilhares) foi feito o aproveitamento de uma nascente nas proximidades de Bilhares, tendo sido construído um poço colector e um dreno, para suprir a falta de água sentida no Verão.

Freguesia de Campo do Gerês

- Campo do Gerês e Covide – captação em nascentes.

Freguesias de Rio Caldo e Vilar da Veiga

- Todos os lugares – captações em nascentes e furos espalhados pelos lugares e efectuados pela Câmara Municipal

Em último lugar, as intervenções da EDP que com a construção das barragens devem ser aquelas que mais efeitos negativos têm tido na serra, pelos desvios de água de ribeiros, a construção de túneis e canais de descarga e a afectação das águas subterrâneas com consequências à superfície provocada pela existência desses mesmos túneis, muitas vezes em zonas já fortemente sujeitas a fenómenos de erosão:

- Exemplo disto é todo o sistema construído na serra do Gerês para alimentar a albufeira de Paradela e a partir daí a central de Vila Nova: desvios dos ribeiros do Toco, Cabril, Penedo, Castanheiro, Corga da Abelheira e Sela para túneis que se estendem por quilómetros que conduzem a água até à albufeira de Paradela e daqui outro túnel de 14Km que a conduz até à central de Vila Nova, distante 10 Km.

4.2.9. – Exploração eólica¹⁰

A valorização da energia eólica tem uma grande importância ambiental, no entanto esta valoração não pode negligenciar, a protecção e preservação de valores naturais protegidos ou prioritários que são a essência das Áreas protegidas e particularmente do Parque Nacional Peneda Gerês.

Na procura de um enquadramento adequado para esta questão e porque as pretensões relativas à exploração do recurso eólico tem vindo desde há algum tempo a tomar uma expressão significativa no PNPG, surge a proposta de uma metodologia de abordagem que conduz à fundamentação técnica para a integração, ou não, do aproveitamento deste tipo de recursos, na estratégia de desenvolvimento da Área Protegida e propõe que até à existência dessa fundamentação seja considerado o território da AP, e áreas limítrofes, integradas em Sítio Rede Natura ou ZPE, Área de Exclusão de Infra-estruturas Eólicas.

Como ponto de partida, foram sistematizados todos os processos que deram entrada no Parque Nacional, constatando-se que desde o ano 2000 o Parque Nacional Peneda Gerês tem sido alvo de solicitações constantes para instalação de Parques eólicos, sendo os locais predilectos a Serra da Peneda e a Serra Amarela (Fig. 6).

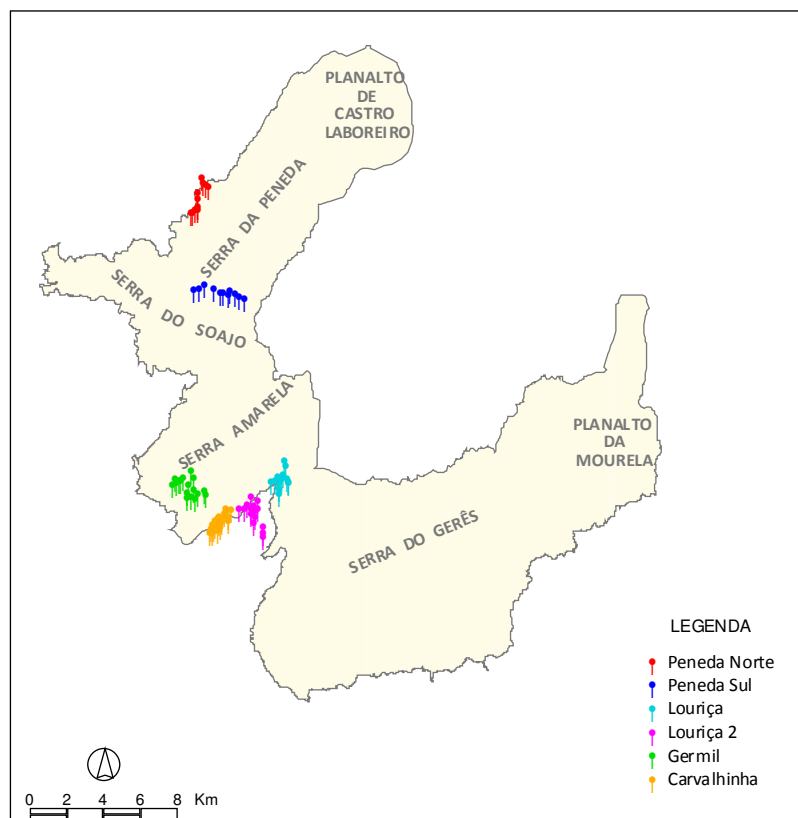


Figura 6 – Locais de pretensões para instalação de parques eólicos
Fonte: SIGPNPG

¹⁰ SILVA, C. (2004). Contributo para a Definição de Áreas de Exclusão de Eólicas no Parque Nacional da Peneda-Gerês. ICN; PRODEPIII.

Há a referir que actualmente não existe nenhum parque eólico aprovado para o interior do Parque Nacional, no entanto a pressão exterior nesse sentido é relevante.

4.2.9.1 – Variáveis relevantes para avaliação dos impactes das infra-estruturas eólicas

Analisando o rol de impactes, os mais significativos são ao nível das seguintes componentes:

- **Paisagem** – impacte paisagístico no que diz respeito à variável qualidade visual da paisagem.
- **Físico** – com a movimentação da terra, a remoção do coberto vegetal e a desflorestação há a exposição do solo aos agentes erosivos.
- **Biodiversidade** – perda da biodiversidade devido à transformação das zonas onde se localiza, com eventual afectação de populações e/ou de habitats.
- São sentidos efeitos significativos na **avifauna** sedentária e migradora que implica a exclusão de parques eólicos de corredores migratórios/rotas migratórias. Há também outras aves que pela sua forma de voo e pautas de comportamento podem ocasionar acidentes. Alguns estudos indicam que há colisões devido à falta de visibilidade.

Os **morcegos** são também uma comunidade sensível a estas estruturas.

- **Património construído** – eventual afectação de áreas onde ocorram sítios ou conjuntos com valor patrimonial relevante.

4.2.9.2 – Esboço de áreas de exclusão de infra-estruturas eólicas

A. PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

- Locais de interesse geológico (LIG);
- Zonas de Festos principais acima dos 1000 metros;
- Outros Pontos Notáveis (Miradouros);
- Património Construído;
- Fauna, Flora e Habitats; I – Habitats susceptíveis de afectação maior pela instalação de infra-estruturas eólicas

II – Áreas onde predominam espécies sensíveis à presença humana

- Áreas de nidificação e territórios fundamentais de aves de rapina e grandes planadores
- Morcegos(Quirópteros)

- Herpetofauna

B. CONDICIONANTES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERES

- Área de Ambiente Natural (POPNPG)
- Sítio Rede Natura Peneda-Gerês e ZPE Serra do Gerês
- Área de Ambiente Rural
 - Povoamentos/Usos do Solo
 - Proximidade aos aglomerados/ Zona Urbana e zonas com afluência turístico – recreativa (a 400 metros os aerogeradores são inaudíveis)
 - Pastagens Naturais de altitude
- Albufeiras

4.2.9.3 – Conclusão

A questão aqui abordada é complexa e envolve vários agentes e múltiplos pontos de vista.

O Parque Nacional da Peneda- Gerês é uma Área Protegida, mas este argumento por si só não constitui fundamento para a exclusão de Parques eólicos, aliás a própria legislação nacional e a sua evolução nos últimos tempos, assumiu politicamente a compatibilidade entre o aproveitamento dos recursos eólicos e o estatuto de Áreas Protegidas e/ou Classificadas, reconhecendo contudo a sua maior sensibilidade.

Assim e assumindo uma posição activa de encontrar os fundamentos técnicos que possam apoiar a decisão dos órgãos de gestão do Parque Nacional, relativamente à instalação deste tipo de aproveitamentos, este estudo assume-se como um contributo para o início de uma discussão que se pretende séria e credível, onde fundamentalmente foram identificados um conjunto de valores que ocorrem neste território e que apresentam incompatibilidade com a implementação e exploração deste tipo de infra-estruturas.

Da leitura dos resultados obtidos, pode concluir-se que a área do Parque Nacional, nos surge nesta primeira versão, como área de exclusão de infra estruturas eólicas.

Como já referido na descrição da metodologia, com o apoio bibliográfico, dos técnicos do PNPG e alguns técnicos especialistas externos, foram identificados e discutidos os critérios para a definição das áreas de exclusão, carecendo no entanto este trabalho de uma discussão mais alargada, primeiro à discussão dos critérios técnicos adoptados para cada uma das variáveis consideradas, confrontando diversas opiniões dentro das mesmas áreas de especialidade e depois alargando a discussão ao plano político, mas ainda interno, de forma a poder evoluir-se para um documento final a submeter à discussão e aprovação externa.

5 – VANTAGENS E OPORTUNIDADES

5.1. – O estado de conservação e a certificação Pan Park

Um dos aspectos que distingue o Parque Nacional da Peneda-Gerês de outras áreas protegidas em Portugal é o da existência de uma zona núcleo de habitats naturais não fragmentados com mais de 10 000 ha, que compreende toda a parte alta da Serra do Gerês. Para além desta área que faz parte integrante da actual área de ambiente natural, existem ainda outras áreas em excelente estado de conservação no Parque Nacional da Peneda-Gerês, como seja a Mata do Ramiscal, a Serra da Peneda, a encosta da Serra Amarela virada a Vilarinho, e os Planalto de Castro Laboreiro e da Mourela. Estas zonas ou fazem parte da actual área de ambiente natural ou estão identificadas como zonas prioritárias para conservação na proposta de zonamento que integra este relatório.

Se para proteger espécies de plantas raras num dado local se recorre hoje em dia às micro-reservas, a criação de grandes zonas de protecção total ou parcial continua a ser o método preferido para a protecção dos processos ecológicos a uma escala apropriada (Wood, 2000). Para mais, para algumas espécies como os grandes mamíferos, a existência de zonas protegidas de grande dimensão em que por exemplo não haja pressão cinegética é uma estratégia importante.

É neste contexto que o Parque Nacional da Peneda-Gerês, e as suas grandes áreas naturais ou com potencial de renaturalização, aparecem como uma mais valia para a protecção da biodiversidade a nível nacional e internacional. A atestar este carácter de excelência internacional, o PNPG foi certificado como um PAN Park em Junho de 2008, pela PAN Parks Foundation (<http://www.panparks.org>). A Fundação sem fins lucrativos PAN Parks tem como objectivo aumentar o conhecimento e ajudar a proteger algumas das mais importantes áreas naturais na Europa. Apenas onze Parques Nacionais na Europa receberam até hoje esta certificação. A rede PAN Parks é uma iniciativa que visa a criação de uma rede das melhores áreas naturais da Europa, do Ártico ao Mediterrâneo. Na Península Ibérica o PNPG é a primeira área protegida a receber esta certificação que está sujeita a um exigente processo de auditoria com cinco princípios¹¹:

1. **Valores naturais:** os PAN Parks são grandes áreas protegidas e os exemplos mais notáveis do património natural da Europa;
2. **Gestão de habitats:** a área protegida integra uma área selvagem (reserva integral) de pelo menos 10 000 ha não fragmentados onde não são permitidas utilizações extractivas e onde as únicas intervenções de gestão visam apenas restabelecer os processos ecológicos naturais
3. **Gestão de visitantes:** A gestão de visitantes visa salvaguardar os valores naturais do PAN Park e proporcionar aos visitantes uma experiência de alta qualidade baseada na apreciação da natureza;

¹¹ A primeira fase de certificação a que o PNPG foi submetido incidiu sobre os princípios 1 a 3. A certificação dos princípios 4 a 5 está planeada para 2009.

4. Estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: A área protegida e os seus parceiros relevantes desenvolvem e implementam conjuntamente uma Estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;

5. Parcerias com empresas turísticas: Os parceiros comerciais *PAN Parks* são empresas turísticas empenhados nos objectivos do *PAN Parks* que contribuem para a Estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

A certificação *PAN Parks* traz o importante desafio de aumentar a actual área de Zona de Protecção Total na Serra do Gerês para um valor de 10 000ha ao longo dos próximos 10 anos, a “core wilderness area” ou zona núcleo do *PAN Park*. Assim, e concebendo a possibilidade de que o plano agora em elaboração venha a ser revisto no final deste período, será importante atingir já com este plano uma Zona de Protecção Total na Serra do Gerês na casa dos 5 000 ha. Note-se que isto não implica que essa Zona de Protecção Total seja fechada aos visitantes. Pelo contrário, a abordagem *PAN Parks* promove o conceito de visita destas áreas, ainda que de forma controlada. O que é essencial é que nesta zona não haja nenhum tipo de actividade humana que altere a dinâmica natural dos ecossistemas, como são as actividades extractivas. Nestas actividades interditas na zona núcleo do PNPG inclui-se a pastorícia, embora tenha sido aceite pelos verificadores internacionais do *PAN Parks* a manutenção dos cavalos em regime silvestre na zona núcleo, pois são ecologicamente idênticos aos cavalos selvagens que outrora ocupavam estas áreas.

Por forma a controlar o número de visitas à zona núcleo do PNPG, irá ser implementado um sistema de licenças com limites diários rigorosos e serão devidamente identificados os trilhos que os visitantes podem percorrer. As saídas dos trilhos em Zona de Protecção Total serão interditas. As visitas poderão ainda ser acompanhadas por guias de natureza devidamente certificados, para maior grau de segurança e usufruto dos visitantes.

A ideia de abrir a Zona de Protecção Total aos visitantes permite explorar novas oportunidades de turismo sustentável no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Quem não estará interessado em conhecer um dos últimos espaços “selvagens” da Europa? É também a partir desta mensagem que a Fundação *PAN Parks* promove o turismo nos Parques Nacionais que fazem parte da sua rede. Aliás, um dos fundadores da *PAN Parks* é a Molecaten, que é uma empresa de turismo que se dedica a promover destinos naturais de eleição. Assim, a certificação *PAN Parks* para além de elevar a fasquia para a gestão da natureza e da biodiversidade no PNPG, põe o PNPG na rota dos melhores destinos naturais da Europa.

A combinação da conservação da natureza e do desenvolvimento económico através da promoção do turismo sustentável propicia uma metodologia de promoção das melhores práticas na gestão das áreas protegidas. Note-se que a Direcção Geral do Ambiente da União Europeia, na Conferência “Rede Natura 2000 e Turismo Sustentável” realizada em Lisboa, em 1999, referiu o *PAN Parks* como sendo uma das mais relevantes iniciativas para a gestão do turismo sustentável nos Sítios da Rede Natura 2000.

A oportunidade de um turismo internacional de qualidade que é aberta pela certificação PAN Parks só poderá ser devidamente aproveitada caso haja um empenho nesta visão de todos os agentes económicos no PNPG. A abordagem PAN Parks promove um conjunto alargado de parcerias que manterão unidos a entidade gestora da área protegida, a comunidade local e os empresários. A certificação dos parceiros locais pela PAN Parks irá na prática atestar da qualidade que os nossos alojamentos, restaurantes e empresas de animação podem oferecer. Os parceiros locais poderão depois utilizar o logotipo PAN Parks na promoção das suas actividades, que é cada vez mais uma marca de qualidade reconhecida internacionalmente. A ligação entre o PAN Parks e a WWF e a possibilidade de utilização do logótipo da WWF – o Panda, mundialmente conhecido – fortalece ainda mais a imagem PAN Parks.

Por fim, a Fundação PAN Parks apoia de perto as entidades gestores das áreas protegidas e os seus parceiros na implementação de projectos que beneficiem quer o ambiente quer a comunidade local. Um turismo local de proximidade e de pequena escala é a chave para o desenvolvimento rural nas áreas protegidas. A Fundação PAN Parks tem vindo a desenvolver parcerias com operadores turísticos de toda a Europa. Esses operadores estão comprometidos com os objectivos de conservação das áreas protegidas e sensibilizados para o recurso a parceiros turísticos locais certificados para o desenvolvimento das suas actividades e serviços.

5.2. - Parque Transfronteiriço

Em 1997 foi criado o Parque Transfronteiriço Geres-Xurès através de um acordo de cooperação entre o Instituto de Conservação da Natureza e a Xunta da Galicia. Este acordo surgiu na sequência da criação do Parque Natural da Baixa Limia – Sierra do Xurès em 1993, que desde logo nos seus objectivos de criação inclui a necessidade de complementar o Parque Nacional da Peneda-Gerês com uma área protegida do lado galego da fronteira.

Desde então várias actividades de cooperação transfronteiriça têm sido realizadas, incluindo a edição de publicações conjuntas, a monitorização de populações animais prioritárias, a fiscalização de actividades ilegais, a implementação de trilhos transfronteiriços entre outras. Esta dinâmica de cooperação permitiu e permite a candidatura a fontes de financiamento da União Europeia que de outra forma não poderiam ser exploradas. A título de exemplo, foi recentemente candidatado pelo ICNB, pela Xunta da Galicia, e pela ADERE-PG, um projecto ao INTERREG IV Norte de Portugal – Galiza, para a Gestão do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurès no valor de 2,5 milhões €. Este projecto têm um grande ênfase na monitorização e restauração ecológica de espécies e habitats numa abordagem transfronteiriça.

A existência de um Parque Transfronteiriço é também uma grande oportunidade para a promoção turística internacional desta região, com especial ênfase nos nossos vizinhos espanhóis. Para mais, com dois aeroportos na vizinhança, Porto e Vigo, fica assegurado um rápido acesso internacional a esta região. Está já planeada a criação de uma central de reservas de alojamento conjunta e a

dinamização de actividades transfronteiriças nos centros de informação aos visitantes. Aliás, a localização da Porta do PNPG para o Concelho de Ponte da Barca no Lindoso visa precisamente o estreitar da colaboração transfronteiriça ao nível da informação aos visitantes e dinamização do turismo.

O Parque Natural da Baixa Limia-Sierra do Xurès (PNBLSX) tem dois instrumentos de ordenamento e gestão que urge harmonizar como o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: o plano de ordenación de los recursos naturales (Decreto 32/1993) e o Plan rector de uso y gestión (Decreto 155/1998). O PNBLSX está dividido nas seguintes zonas:

- Zona de reserva integral: é uma área não *edificandi*, onde não é permitida a caça nem a pesca, o corte de árvores, as actividades extractivas em geral (com excepção das pastorícia em regime extensivo), os repovoamentos cinegéticos e piscícolas, o pedestrianismo fora dos trilhos existentes, o ciclismo, as arborizações com espécies de resinosas produtoras e eucaliptos, e a abertura de novas vias;
- Zona de protección especial: não são permitidas aberturas de estradas com mais de 2 metros de largura, as novas construções salvo as de interesse social, as arborizações com espécies de resinosas produtoras e eucaliptos e as instalações aéreas;
- Zona de regeneración forestal: não se permite a construção fora dos perímetros urbanos consolidados e a introdução de espécies que não existem na actualidade no parque (com algumas excepções), o campismo selvagem, a prática de desportos motorizados;
- Zona de cultivos: permite-se os usos tradicionais agrícolas;
- Masas de água: não se permite navegação com embarcação de motores de explosão;
- Zonas de servicio: são permitidas actividades relacionadas com o uso recreativo, científico e cultural;
- Núcleos urbanos: permite-se construções novas apenas para uso agrícola, indústrias artesanais e serviços de utilidade pública

Apesar dos estatutos diferenciados das áreas protegidas dos dois lados da fronteira, e de algumas diferenças no quadro legislativo e cultural enquadrador, é de todo conveniente encetar esforços no sentido de harmonizar os níveis de protecção de ambos os lados da fronteira e os respectivos usos autorizados. Os trabalhos entre o ICNB e a Xunta da Galicia têm evoluído no sentido da harmonização resultar de aproximações de parte a parte, destacando-se as propostas do lado Português a questão da abertura da Zona de Protecção Total ao pedestrianismo e a abertura da Albufeira de Vilarinho das Furnas à navegação não motorizada.

No verão de 2007 deu-se a consolidação do Parque Transfronteiriço com a assinatura de uma declaração de apoio ao acordo de cooperação entre o ICN e a Xunta da Galicia pelo Secretário de Estado de Ambiente do Governo Português e pelo Secretario Geral para El Territorio y la

Biodiversidad do Governo Espanhol. Ficou também aprovado o regulamento da Comissão de Acompanhamento do Parque Transfronteiriço, que tem representantes do ICNB, da Xunta da Galicia, da CCDR-N, das Autarquias Portuguesas e Galegas e da Xunta Consultiva do Parque Natural de Baixa Limia - Sierra do Xurès.

Já em 2008, o Parque Natural da Baixa Limia Serra do Xures foi ampliado passando agora a compreender praticamente toda a fronteira internacional do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

5.3. – Turismo de Natureza

O PNPG é uma área classificada de alto valor ecológico, ambiental e cultural e, por isso, detentor de um grande potencial turístico. O turismo é uma actividade importante e relativamente desenvolvida em determinadas áreas do Parque e é um sector económico cada vez mais valorizado no contexto sócio-económico local, face à perda de importância de outras actividades económicas, nomeadamente da agricultura e pastorícia.

O turismo de natureza, associado à promoção de práticas e programas turísticos de reduzido impacto e de grande valorização ambiental e sócio cultural, pode, neste sentido, representar uma oportunidade importante para o desenvolvimento sustentável do território, em harmonia com os princípios fundamentais da conservação da natureza e da biodiversidade.

No contexto dessa oportunidade, o ICNB procurou, no âmbito dos objectivos de gestão das áreas protegidas, reforçar e dar um novo “lugar” a um conjunto de opções estratégicas para a promoção e dinamização da visitação, consagradas na Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Tais opções passam pela aposta no turismo de natureza, entendido como a actividade turística que é capaz de conciliar os objectivos de conservação e preservação dos valores naturais e culturais com os objectivos de promoção do desenvolvimento sustentável das populações residentes.

Entre as principais vantagens/contributos associados ao turismo de natureza destacam-se:

- A valorização ambiental e dos recursos naturais pela aposta nas actividades de animação e interpretação ambiental;
- A recuperação de património histórico-cultural;
- A requalificação urbana e paisagística;
- O apoio e dinamização de actividades económicas tradicionais, como sejam o artesanato, a pastorícia, a produção e venda de produtos agro-alimentares (fumeiro, mel, compotas, etc.);
- A criação de equipamentos de lazer e desporto;
- A recuperação de infra-estruturas rodoviárias, entre outras;
- A criação de emprego (embora parte dele seja de carácter sazonal);

- A dinamização económica regional.

Para a valorização efectiva de práticas e serviços de turismo de natureza e melhoria do seu modelo de desenvolvimento, assente na compatibilização dos objectivos de gestão do PNPG com os objectivos da visitação e dinamização sócio económico local, é fundamental ter presente as seguintes oportunidades (muitas das quais representam dinâmicas em curso):

- Aprovação e implementação da Carta de Desporto de Natureza: poderá trazer um contributo importante ao nível do ordenamento das práticas desportivas e diminuição da pressão sobre os recursos naturais.
- Enquadramento legal para a promoção de actividades de animação ambiental em áreas protegidas: é um factor muito positivo na qualificação e enquadramento da oferta de actividades e serviços de animação ambiental, pese embora alguns aspectos da lei carecerem de revisão.
- Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas: avança com referências importantes para a melhoria das condições de visitação e aperfeiçoamento do modelo de atendimento e comunicação aos visitantes, com grande destaque para o conceito das “Portas”.
- Portas do PNPG: com a conclusão do projecto de implementação das Portas do PNPG, o Parque fica servido por cinco importantes estruturas de visitação, com potenciais reflexos na dinamização de actividades de educação e animação ambiental e na melhoria do enquadramento dos visitantes e promotores de actividades. As condições reunidas devem ser aproveitadas para potenciar as Portas como locais de excelência na recepção, informação, sensibilização e encaminhamento de visitantes. Podem ainda funcionar como estruturas âncora na oferta e dinamização de serviços de visitação qualificados e de valorização ambiental (programas adequadamente organizados para proporcionar ao visitante a descoberta e conhecimento dos valores naturais e culturais do Parque, actividades de educação ambiental, eventos de animação, palestras e seminários, entre outros). As exposições temáticas e a componente multimédia das Portas, com relevância na divulgação dos percursos pedestres do PNPG e dos recursos associados a cada Porta, poderão dar um forte contributo à dinamização de programas de actividades baseados nos trilhos e no contacto com a natureza.
- Rede de percursos pedestres sinalizados e outros: o PNPG já integra uma razoável rede de trilhos que é necessário potenciar enquanto infra-estruturas de educação e animação ambiental. Os passeios a pé – na vertente lúdica, desportiva ou de interpretação ambiental – são das actividades que mais se realizam no Parque e as mais adequadas às características deste território. As actividades de animação ambiental associadas ao desporto de natureza, observação da natureza e interpretação ambiental, são consideradas prioritárias entre as oportunidades para o desenvolvimento do turismo de natureza, uma vez que cresce o número de visitantes interessado nestas práticas.
- Parcerias com empresas turísticas, nomeadamente as empresas licenciadas pelo ICNB/PNPG para a realização de actividades de animação ambiental: é fundamental o

estabelecimento deste tipo de parcerias para a promoção de um modelo adequado de desenvolvimento do turismo de natureza, que depende em grande parte da actividade privada. A Carta Europeia do Turismo Sustentável, a marca Parques Com Vida e o PAN Parks poderão dar um importante contributo nesta matéria.

- Carta Europeia do Turismo Sustentável no PNPG: é um processo em curso e define uma lógica de intervenção e de desenvolvimento estratégico para o turismo sustentável no território e pressupõe a integração, participação e entendimento das instituições, agências de desenvolvimento e agentes económicos locais, sendo por isso representativa de uma estratégia de acção comum, reflectida sob a forma de um Plano de Acção quinquenal. A CETS poderá representar um acréscimo ao nível da visibilidade internacional do PNPG, como pode também contribuir para a melhoria da imagem de qualidade turística.
- PAN Parks: a recente integração do PNPG na rede europeia do PAN Parks, à semelhança da CETS, poderá vir a traduzir-se num maior conhecimento e valorização internacional, com um reflexo no aumento dos visitantes estrangeiros (especializado – motivações específicas associadas à observação e contacto com os valores naturais e cultura local).
- Parques Com Vida: a manutenção e dinamização da marca poderão representar um acréscimo na qualificação dos serviços turísticos. O trabalho iniciado com a marca pode ser uma importante base para a certificação de empresas turísticas comprometidas com os objectivos de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável, no âmbito da CETS e PAN Parks.
- Recuperação das antigas casas-abrigo, dos centros de acolhimento e parques de campismo: esta é uma iniciativa importante para a qualificação da componente do alojamento local e para a melhoria da imagem turística do PNPG. Poderá servir de modelo ao desenvolvimento do conceito de alojamento local, na óptica do turismo de natureza.

Face às oportunidades que o turismo de natureza poderá representar para o PNPG, mas tendo presente os problemas da sobrecarga turística e actividades menos ajustadas às características da área protegida, importa no actual processo de revisão do Plano de Ordenamento rever as directrizes, normas e objectivos que devem regular e orientar a actividade turística.

5.4. – Carta Europeia de Turismo Sustentável e Parques com Vida

Para o PNPG a CETS é considerada uma importante oportunidade para a promoção de um modelo adequado e participado de desenvolvimento da actividade turística. Um dos seus objectivos reside no reforço de estratégias de gestão e de desenvolvimento para o turismo no PNPG, permitindo que os vários interesses – administração, população, actividades económicas e visitantes – encontrem soluções e compromissos comuns.

Principais oportunidades/vantagens associadas à CETS:

- Possibilidade de melhorar o reconhecimento internacional do PNPG;

- Possibilidade de aumentar o número de visitantes, sobretudo estrangeiros;
- Possibilidade de implementar um Plano de Acção em parceria com outras instituições locais, favorecendo as iniciativas que têm por base projectos de desenvolvimento adequados aos objectivos de gestão do PNPG;
- Favorecimento do diálogo com os parceiros institucionais e agentes económicos, através do Fórum da CETS;
- Possibilidade de aumentar os serviços e actividades certificadas com base em critérios reconhecidos pelo Parque (à semelhança do Parques Com Vida), com um reflexo positivo na qualificação da oferta turística.

No que respeita à marca Parques Com Vida destaca-se fundamentalmente o seu contributo na qualificação da oferta turística e na valorização de actividades de baixo impacte ambiental.

A experiência da marca Parques Com Vida (o facto de existir um caderno de normas minimamente “testado” para reconhecimento e certificação de empresas turísticas de alojamento, restauração, animação turística e produtos locais) deverá ser considerada no âmbito da CETS e do PAN Parks, que também envolvem processos de certificação de empresas turísticas.

5.5. – Portas do PNPG e Programa Nacional de Visitação

As ‘Portas’ são actualmente uma grande aposta do Parque Nacional da Peneda-Gerês na dinamização e gestão da visitação.

O conceito remonta aos primeiros anos de criação do Parque, quando o primeiro Director (Eng.º Lagrifa Mendes) lançou a ideia que só começaria a ser implementada em 2004, com a construção e entrada em funcionamento da primeira Porta do PNPG, em Lamas de Mouro. Actualmente está também em funcionamento a Porta do PNPG em Campo do Gerês e o pólo da Porta do PNPG de Montalegre e encontra-se em fase de conclusão a Porta do PNPG no Mezio. Estão em construção as Portas do de Lindoso e Paradela, prevendo-se a conclusão da obra ainda durante o presente ano.

As Portas estão estrategicamente localizadas na periferia do Parque, nas suas principais entradas rodoviárias, e são estruturas importantes para o ordenamento e gestão do fluxo de visitantes. Foram e estão a ser criadas com o objectivo de proporcionar a recepção, a informação, a retenção e a condução orientada dos visitantes ao Parque. Foram concebidas para serem os centros privilegiados na informação e enquadramento dos visitantes, na oferta de actividades e programas de visita específicos e também na educação e sensibilização ambiental do público em geral. A sua função principal é a de receber os visitantes para que estes possam obter a informação adequada antes de iniciarem a visita ao Parque. Complementarmente, e para os visitantes que não pretendem “explorar” o Parque mas apenas desfrutar de um ambiente natural aprazível e permanecer por algum tempo num espaço de lazer, as Portas proporcionam alguns espaços e estruturas de apoio, como áreas de

merenda e percursos pedestres, planeados com o objectivo de reter este tipo de visitantes e assim diminuir a pressão no interior do Parque.

Apesar das excelentes condições já proporcionadas pelas infra-estruturas e equipamentos existentes nas Portas do PNPG (recepção, exposições, oficinas temáticas, áreas de merenda, etc.), a experiência resultante dos mais de três anos de funcionamento da Porta de Lamas de Mouro e de cerca de um ano da Porta de Campo do Gerês, vem demonstrar que apenas parte das funções e objectivos propostos para as Portas estão conseguidos. A principal lacuna verifica-se ao nível da oferta de serviços de visitação, adequadamente organizados para proporcionar ao visitante a descoberta do Parque, de eventos atractivos que contribuam para a captação de turistas e aumento do período de estada (favorecendo os serviços locais de alojamento e restauração), entre outros programas necessários à crescente animação do espaço “porta” e dinamização da visitação no território de uma forma geral.

Para colmatar esta lacuna em particular, e as insuficiências gerais da gestão da visitação nesta área protegida, a ADERE Peneda-Gerês, corroborada pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e pelas Câmaras Municipais dos cinco concelhos, candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte um projecto que consubstancia uma proposta de actuação que visa potenciar as Portas como verdadeiras estruturas de dinamização e gestão de visitantes. Tem como objectivos fundamentais:

- Promover uma estratégia conjunta de gestão e dinamização da visitação nos cinco municípios abrangidos pelo PNPG, tirando proveito das iniciativas locais já implementadas e dos recursos e especificidades existentes em cada um, numa lógica de complementaridade;
- Potenciar as Portas do PNPG enquanto estruturas fulcrais no modelo global da gestão da visitação nas regiões do PNPG;
- Melhorar as condições de visitação das regiões do PNPG, de forma integrada, ordenada e sustentável;
- Aperfeiçoar o modelo actual de atendimento ao visitante;
- Melhorar e inovar a oferta de serviços e programas de visitação, animação, educação e interpretação ambiental;
- Adequar a oferta de actividades, serviços e equipamentos de visitação aos objectivos de gestão e salvaguarda do património natural e cultural, nomeadamente através do contributo para a valorização e preservação de sítios de interesse cultural e de locais ambientalmente fragilizados;
- Melhorar os meios de comunicação, divulgação e marketing;
- Materializar acções propostas no âmbito da estratégia da Carta Europeia do Turismo Sustentável definida para o território.

Em síntese, este projecto pretende fundamentalmente adequar o modelo de gestão da visitação das regiões do PNPG ao modelo preconizado no “Programa de Visitação e Comunicação na Rede

Nacional de Áreas Protegidas” que desenvolve este mesmo conceito e lhe atribui uma papel central na visitação, recomendando a sua aplicação a todas as Áreas Protegidas.

O Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas (PVC) é o resultado de um estudo encomendado pelo ICNB e é um claro sinal da crescente atenção que o Instituto tem vindo a dar às questões da visitação e do turismo de natureza.

O PVC considera que a o potencial atractivo das áreas protegidas se encontra não tanto na sua individualidade mas na sua diversidade, pelo que faz uma análise em rede da visitação identificando:

- Áreas protegidas de grande visitação (âncora), aquelas que possuem um oferta grande de recursos, uma notoriedade e uma visitação de grande dimensão;
- Áreas protegidas com potencial de visitação, aquelas que ganham pela sua associação às áreas protegidas âncora;
- Áreas protegidas de visitação condicionada, aquelas que pela sua especificidade têm algumas restrições.

O PNPG, pelo seu passado histórico, pelo seu estatuto, pela notoriedade que já alcançou, pelos recursos naturais e equipamentos que possui, é considerado uma área protegida com potencial de âncora. Para consolidar esta classificação, torna-se, porém, necessário ultrapassar as fragilidades que possui, designadamente na gestão de equipamentos e infra-estruturas e na comunicação e marketing.

O PVC propõe três tipos de equipamentos e de infra-estruturas:

- de informação e apoio ao visitante, onde se incluem as portas e a sinalização rodoviária e de apoio informativo;
- de animação e entretenimento do visitantes: parques de natureza, circuitos e outras estruturas similares;
- de estadia dos visitantes: alojamento e restauração.

O grande destaque, como elemento estruturador de todo este conjunto de equipamentos, vai para as ‘portas’. O programa considera-as como fundamentais para “incentivar e estimular a visitação, mas também para a organizar, controlar, educar, prestar um bom serviço de atendimento aos visitantes e gerar receitas”. Para tal, recomenda que as ‘portas’ deverão “concentrar uma série de valências que respondam às necessidades dos visitantes, mas também às suas principais motivações, proporcionando bons momentos de lazer e conteúdo interessante que justifiquem, por si só, a visita à respectiva AP”.

Propondo a elaboração de um Plano Integrado de Valorização e Gestão da Visitação no PNPG, também ele centrado nas ‘portas’, a candidatura da ADERE-PG anteriormente referida representa um passo importante no sentido de aplicação da PVC e da consolidação do PNPG como área protegida âncora.

Em síntese, são três as acções a implementar:

1. Desenvolver um plano global para a dinamização e gestão da visitação no PNPG (Plano Integrado de Valorização e Gestão da Visitação no PNPG), que integre as intervenções locais e os recursos e infra-estruturas disponíveis no território, numa lógica comum de gestão e valorização do espaço e dos seus recursos e de dinamização de serviços de visitação de elevada qualidade, onde as Portas do PNPG surgem como elementos estruturantes. Trata-se de rever e consolidar um conjunto de propostas de actuação apresentadas num estudo já elaborado (Modelo de Gestão das Portas do PNPG), tendo em vista a programação detalhada das actividades que efectivamente serão implementadas no território e em particular nas Portas do PNPG (rever propostas e situação existente; consolidar os objectivos estratégicos para a valorização e gestão da visitação no território e integrar o papel estruturante das Portas do PNPG; definir as acções a implementar; programar as acções em termos de calendário, custos, responsabilidades e parcerias, gestão, etc.) para a valorização e gestão da visitação no Parque Nacional.

2. Concretizar as iniciativas previstas no Plano Integrado de Valorização e Gestão da Visitação no PNPG, nomeadamente: o desenvolvimento de programas de actividades e serviços turístico-ambientais, de interpretação ambiental e de animação cultural e a sua dinamização a partir das Portas; a implementação de iniciativas que visam a criação de pequenas infra-estruturas de baixo impacto que melhorem as condições de realização de algumas actividades de visitação e que contribuam para a valorização do património natural e cultural; melhorar e reforçar a capacidade de atendimento e apoio técnico aos visitantes, também a partir das Portas.

3. Criar e implementar um conjunto de materiais e suportes de comunicação e marketing dirigidos aos visitantes e ao público em geral, que permitam comunicar com estes a partir das Portas e de outras estruturas ou vias de comunicação importantes (Internet, por exemplo).

Com estas acções e com a sua concretização através de um conjunto de iniciativas e produtos que, uma vez mais, seguem as propostas da PVC, e com uma estratégia de comunicação e de marketing bem definida e assente na marca “Parques de Portugal”, o Parque Nacional da Peneda-Gerês tenciona inverter uma situação de alguma fragilidade e utilizar a Visitação e o Turismo de Natureza como uma potencialidade.

Bibliografia:

ADERE-PG; Memória descritiva complementar da candidatura ao PORN ‘Dinamização e Gestão da Visitação no PNPG, 2007 (adaptação)

ICNB, Programa de Visitação e Comunicação da Rede Nacional de Áreas Protegidas, 2006

5.6. – Agricultura sustentável e produção biológica de plantas medicinais

O Parque Nacional da Peneda-Gerês devido à sua localização biogeográfica apresentou sempre uma relação entre a Natureza e o Homem.

Deste relacionamento, foi consequência lógica a progressiva descoberta dos recursos naturais e do seu aproveitamento para benefício imediato.

O mundo rural soube aproveitar pacientemente os recursos naturais sem pôr em risco os mecanismos físicos e biológicos que estão na sua génese, modelou algumas das paisagens mais harmoniosas e atingiu um equilíbrio e uma intimidade com a Natureza que duraram séculos, podendo, assim, garantir as bases das sociedades e culturas humanas.

O equilíbrio Homem / Meio foi-se alterando com o aumento das necessidades reais do homem e como tal a procura de novas oportunidades para melhorar a sua vida e de suas famílias, especialmente através da imigração.

Com este facto assistiu-se ao abandono da agricultura de subsistência e como tal a uma alteração da paisagem rural.

Chegou o momento de alterar esta situação, apoiando todos aqueles que teimaram em se manter arraigados à sua terra, ou aqueles que cansados da dita civilização regressam às suas origens ou aqueles ainda que também cansado da dita civilização procuram um novo rumo para as suas vidas.

Procuram-no fazer através da agricultura sustentável, especialmente em modo de produção biológica, que responde positivamente quer às exigências dos consumidores, quer à preservação do meio ambiente e biodiversidade, respeitando os conhecimentos dos agricultores e o futuro da Terra, utilizando técnicas e produtos compatíveis com uma agricultura economicamente viável e com a obtenção de produtos de qualidade.

Para se realizar agricultura em modo de produção biológico é necessário um período de conversão dos terrenos, que no caso dos terrenos existentes dentro da área do PNPG não é necessário porque estão abandonados há muitos anos.

O PNPG em colaboração do Banco Português de Germoplasma já iniciou através de fundos do POA, Agro 34, AGRIS, AGRO 799 e AGRO 800, projectos que visaram, para além de outras razões, o seguinte:

- Desenvolver, utilizar e divulgar técnicas e práticas de multiplicação de espécies ameaçadas (Plantas Aromáticas e Medicinais);
 - Aumentar o conhecimento etnobotânico das Plantas Aromáticas e Medicinais do PNPG;
 - Sensibilização das populações/colectores de plantas aromáticas e medicinais para o seu cultivo, como alternativa à colheita nos seus habitats naturais;
 - Valorização sócio-económica das populações rurais, sem pôr em causa as populações de plantas aromáticas e medicinais espontâneas;

- Integração de agricultores num sistema Nacional de Conservação dos Recursos Genéticos Vegetais;
- Ligação efectiva dos agricultores ao Banco de Germoplasma na Conservação dos Recursos Genéticos Vegetais;
 - Conservação do processo de evolução e adaptação das espécies aos seus ambientes;
 - Conservação da diversidade a diferentes níveis: agro-ecossistema, espécie e dentro da espécie;
 - Reconhecer o estatuto de produtor conservador;
 - Incrementar o controle do agricultor sobre o acesso ao material genético;
- Levantamento e enquadramento da situação no terreno das espécies estudadas;
- Elaboração de planos de conservação por cultura/sistema agrícola;
- Desenvolvimento e aplicação no terreno medidas compensatórias para as populações locais devido às modificações de uso nas áreas de intervenção por condicionamentos diversos que vierem a ser implementados;
- Multiplicação, caracterização morfológica e molecular e avaliação agronómica;
- Promoção da utilização através da valorização dos produtos sujeitos aos planos de conservação no campo do agricultor e identificação de mercados e utilizadores para comercialização dos produtos;
- Demonstração e divulgação dos resultados;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das populações rurais das áreas de montanha da região do Parque Nacional.

Todo o trabalho realizado, obriga-nos assegurar a preservação do património genético das plantas com interesse económico, o que implica o fomento da sua produção.

Esta acontecerá se o PNPG apoiar todos aqueles que querem potenciar a agricultura em modo de produção biológica na sua terra, apoiando-se assim o retorno das populações aos seus locais de origem e de outros que subsituam aqueles que partiram e não querem regressar.

Com este regresso, contraria-se a desertificação das povoações do PNPG e apoia-se o desenvolvimento sócio-económico dos naturais e residentes.

5.7. – Microgeração

O aumento da sustentabilidade da produção energética irá passar a médio prazo pela expansão dos sistemas distribuídos para a produção de electricidade, que irão complementar os actuais sistemas centralizados baseados em grandes centrais de produção eléctrica (Botkin and Keller, 2005). Nestes sistemas distribuídos a micro-geração assume um papel predominante, seguindo o princípio de produção de energia no próprio lugar de consumo dessa energia. A micro-geração destina-se assim a suprir ou a complementar as necessidades energéticas de um edifício ou pequeno conjunto de edifícios.

Em Portugal a micro-geração é enquadrada pelo Decreto-Lei 68/2002, que define a micro-geração como micro-turbinas, painéis fotovoltaicos e outros equipamentos autónomos de produção de energia eléctrica até 150 kW, e em que pelo menos metade da energia eléctrica produzida seja para auto-consumo.

No Parque Nacional da Peneda-Gerês existe grande potencial para a micro-geração em quatro tipos de sistema: painéis fotovoltaicos, micro-turbinas hídricas, micro-turbinas eólicas e co-geração.

Os sistemas de painéis fotovoltaicos podem ser instalados nos telhados dos edifícios nos perímetros urbanos, pelo que os impactes ambientais são mínimos. É um sistema ainda relativamente caro, que pode atingir custos de produção de até 0.30€/kWh, mas que podem ser amortizados se parte da produção for vendida à rede eléctrica. Os sistemas totalmente autónomos da rede podem no entanto ser muito atraentes quando não existe ramal de electricidade na vizinhança. Fora dos perímetros urbanos deverá ser excluída a instalação de painéis fotovoltaicos que não estejam em telhados dos edifícios.

As micro-turbinas hídricas apresentam custos de produção mais atractivos do que as eólicas mas no quadro legislativo actual apresentam a necessidade de dispensa formal do procedimento de avaliação de impacte ambiental. Os menores impactes ambientais acontecerão se forem instaladas em antigos moinhos de água ou azenhas, sem recurso a mais alterações no ciclo hidrológico. Não devem ser autorizadas em Zona de Protecção Total ou Parcial.

As micro-turbinas eólicas, tipicamente com cerca de 10 m de altura, poderão ser viabilizadas no interior dos perímetros urbanos desde que se assegure a integração urbanística e paisagística destas infra-estruturas. Deverá ser considerada a possibilidade de desligar o gerador durante o período nocturno, e deverão ser utilizados geradores com ruído ambiente inferior a 45 dB(A).

A co-geração consiste no aproveitamento do calor, por exemplo de um sistema de aquecimento a biomassa, para a produção de energia eléctrica. Ainda há poucos sistemas disponíveis no mercado.

Em todas estes sistemas deverá ter-se em consideração a necessidade evitar instalar novas linhas eléctricas fora dos perímetros urbanos, e a impossibilidade de o fazer em Zona de Protecção Total ou Parcial.

Referencias

Wood, B., 2000. Room for nature? Conservation management of the Isle of Rum, UK and prospects for large protected areas in Europe. *Biological Conservation*, 94(1), 93-105.

Botkin, D.B., & Keller, E. A. 2005. *Environmental Science*. John Wiley & Sons.

5.8. – Gestão dos baldios: floresta e certificação florestal

Gestão Florestal dos Baldios

O Estado era geralmente representado na gestão dos baldios por organismos do Ministério da Agricultura, embora a partir da constituição de “parques nacionais e outros tipos de reserva, por serem considerados de utilidade pública” (Lei de 19 de Junho de 1970) as competências aí atribuídas ao Ministério de Agricultura foram transferidas para o Ministério do Ambiente, como no caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), criado por decreto de 8 de Maio de 1971, a partir do Decreto-Lei de 14 de Outubro de 1985. O Estado, a partir destas datas e nos baldios dentro da área do parque, passou a ser representado pelo PNPG, sob a tutela do Instituto da Conservação da Natureza.

Os baldios, segundo o Decreto-Lei de 19 de Janeiro de 1976 podem ser administrados “exclusivamente pelos compartes” (alínea a)), ou em “regime de associação entre os compartes e o Estado” (alínea b)).

Na Lei dos Baldios de 1976 estava previsto que “os serviços competentes do Ministério da Agricultura e Pescas” propusessem Planos de Utilização de Recursos. Na Lei de 4 de Setembro de 1993 mais uma vez se insistia na necessidade de os serviços competentes da Administração Pública cooperarem na elaboração de Planos de Utilização dos Recursos do baldio. Os Planos de utilização referidos nunca foram elaborados.

O Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho, no que diz respeito às normas para a elaboração e execução dos Planos de Gestão Florestal, regulamenta a Lei dos Baldios no que respeita aos Planos de Utilização dos Baldios (PUB).

Dando execução à Estratégia Nacional para as Florestas e criando condições para a cooperação entre o Estado e as comunidades de compartes, foram celebrados protocolos entre o Estado e três Federações - BALADI, FORESTIS e FPPF – as quais congregam associações que participam na elaboração dos PUB, que actualmente se encontram em fase de elaboração.

Com a publicação dos Decretos Regulamentares dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal no ano de 2007, o Estado fica obrigado a elaborar Planos de Gestão Florestal num prazo de três anos para as áreas sob sua gestão.

O Plano de Gestão Florestal (PGF) é o instrumento básico de ordenamento florestal das explorações, que regula as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica.

Os Planos de Gestão para as áreas baldias serão uma ferramenta importante para orientar o trabalho do gestor dos baldios. A falta de orientações pode consentir, por ignorância ou má gestão, que se provoquem danos no meio ambiente difíceis de recuperar.

Certificação Florestal

A certificação florestal é o processo de se verificar, de forma independente e confiável, que uma floresta é gerida de acordo com os padrões adequados e disponibilizados publicamente. São várias as razões que justificam o facto da certificação florestal se ter tornado, na última década, a nível mundial, numa componente importante da gestão florestal.

- Proprietários florestais e/ou responsáveis pela sua gestão

Os responsáveis pela gestão das áreas florestais podem beneficiar da certificação de várias formas. Para alguns a certificação propicia o acesso ao mercado, ou mesmo um melhor preço para os seus produtos. Para outros, responde a requisitos estabelecidos por investigadores, agências de seguros ou financiadores de operações florestais. Para outros ainda, a certificação das suas áreas florestais é uma ferramenta para provarem às partes interessadas que é feita uma boa gestão da floresta.

- Indústrias distribuidoras e comercializadoras de produtos florestais

A imagem de muitas entidades, conceituadas a nível mundial, envolvidas na comercialização de produtos florestais estava a ser afectada pela publicidade negativa relacionada com a má gestão das florestas, e as consequentes campanhas e boicotes. O certificado que comprova que o produto que se disponibiliza é proveniente de uma floresta bem gerida é uma ferramenta que este grupo pode utilizar a favor da imagem da sua organização.

- Investidores

Muitos bancos e sociedades de investimento estão a começar actualmente a desenvolver políticas “verdes” ou éticas e gradualmente a acabar com investimentos que sejam prejudiciais do ponto de vista social e ambiental, ou então, a preferirem, em detrimento destes últimos, investimentos que tenham incorporada uma componente mais ambiental. A certificação florestal torna-se assim num instrumento que permite demonstrar que esta componente está presente.

- Companhias de Seguros

De forma a diminuir os seus riscos, as companhias de seguros tornam-se cada vez mais cautelosas e exigentes, passando a exigir aos seus clientes uma prova do seu bom desempenho ambiental e social. A certificação florestal pode, mais uma vez, dar essa garantia.

Aquelas companhias que trabalham com seguros florestais poderão mesmo oferecer melhores prémios aos segurados que demonstrem que fazem uma boa gestão do seu espaço florestal.

- Mecenias e Organizações de Desenvolvimento de âmbito internacional

A certificação florestal, enquanto processo de avaliação independente, pode ajudar a verificar e/ou comprovar se os recursos financeiros provenientes de mecenias ambientais ou de associações de desenvolvimento destinados a promover a gestão sustentável da florestal estão a atingir os seus objectivos.

- Consumidor Final

A certificação florestal serve para demonstrar ao consumidor final que o produto que adquire provem de uma floresta bem gerida, como tal, está a contribuir para a protecção da floresta e, de uma forma mais global, para um desenvolvimento sustentável (adaptado de Certificação em Grupo – Um guia prático).

A Certificação Florestal para o território do PNPG, nomeadamente para os baldios, gestores de grandes áreas florestais, contribuirá para uma gestão profissional compatível com a conservação da natureza. Promoverá o aumento da competitividade e do valor dos produtos florestais provenientes destes territórios e permitirá o acesso a mercados mais exigentes.



ANEXO

Listagem de regime comunitário (baldios e outras formas equiparadas) no PNPG

Baldios	Área total (ha)	Regime de gestão
Castro Laboreiro	9096,8	Alínea b)
Lamas do Mouro	1710,9	Alínea b)
Gavieira	5520,5	Alínea b)
Sistelo	2197,5	Alínea b)
Cabreiro	3701,4	Alínea b)
Gondoriz	2544,8	Alínea b)
Cabana Maior	1668,5	Alínea b)
Soajo	5308,5	Alínea b)
Lindoso	4105,3	Alínea b)
Britelo	887,1	Alínea b)
Entre-ambos-os-rios	736	Alínea b)
Foral	2686,9	*
Germil	803,7	
Furna	1763	*
Campo do Gerês	842,3	Alínea a)
Covide	1528,7	*
Rio Caldo	697	Alínea b)
Vilar da Veiga	1694,9	Alínea b)
Ermida	1559,6	Alínea a)
Fafião	2208,7	Alínea a)
Pincães	1935,9	Alínea b)
Cabril	5600,4	Alínea b)
Outeiro	2944	Alínea b)
Cela-Sirvozelo	2270	Alínea b)
Paredes	753	Alínea b)
Covelães	905	Alínea b)
Pitões das Júnias	3193,8	Alínea b)
Tourém	1495,8	Alínea a)
Travassos	639,3	Alínea b)
Sezelhe	721,1	Alínea b)

Fonte Plano Zonal PNPG

* Não se aplica

5.9. – Gestão dos baldios: pastorícia

Na área do PNPG existem trinta entidades gestoras de Baldios e equiparados (Foral): quatro são geridos por Juntas de Freguesia, vinte e quatro pelas assembleias de compartes e duas são montes forais.

a) Assembleia de Compartes:

- Tourém; Pitões das Júnias; Sezelhe; Travassos do Rio, Covelães; Paredes do Rio; Outeiro; Cela-Sirvozelo; Cabril; Pincães; Fafião; Ermida; Vilar da Veiga; Campo do Gerês; Lindoso; Britelo; Entre-Ambos-Rios; Germil; Soajo; Gavieira; Gondoriz; Cabreiro; Sistelo; Castro Laboreiro.

b) Juntas de Freguesia:

- Rio Caldo; Covide; Cabana Maior; Lamas de Mouro.

c) Montes Forais:

- A Furna; Foral (Ermida Froufe Lourido).

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas medidas para apoiar os baldios na gestão das suas áreas, tendo sido implementadas, em 2007, as Intervenções Territoriais Integradas, que compreendem medidas direccionadas para os Baldios e equiparados. As medidas estão divididas em dois grupos principais: medidas agroambientais e as medidas silvoambientais.

As medidas agroambientais permitem o melhoramento de pastagens e a zonagem das áreas de pastoreio, permitindo a existência de áreas de Inverno para os animais e deixando outras em pousio. Também existem apoios para a salvaguarda dos sistemas de pastoreio com a presença continua do pastor, sejam em forma de vezeiras ou rebanhos individuais e promovendo também a implementação deste sistema de pastoreio conduzido. Além destas medidas de incentivo ao pastoreio conduzido, existem medidas de controle do efectivo pecuário, mantendo os encabeçamentos dentro de um limite que permite a salvaguarda das pastagens e também limita o efectivo dos Equinos pela mesma razão.

As medidas Silvoambientais permitem a salvaguarda dos Bosquetes de flora autóctone que existem na serra, manter e aumentar a diversificação interespecífica em povoamentos florestais com baixa diversidade, a manutenção das galerias ripícolas, promove os corredores ecológicos e reconversão de áreas de matos.

As ITIs foram um sucesso de adesão, pois todos os baldios da área do PNPG aderiram, com candidaturas no valor global de 1.450.000,00 € (por ano) e que vai permitir haver cerca de 200 hectares de melhoramentos de pastagens por ano e a limpeza e condução de cerca de 50 hectares de floresta e bosquetes por ano. Mas, tem havido problemas com a concretização destas medidas devido ao facto de serem candidaturas que envolvem muitos dados. O próprio IFAP tem tido

difficuldade na sua apreciação, pois actualmente só dois baldios estão com os pagamentos das medidas em dia, havendo já uma situação de desistência devido a esta situação.

Mas a aplicação destas medidas é essencial, pois permite aos órgãos gestores administrarem da melhor forma os seus baldios, e já se começa a verificar uma maior consciencialização para a salvaguarda das áreas do baldio e temos como exemplo a aprovação dos regulamentos de usufruição destas áreas.

5.10. – Revitalização dos núcleos históricos dos aglomerados

Tal como refere Sidónio Pardal¹², “a disciplina territorial alicerça-se na capacidade e na educação com que se tratam os espaços urbanos. Vencido esse desafio, neutralizam-se as pressões sobre o espaço rústico e tudo se torna mais fácil.” O ordenamento dos espaços rústicos não se pode alhear do planeamento dos espaços de uso urbano, uma vez que estão directamente relacionados.

Como resposta ao desordenamento a concepção de um “modelo unificado de classificação dos usos do solo que permita interpretar e regulamentar as relações de dominância, de dependência e de subordinação das categorias de uso do solo e da sua estruturação em classes configuradas em unidades territoriais demarcadas e regulamentadas.”

É necessário reduzir ou neutralizar as pressões de utilizações deslocadas sobre os espaços rústicos, designadamente as que se prendem com empreendimentos de carácter urbanístico. Daí a importância de diferenciação clara entre perímetros urbanos e espaços rústicos, assegurando para ambos cuidados adequados.

Simultaneamente e como resposta ao êxodo rural e à construção avulsa sem ordenamento e planeamento, a qualificação do solo urbano em todas as suas componentes surge como uma mais-valia para os aglomerados inseridos no PNPG. Observando com cuidado sente-se que é urgente investir nos aglomerados e núcleos construídos, como espaços urbanos alternativos à sede de cada Concelho.

A elaboração e implementação de planos de urbanização eficazes, em que a primeira questão a abordar resida na recuperação e revitalização dos núcleos históricos, constituindo-se como travão à construção nos espaços rústicos.

Como principal objectivo, dotar os espaços de uso urbano com as mais-valias necessárias à fixação da população residente e simultaneamente constituir-se como foco atractivo para a vinda de novos habitantes (primeira ou segunda habitação) e para a visitação. Contabilizando o solo urbano conclui-se que estamos a focar menos de 1% do território.

¹² Adaptado do “Estudo sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos”, Coordenador Sidónio Pardal, Instituto Superior de Agronomia /Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Abril de 2004

A qualificação do espaço urbano, em domínios tão diversos como o tratamento dos espaços públicos, a criação de áreas de estacionamento, o ordenamento do trânsito automóvel, a definição da forma urbana, a implementação de alguns equipamentos de reduzidas dimensões (escolares, apoio à população e visitantes, outros), permite, caso a caso, constituir cada aglomerado como um pólo dinâmico e atractivo.

Consoante as linhas estratégicas identificadas, os aglomerados devem ganhar os meios adequados que garantam a sua valorização e manutenção, contrariando assim a construção em áreas que devem ser dotadas para as explorações agrícolas, pecuárias e outras compatíveis.

A estratégia a adoptar passa por dar resposta a duas grandes áreas de actuação : uma vocacionada mais directamente para a melhoria das condições de vida da população residente e construir os espaços de forma a atrair novos habitantes, outra mais relacionada com o desenvolvimento socio-económico em actividades compatíveis com a classificação e/ou protecção afectas a cada espaço.

Este tipo de abordagem só é possível com uma boa articulação entre os diferentes planos em vigor, nos quais se possa prever, inclusivamente, a definição de medidas de incentivo à construção e reconstrução em solo urbano, contrariando a edificação nos espaços rústicos. Construir ou reconstruir em solo urbano deve ser mais económico do que nos espaços rústicos.

Nesta perspectiva a qualificação do solo urbano, privilegiando a utilização das construções existentes e a implementação de alguns equipamentos, deverá incentivar:

- a) a primeira habitação, como resposta ao residente que trabalha no local ou espaços envolventes;
- b) a primeira habitação, mesmo quando o posto de trabalho se situa na sede do concelho;
- c) a segunda habitação, constituindo os aglomerados como um local atractivo e acolhedor;
- d) a implementação de espaços de acolhimento afectos ao turismo e pequeno comércio.

A qualificação urbana, associada a acções pedagógicas e de formação deverá incutir na população a responsabilidade de garantir a conservação e manutenção do território no seu todo e simultaneamente incentivar a vinda de novos habitantes.

O incentivo à implementação da segunda habitação poderá atrair novos habitantes com novas mentalidades, que inseridos na população residente poderão fomentar novos objectivos e novas perspectivas de desenvolvimento local compatíveis com a conservação e manutenção dos recursos existentes.

É de questionar se o novo habitante, sem referências familiares na região, permanecerá muito tempo? No entanto, a sua permanência (de mais ou menos tempo) é sempre uma mais-valia para o desenvolvimento socio-económico local.

Para ordenar o território e disciplinar o uso dos espaços rústicos é necessário regular o mercado imobiliário e garantir que a especulação urbanística é resolvida dentro das políticas urbanas, em que a população e os agentes do mercado em geral confiem e defendam os planos territoriais em vigor. O ordenamento eficaz só é possível se a população o sentir como favorável aos seus objectivos, que inclui os da sua “terra”.

5.11. – Património Arqueológico

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, ciente da responsabilidade que lhe cabe na protecção, conservação e valorização do património arqueológico e arquitectónico do seu território, tão importante para o conhecimento do nosso passado, que é o nosso presente e será o nosso futuro, contempla nas suas linhas gerais de acção propostas para o património.

Essas propostas entendem duas componentes essenciais entendidas, de certo modo, em cada uma delas. Com a proposta que respeita aos monumentos a classificar pretende-se proteger e conservar o património, ao passo que com a proposta dos sítios/ elementos a musealizar se pretende valorizar e divulgar esse mesmo património, usando-o quer para fins científicos, didácticos e lúdicos, sem dano do mesmo.

a) Sítios/ elementos a classificar

a. 1) Critérios:

No inventário abaixo discriminado tiveram-se em conta os seguintes critérios:

- Importância histórico- arqueológica;
- Antiguidade dos monumentos;
- Integração em conjuntos ou complexos arqueológicos ainda com alguma homogeneidade;
- Estado de conservação;
- A sua proximidade ou não de zonas de maior intervenção humana.

a. 2) Listagem

1. Gravuras rupestres da Bouça do Colado.

(Freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

2. Povoado de Juriz e restos do castelo/torre medieval anexo.

(Freguesia de Pitões das Júnias, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

3. Fojo da Peneda.

(Freguesia da Gaviéria, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

4. Branda de Mosqueiros.

(Freguesia do Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

5. Fojo de Bragadela.

(Freguesia de Gondoriz, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

6. Branda e ruínas arqueológicas de Bilhares.

(Freguesia da Ermida, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

7. Fojo de Fafião.

(Freguesia de Cabril, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

8. Igreja paroquial de Tourém e calvário.

(Freguesia de Tourém, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

9. Capela da Senhora das Neves e ruínas anexas.

(Freguesia de Cabril, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

10. Branda de Lamelas.

(Freguesia de Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

11. Cruzeiro de São Bento do Cando.

(Freguesia da Gavieira, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

12. Castro de Parada de Outeiro.

(Freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

13. Povoado das Pombas.

(Freguesia da Gavieira, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

14. Necrópole Megalítica do Planalto de Castro Laboreiro (monumentos megalíticos e arte rupestre).

(Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo)

15. Forno do Rodeiro.

(Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo)

16. Forno de Pontes.

(Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo)

17. Forno do Povo de Tourém.

(Freguesia de Tourém, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

18. Fojo do Maranhão.

(Freguesia de Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

19. Fojo da Colmadela.

(Freguesia de Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

20. Fojo da Portela da Fairra/ da Cabrita.

(Freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

21. Igreja paroquial de Lamas de Mouro.

(Freguesia de Lamas de Mouro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo)

22. Igreja paroquial de Paredes do Rio.

(Freguesia de Covelães concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

23. Necrópole Megalítica do Planalto da Mourela.

(Freguesias de Covelães, Pitões das Júnias, Tourém, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real)

24. Necrópole Megalítica de Lamas de Vez.

(Freguesias Gavieira e Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

25. Ponte da Ladeira.

(Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

26. Santuário da Peneda.

(Freguesia de Gavieira, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo)

27. Eira da Portela da Leija

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

28. Complexo Arqueológico de Porto Chão (Porto Chão 5 – Arte Rupestre; Porto Chão 6 – Necrópole; Porto Chão 7 – Tumulação; Porto Chão 9 – Branda; Habitat Romano do Cabeço do Leijó)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

29. Chão da Pesquita (habitat)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

30. Ludentos/ Ludendos (branda)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

31. Fundal (trincheira)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

31. Eido Velho (trincheira)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

32. Fojo de Sone/ Fojo velho

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

33. Torre Grande (Habitat)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

34. Castro de Cidadelhe/ A Cidade

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

35. Ínsua 1 (Silha)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

36. Ínsua 2 (Fojo)

(Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

b. Sítios / elementos a musealizar

Toda a área do PNPG integra sítios /memória, alguns Monumentos Nacionais à guarda do Parque, do qual dependem e que agora pretende valorizar. Os mesmos tem sido alvo, nos últimos anos, de crescente fluxo turístico e de visitantes da área escolar pelo que urge regularizar, informar/formar, organizar e rentabilizar esse património.

Sendo alguns desses complexos monumentais, espaços já reabilitados, – há longos anos intervencionados e restaurados –, e outros aguardando ainda estudo e projecto de recuperação, pensa-se agora na sua rentabilização cultural sob uma dupla perspectiva: por um lado, a sua ligação ao passado/memória local regional, e, por outro, a sua inserção numa História que se pretende comunicar como herança cultural e expressão da identidade do país, hoje mais do que ontem, inserido mas não diluído numa Europa política, globalizadora e universalista.

Nestes termos e porque integrado num contexto histórico-cultural e ambiental sensível que toca de perto vestígios de arreigados mitos de fundação e fronteira, mas também preme de legítimos símbolos de identificação e de pertença de um povo, a par de uma antiga e persistente ocupação humana que marcou material e socialmente o território, essa regularização, informação/formação, organização e rentabilização deve ser integrada e interdisciplinar, contemplando as valências da história, arqueologia, antropologia, arquitectura e museologia num esforço conjugado que permita um tratamento cuidadoso dos espaços a intervencionar, uma interpretação rigorosa do passado e uma ponderação/selecção adequada das linguagens museológicas e do tratamento didáctico a utilizar que se quer ainda articulado com a Educação Ambiental.

Pretende-se assim reorganizar os percursos/circuitos de visita aos sítios/monumentos, utilizando-os como pólos museológicos cujas vertentes prioritárias serão a interpretação e a exposição de temas directamente relacionados com a memória do sítio, da sua história, da sua arquitectura e do seu contexto ambiental numa leitura aberta, pluridisciplinar que se deseja não só informativa, para o turista/visitante, como didáctica já que a população escolar se nos apresenta também como público-alvo.

Para além da dupla perspectiva teórica avançada - local/global ou regional/nacional -, preconiza-se ainda, para o tratamento dos temas base a desenvolver nos pólos museológicos, o cruzamento de dois discursos semânticos de sinais opostos mas que se deverão harmonizar e complementar; um discurso histórico/memorialista e um discurso crítico/problematizador. O primeiro será assumidamente histórico enquanto construção actual de um passado que nos identifica, legitimando as raízes de uma comunidade centenar; o segundo, mais objectivo e destructor dos mitos que a ciência histórica substitui, apelando para a descristalização e reposicionamento crítico, face às visões idealizadas do passado.

Apresentando os temas com base nos actuais conhecimentos e estudos desenvolvidos nas diversas áreas que entretanto urge recolher, tratar e seleccionar privilegiar-se-á, a perspectiva formativa/interpretativa dos campos temáticos a explorar, articulando-a com a sua difusão, cientificamente correcta e de agradável leitura que toque os diversos interlocutores e utilizadores da área a musealizar.

No seguimento desta linha teórica existem já alguns espaços musealizados que cumprem com os pressupostos acima descritos, nomeadamente o núcleo museológico de S. Miguel de Entre Ambos Rios e o Núcleo Museológico da Ermida. Além dos núcleos museológicos tradicionais ocorrem já outras formas de musealização do património, através de trilhos interpretativos. É nesta orientação que mais se pretende actuar, articulando o aspecto lúdico dos trilhos com a função didáctica e científica da interpretação dos espaços percorridos pelos mesmos. Pela impossibilidade de levar a cabo esta determinação em todos os espaços patrimoniais, foi realizada uma selecção com base numa visão diacrónica do património. Os elementos que constam desta selecção serão intervencionados, não uniformemente mas de acordo com as características e potencialidades de cada um¹³.

Listagem de sítios/ elementos a musealizar

a) Pré-história recente

Necrópole Megalítica do Planalto de Castro Laboreiro:

Assinalando uma das mais antigas ocupações humanas conhecidas no território do PNPG, esta vasta necrópole da pré-história recente engloba cerca de 100 monumentos do tipo mamoa, datáveis a

¹³ H.REGALO

partir do Neolítico (4º milénio a.C.). Visto tratar-se de um vasto espaço, nem todos os monumentos que a constituem poderão ser objecto de intervenção no sentido de musealizar. A selecção dos mesmos será feita mediante critérios como o estado de conservação, a necessidade de protecção e outros. Neste sentido o Grupo do Alto da Portela do Pau será o espaço mais privilegiado.

Necrópole Megalítica de Britelo:

A Necrópole Megalítica de Britelo é constituída por cerca de 40 monumentos cartografados, número com possibilidade de aumentar em futuros trabalhos. Trata-se de um conjunto bastante heterogéneo em termos arquitectónicos e de estado de conservação. Este importante sítio não se resume aos monumentos funerários megalíticos. Na área de implantação dos monumentos ocorrem também núcleos de arte rupestre, indissociáveis de todo o ritual que envolveu a construção deste espaço. Deste modo, associada à construção desta paisagem material caracterizada pelos monumentos e núcleos em si e em associação com a natureza, temos uma paisagem ritual constituída pelo simbolismo da arte rupestre e também dos monumentos funerários megalíticos, pois “os sepulcros megalíticos sob *Tumulus*, definem a primeira paisagem simbolicamente construída” (Oliveira Jorge, Susana, 1999, p.71).

b) Proto- História / Idade do Ferro

Castro da Calcedónia e Castro de Outeiro:

Estes magníficos exemplares de habitats fortificados da idade do ferro apresentam bom estado de conservação e características que os transformam em bons exemplares lúdicos e didácticos deste tipo de habitats. Às suas características patrimoniais associa-se, no caso do Castro da Calcedónia, um fenómeno muito procurado pelos visitantes do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a fenda da Calcedónia.

c) Período da Romanização

Ocupação Romana da Branda de Bilhares:

O período da romanização, além da língua, religião, costumes, e outros, marcou o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês em termos materiais, e se neste aspecto a Geira é dominante, outros vestígios existem aos quais tem de se prestar a devida atenção. Os vestígios romanos da Branda de Bilhares são o exemplo que se pretende intervencionar.

d) Período Medieval

Castelo de Lindoso:

Sempre relacionado com a defesa da portela da Serra Amarela e Vale de Cabril, foi o Castelo de Lindoso, fundado nos inícios do séc. XIII, pois já aparece referido nas Inquirições de 1258. Mandado restaurar por D.Dinis, vai a partir do séc. XIV confundir a sua história com a gesta dos Araújo de Lóbios, família que conservará por muitos anos a sua alcaidaria. Mais tarde, em 1662, ocupado pelos

espanhóis na sequência das guerras da Restauração, foi ampliado com uma muralha do tipo Vauban, em forma de estrela pentagonal. Em 1664, o Castelo vai ser recuperado pelos portugueses. A fortificação permaneceu ocupada por guarnições militares ao longo do séc. XVIII, até que em 1895 foi desactivada.

Castelo de Castro Laboreiro:

Aparentemente implantado sobre as ruínas de uma anterior ocupação tradicionalmente designada de castreja, não se conhece a data da fundação original do Castelo de Castro Laboreiro, tendo sido talvez construído em tempos do já citado Conde Hermenegildo. Episodicamente caído em poder dos mouros, D. Afonso Henriques reconquista-o em 1140, valorizando-o a partir de então pela sua estratégica posição fronteiriça, para o que mandou restaura-lo e cerca-lo por largo panejamento de muralhas (1145). Esta obra seria terminada já em tempos de D. Sancho I, de acordo com uma inscrição que aí existiu. D. Dinis manda reedificar-lhe as muralhas em 1290, desmanteladas pela invasão leonesa de 1212.

As suas muralhas seriam ainda reforçadas na época de D. João I, depois da tomada de Melgaço, servindo então de presidio. Foi de novo restaurado em 1643, durante as Guerras da Independência, com guarnição recolhida. Pese embora este restauro, o espanhol D. Baltazar Pantoja, conquista o castelo em 1666, porém retomado logo de seguida pelas tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Prado.

Mosteiro de Santa Maria de Pitões das Júnias:

A sua existência diz-se remontar a um período anterior à fundação do Reino, comprovado por documentos do cartório bracarense que se referem ao Eremitério de Pitões, no séc. IX, período áureo da Reconquista Cristã. Certeza, porém, é que foi fundado em meados do séc. XII, tendo sido Beneditino na sua origem, aderindo mais tarde à reforma de Cister. Uniu-se primeiro a Osera e mais tarde a Bouro.

Da sua construção original ainda se conservam o pórtico lateral da igreja, de desenho singelo de puro estilo românico, e o lançamento discreto das arcadas do claustro, já em ruínas. O interior, austero, conserva já pouco da decoração original no seu arco triunfal. Os elementos arquitectónicos aproximam esta construção, do românico de influência bracarense

e) Período Moderno/Contemporâneo

Complexo Hidráulico de Paredes do Rio:

No seu conjunto, este imóvel compreende uma estrutura formada por um pisão para pisoar o burel, uma serração, um moinho para o grão de centeio e milho e um gerador eléctrico de 110 V., que funcionavam (e agora funcionam de novo) movidos pelo mesmo fio de água. Associado a este conjunto e também parte integrante do sistema de aproveitamento das águas, estão os 12 moinhos ao longo desta linha de água. Também eles serão considerados nos termos da perspectiva apresentada.

Branda da Junqueira

Este espaço é representativo de um fenómeno muito raro que ocorre nas montanhas do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Trata-se de um sistema de transumância com vista à exploração pecuária que consiste em deslocar os gados de uma região para outra com o fim de aproveitar os pastos inverniais ou estivais. Nas Serras da Peneda e Soajo, a necessidade de utilizar os pastos de Verão localizados longe das povoações baixas, as "inverneiras", originou a formação de uma outra espécie de núcleos habitacionais temporários mais elevados: as "brandas".

Espigueiros do Soajo e Lindoso:

Associados à produção de milho, os espigueiros são notáveis construções de carácter agrícola/rural que transmitem e mantêm viva uma memória colectiva das tradições rurais comunitárias. Neste sentido, considerados exemplos relevantes da época moderna e industrial, serão também eles objecto de intervenção em termos de uma perspectiva formativa/interpretativa, mas também de conservação, princípio que rege qualquer actividade do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Os espigueiros seleccionados para a finalidade acima referida são os espigueiros classificados do Soajo e os espigueiros do "Castelo do Lindoso".

b) Perímetros de Protecção

Património classificado e em vias de classificação

O perímetro de protecção para estes elementos proposto pelo PNPG está em conformidade com os procedimentos legais das entidades competentes em termos de Património, com excepção da Necrópole Megalítica da Serra Amarela, onde o perímetro proposto pelo PNPG difere do da entidade da tutela.

Património a classificar

Os perímetros de protecção propostos pelo PNPG para os sítios/ elementos a classificar são de 50 metros à volta dos sítios/ elementos, com excepção da Necrópole Megalítica do Planalto de Castro Laboreiro, Santuário da Peneda, Cruzeiro de São Bento do Cando, Necrópole Megalítica de Lamas de Vez, Necrópole Megalítica da Mourela e do Complexo Arqueológico de Porto Chão.

Património não classificado

- 1- Nos sítios/ elementos isolados com valor "grande" e "mediano" é proposto um perímetro de protecção de 50 metros à volta dos sítios/ elementos; no caso de conjuntos o perímetro de protecção proposto é de 50 metros a partir dos últimos elementos do conjunto nos quatro pontos cardeais.

2 Nos sítios/ elementos isolados com valor “fraco” não é proposto perímetro de protecção.

3 Ficam salvaguardados casos específicos que à data não estejam a ser considerados mas que de futuro se torne necessário analisar, aumentando, diminuindo ou criando novas dimensões para os perímetros de protecção.

Outros

Todas as intervenções no terreno ao nível do solo em toda a extensão do território do PNPG (Remoção de terras, abertura de valas, abertura de caminhos, etc.) estão condicionadas a parecer do PNPG no que concerne ao património arqueológico e arquitectónico.

6 – DETERMINAÇÃO DOS ÍNDICES DE PROTECÇÃO

6.1. – Metodologia

Com base nos trabalhos da fase de caracterização e da fase diagnóstico foi definida uma metodologia para uma proposta preliminar do zonamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Os níveis de protecção considerados são: Zona de Protecção Total (ZPT), Zona de Protecção Parcial de nível 1 (ZPP1), Zona de Protecção Parcial de nível 2 (ZPP2), Zona de Protecção Complementar de nível 1, e Zona de Protecção Complementar de nível 2 (ZPP2). Em termos de equivalência com o zonamento actual, a Zona de Protecção Total e a Zona de Protecção Parcial fazem parte da Área de Ambiente Natural, e a Zona de Protecção Completar conjuntamente com os Perímetros Urbanos definem a Área de Ambiente Rural. Uma descrição mais completa de cada nível é apresentada na próxima sub-secção.

A base da proposta de zonamento é a combinação da carta de Wilderness com a carta de vegetação.

Os diferentes habitats ou tipos de vegetação foram classificados em quatro níveis (

Tabela 1, Figura 1). Os habitats nativos correspondendo a fases mais avançadas da sucessão ecológica e com maior estatuto de protecção no âmbito da Directiva Habitats receberam o valor Excepcional. Estes habitats, são também dos habitats mais importantes para a fauna (ver relatório de caracterização). Os diversos tipos de matos, incluindo matos montanos e matos colinos em diferentes substratos geológicos, receberam o valor Elevado, devido a fazerem parte da sucessão ecológica desta região, ao seu estatuto na Directiva Habitats e ao muito elevado valor faunístico que apresenta (ver relatório de caracterização). Os pinhais de pinheiro-silvestre receberam o valor médio porque apesar de serem habitats nativos desta região, os que existem actualmente foram na realidade plantados a partir de variedades do Norte da Europa no último século. Para mais não são considerados importantes no âmbito da Rede Natura 2000 em Portugal. Os mosaicos agro-florestais ricos em lameiros recebem um valor médio porque contem alguns habitats da Rede Natura, mas não recebem uma valoração mais elevada porque este índice de valoração foi pensado para definir habitats que sejam especialmente vulneráveis à acção humana. A categoria folhosas recebe um valor médio porque consiste numa combinação de florestas plantadas e naturais de espécies autóctones e exóticas. Por fim as florestas de outras resinosas (na sua maioria Pinheiro-bravo) recebem um valor baixo por serem florestas plantadas de produção muito diferentes da vegetação natural desta zona. Os campos agrícolas receberam um valor baixo por corresponderem a áreas que dependem da intervenção humana para a sua manutenção e por terem valores florísticos bastante mais baixos que os lameiros.

Valor	Habitat (códigos Directiva Habitats)
Excepcional (4)	Azerais e medronhais (5230*) Carvalhais (5230*, 8220, 9160, 9230, 9380, 9580*) Bosques de teixo (9580*) Bosques ripícolas (3130, 3260, 91E0*) Complexos higró-turfosos (3130, 4010, 4020*, 6230*, 7140, 7150)
Elevado (3)	Matos (4030, 4090, 6160, 8220, 8230)
Médio (2)	Pinhais de pinheiro-silvestre Mosaicos agro-florestais ricos em lameiros (6410, 6430, 6510, 8220, 9230) Folhosas
Baixo (1)	Campos agrícolas Outras resinosas

Tabela 1: Valoração da vegetação

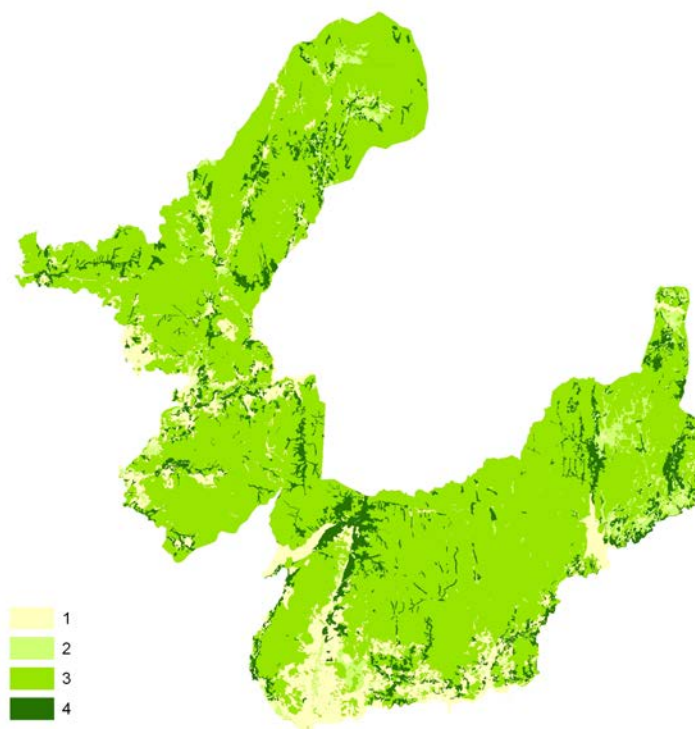


Figura 1: Carta de valorização da vegetação.

A valoração Wilderness é explicada com detalhe no relatório de caracterização, mas de forma sucinta podemos dizer que premeia as zonas menos alteradas pelo homem. Estas zonas seriam as zonas mais sensíveis à intervenção humana uma vez que o seu critério de classificação baseia-se precisamente no baixo grau de intervenção humana. São considerados dez níveis de wilderness (

Figura 2) Na identificação do valor destas zonas foram consideradas distâncias ponderadas às seguintes infra-estruturas:

- Albufeiras (peso 1)
- Povoados (peso 1)
- Linhas de alta tensão (peso 1)
- Estradas asfaltadas (peso 1)
- Caminhos florestais (peso 0.25)

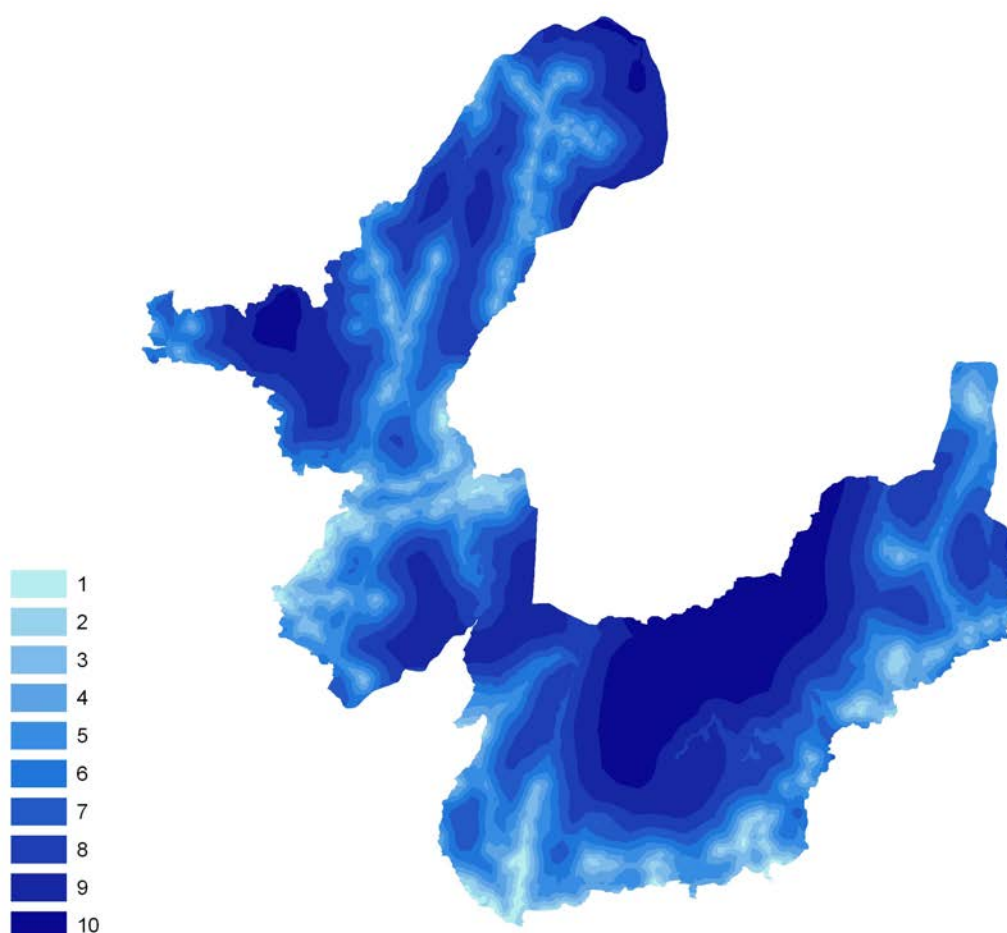


Figura 2 - Carta de Wilderness

Estas duas cartas foram combinadas num Sistema de Informação Geográfica sendo definidos os cinco níveis de protecção com base nos critérios expostos na Tabela 2.

Zonamento Base	Wilderness	Valor Vegetação
ZPT	10	≥ 3
	≥ 9	4
ZPP 1	≥ 9	≥ 3
	≥ 7	4
ZPP 2	≥ 7	≥ 3
	≥ 6	4
ZPC 1		≥ 2
ZPC 2		≥ 1

Tabela 2 - Critérios para zonamento base resultante da combinação da carta wilderness e do valor da vegetação.

O princípio subjacente a este zonamento foi o de separar a Zona de Protecção Complementar das Zonas de Protecção Parcial e Total estabelecendo como limiar mínimo para a Zona de Protecção Parcial um nível de wilderness normalizado de 6. Na Zona de Protecção Parcial a separação entre as duas categorias (nível I e nível II) é feita a partir do tipo de vegetação. Na Zona de Protecção Parcial a separação entre as duas categorias é feita por uma combinação do valor de wilderness e da vegetação, baixando-se o critério de exigência em termos de wilderness quando a vegetação tem valor excepcional. Um raciocínio idêntico foi aplicado à separação da Zona de Protecção Parcial da Zona de Protecção Total.

A fase seguinte consistiu em incluir o valor dos declives (Figura 3) e o tipo de propriedade na definição do índice de protecção (Figura 4, Tabela 3). A ideia aqui foi ser mais exigente na atribuição dos estatutos de protecção (e correspondente graus de restrição) a zonas propriedade do estado, e menos exigente a zonas de baldio e privado. Foi também atribuído maior estatuto de protecção a zonas com declives mais pronunciados.

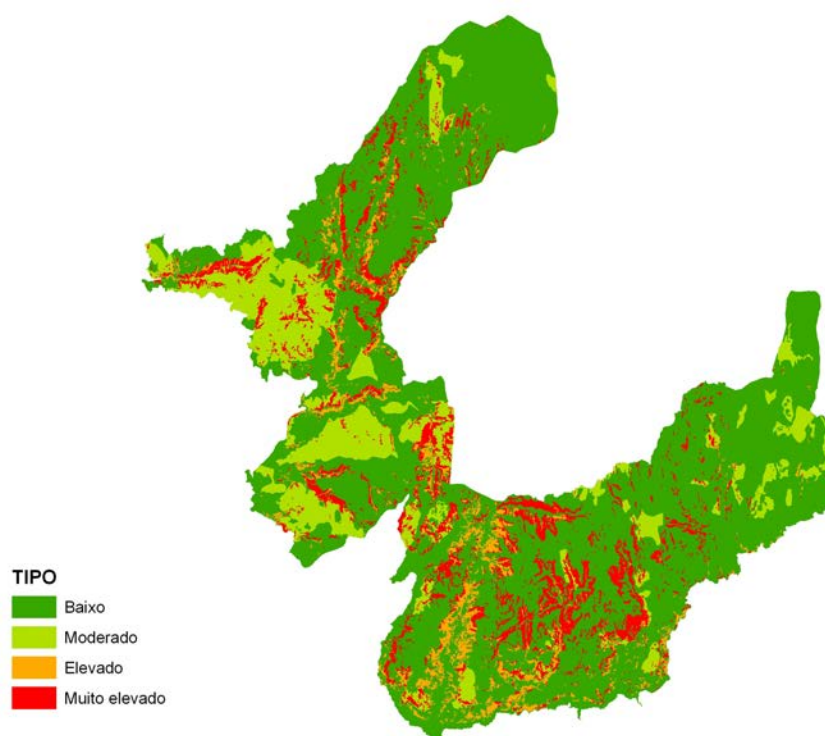


Figura 3 - Carta de declives.

Zonamento Base	Estado	Baldio	Privado
ZPT	$\geq$ ZPP1	ZPT, $\alpha \geq$ Elevado	ZPT, Risco $\geq$ Elevado
ZPP 1	ZPP2	ZPT, $\alpha <$ Elevado	ZPT, $\alpha <$ Elevado
		ZPP1	ZPP1
ZPP 2	ZPC1	ZPP2	ZPP2
		ZPC1, $\alpha \geq$ Elevado	ZPC1, $\alpha =$ Mt Elevado
ZPC 1	ZPC2	ZPC1, $\alpha <$ Elevado	ZPC1, $\alpha <$ Mt Elevado
		ZPC2, $\alpha \geq$ Elevado	ZPC2, $\alpha =$ Mt Elevado
ZPC 2		ZPC2, $\alpha <$ Elevado	ZPC2, $\alpha <$ Mt Elevado

Tabela 3 - Critérios para zonamento resultante da combinação do zonamento base com o regime de propriedade e a carta de declives (α é o nível dos declives).

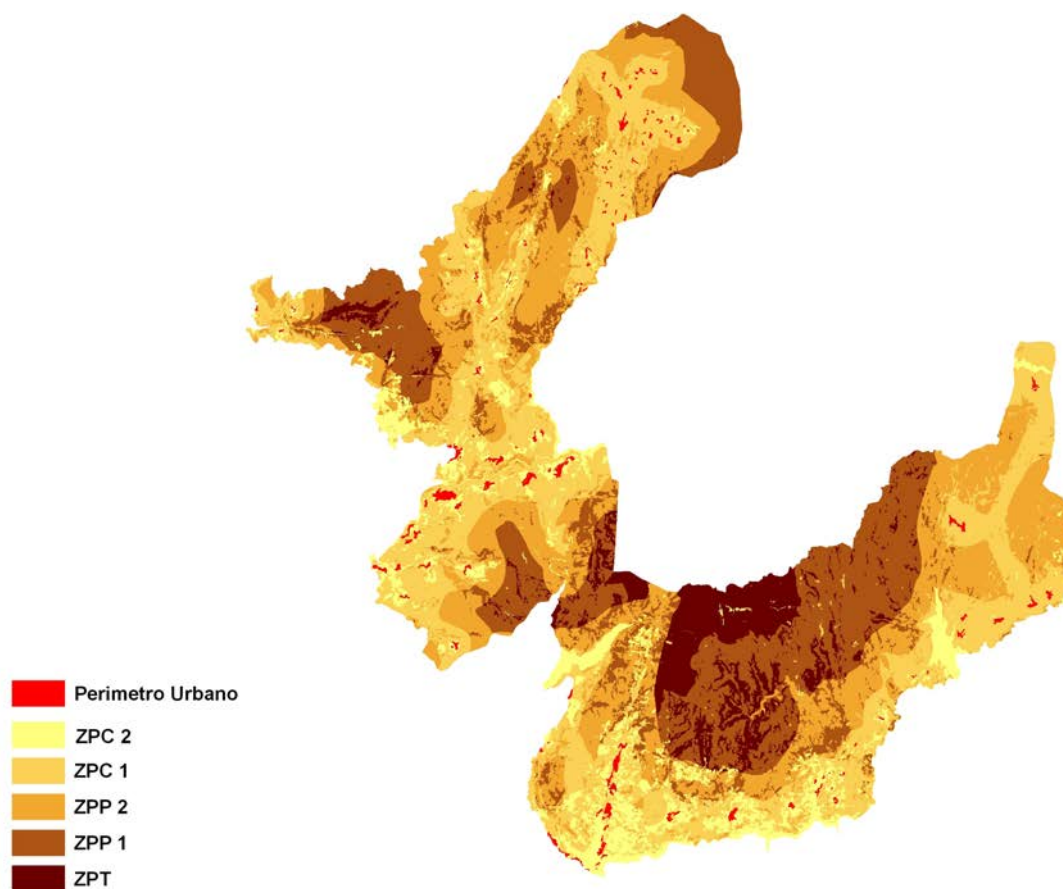


Figura 4 - Nível de zonamento resultante da combinação de wilderness, valor da vegetação, regime de propriedade e nível de declives.

Em fase de proposta será necessário aferir este zonamento preliminar, tanto em termos de o tornar mais apoiado em fronteiras naturais no terreno (linhas de água, linhas de fecho, etc), bem como em termos de harmonização com outros instrumentos de gestão territorial.

6.2. – Breve descrição dos índices de protecção

Zona de Protecção Total ou Integral

Este nível de protecção tem como objectivo manter os processos naturais num estado dinâmico e evolutivo, sem o desenvolvimento de actividades humanas regulares e em que a investigação científica, a monitorização ambiental ou a visitação carece de autorização prévia do ICNB. Corresponde às zonas menos alteradas do PNPG e com maior valor natural. Nas actividades interditas inclui-se a pastorícia, excepto a cavalos em regime silvestre.

Zona de Protecção Parcial do Nível I

Este nível de protecção tem como objectivo contribuir para a manutenção dos valores naturais e paisagísticos. Engloba zonas de grande valor natural e que têm valores de wilderness elevado. Em contraste com a Zona de Protecção Total, é permitida a pastorícia extensiva neste nível, mas da mesma forma que na ZPT a visitação carece de autorização prévia do ICNB.

Zona de Protecção Parcial do Nível II

Este nível de protecção tem também como objectivo contribuir para a manutenção dos valores naturais e paisagísticos. Engloba zonas de grande valor natural e que têm valores de wilderness médio. Aqui, para além da pastorícia é também permitida mediante autorização do ICNB o trânsito motorizado nos caminhos florestais, bem como algumas operações de gestão florestal. Tal como a ZPT e a ZPP1 trata-se de uma zona não edificandi onde não são permitidas edificações nem infra-estruturas novas.

Zona de Protecção Complementar do Nível I

As áreas de protecção complementar do nível I correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de protecção parcial, e que frequentemente também incluem elementos naturais e paisagísticos relevantes. Este nível de protecção tem como objectivo a promoção de actividades humanas compatíveis com os valores naturais e paisagísticos, e em muitos casos é precisamente a manutenção dessas actividades humanas que permite a manutenção desses valores. Engloba zonas de baixo valor de wilderness mas com valores naturais médios. Aqui, é permitida a caça, a exploração florestal (embora se promova a reconversão da floresta de resinonas em floresta de folhosas autóctones) e a agricultura tradicional. A construção de infra-estruturas exige parecer do ICNB.

Zona de Protecção Complementar do Nível II

Este nível de protecção tem objectivos semelhantes ao da ZPC1, mas tem valores naturais mais baixos. Funciona ainda como zona de potencial expansão dos aglomerados urbanos. São permitidas todas as actividades que são permitidas na ZPC1 e ainda a construção de edifícios e a extracção de saibro em casos devidamente fundamentados.